



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3572/2021 - SES/GAB

Brasília-DF, 13 de abril de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor
PAULO TADEU
Conselheiro-Presidente
Tribunal de Contas do Distrito Federal
Brasília/DF

Assunto: contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado. **Complementação das respostas remetidas no Ofício Nº 2241/2021 - SES/GAB 7734533) e solicitação de dilação de prazo por 15 dias.**

Senhor Conselheiro-Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, reportamo-nos ao Ofício nº 2123/2021-GP (58602825), que encaminha o Despacho Singular nº 192/2021 – GCIM (58602765), o qual concede dilação de prazo para cumprimento da **Decisão nº 541/2021 (57312514)**, referente ao **Processo nº 00600-00000439/2020-16-e**, que trata de *Representação n.º 12/2020-CF, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.*

A referida decisão assim estabeleceu:

DECISÃO Nº 541/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I. tomar conhecimento:

- a) do Ofício n.º 577/2020-G2P (e-DOC E1397BA9-e);
- b) do Ofício BRB SERVIÇOS nº 055/2020 e anexos (e-DOC C17149C9-c);
- c) do Ofício SEI-GDF n.º 7426/2020 – SES/GAB (e-DOC E3750953-c) e anexos (e-DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e SEC8466B-c);
- d) da cópia do Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04, juntada aos autos na forma de “documento associado”;
- e) da Informação n.º 134/2020 – DIASP3 (e-DOC 84B25F96-e);
- f) do Parecer n.º 80/2021-G2P (e-DOC D5503271-e);

II. com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão n.º 4.226/2020;

III. considerar, em relação às diligências contidas no item IV da Decisão n.º 4.226/2020:

- a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”;
- b) parcialmente cumprida a alínea “c”;
- c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”;

IV. em decorrência do item “III.b” anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:

- a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);
- b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);
- c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);

V. em razão do item “III.c” precedente, reiterar à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;

VI. determinar:

a) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias:

1) apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o “Programa Entregas de Medicamentos em Casa” (decorrente de “uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)”) teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item “V-c” da Decisão n.º 4.226/2020;

2) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI n.ºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (email diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

b) ao Banco de Brasília de S.A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI n.ºs 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail

diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

VII. alertar o titular da Pasta de Saúde de que o não cumprimento de deliberação plenária pode ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/1994;

VIII. dar ciência desta decisão à representante e à sociedade empresária BRB Serviços S.A.;

IX. autorizar:

a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e ao Banco de Brasília de S.A. – BRB, a fim de subsidiar o atendimento das referidas diligências;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Em complementação ao Ofício Nº 7426/2020 - SES/GAB (49062719) e ao Ofício Nº 2241/2021 - SES/GAB (57734533), encaminhamos informações atualizadas juntamente com os relatórios solicitados, conforme manifestação da Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde (58967798, 58813251), bem como os seguintes relatórios:

- Relatório eficiência da central telefônica agosto (58813205);
- Relatório eficiência da central telefônica setembro (58813210);
- Relatório IMR agosto (58813215);
- Relatório IMR setembro (58813223);
- Relatório apuração dos serviços agosto (58813232);
- relatório apuração dos serviços setembro (58813236);
- Relatório esclarecimentos (58813244).

A Diretoria de Assistência Farmacêutica, por sua vez, apresentou o seguinte quadro manifestação a cada um dos dispositivos da decisão em apreço:

Solicitação do TCDF	Resposta
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV. em decorrência do item “III.b” anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:</p> <p>IV-a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatório “Instrumentos de Medição de Resultados - IMR” referente aos meses de <u>Agosto</u> e <u>Setembro</u> de 2020 estão disponíveis nos anexos a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IMR - Agosto 2020 = id 58813215 • IMR - Setembro 2020 = id 58813223
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV-b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatórios de apuração da execução dos serviços que foram emitidos após a entrega dos IMR e as apurações dos serviços efetivamente prestados nos referidos meses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório - Agosto 2020 = id 58813232 • Relatório - Setembro 2020 = id 58813236
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV-c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatórios de apuração da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade prestados nos referidos meses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório - Agosto 2020 = id 58813205 • Relatório - Setembro 2020 = id 58813210
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>V. em razão do item “III.c” precedente, reiterar à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;</p>	<p>Nas linhas seguintes, passaremos a cada uma das alíneas da Decisão 4.226/2020.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43;</p>	<p>Sobre essa alínea, foi elaborada a resposta no Despacho GCEAF/DIASF (48799907), o qual pode ser consultado no processo nº 00600-00007223/2020-81.</p> <p>Solicita-se enviar ao TCDF a resposta anteriormente formulada.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:</p> <p>1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;</p>	<p>Entende-se que essa questão poderá ser esclarecida pela empresa BRB Serviços S.A.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:</p> <p>2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;</p>	<p>Entende-se que essa questão poderá ser esclarecida pela empresa BRB Serviços S.A.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-f) apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3);</p>	<p>As motivações/justificativa estão delineadas no DOD id. 37291643.</p>

<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia: 1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada; 2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado; 3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.; 4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados;</p>	<p>Tem-se conhecimento de que as atividades logísticas estão sendo realizadas por empresa subcontratada pela BRB Serviços, no entanto, por ser questões relacionadas a contratação/subcontratação entendemos que esse quesito poderá ser elucidado pelas unidades setoriais da SUAG/SES.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea "a.2", da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020;</p>	<p>Entende-se que essa questão poderá ser elucidada pelas unidades setoriais da SUAG/SES.</p>
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>VI-a: 1) apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o "Programa Entregas de Medicamentos em Casa" (decorrente de "uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)") teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item "V-c" da Decisão n.º 4.226/2020:</p>	<p>Primeiramente, informamos que a DIASF é uma unidade técnica no qual acompanha junto ao GCEAF a execução dos serviços, mas não possui autonomia deliberativa.</p> <p>Assim informamos que o serviço atualmente está sendo prestado aos pacientes cadastrados no CEAF mediante "REQUISICÃO ADMINISTRATIVA" determinada pelo Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal junto ao BRB.</p> <p>A exposição de motivos e os fundamentos foram detalhados pelo próprio Secretário de Estado de Saúde no Despacho - SES/GAB 48409104 (Vide doc. em anexo 58813244)</p>
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>VI-a: 2) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 - SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (email diaspp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;</p>	<p>Rememora-se que já foi atendido a solicitação de acesso externos aos três processos citados conforme está disposto no Ofício Nº 2241/2021 - SES/GAB que foi enviado pelo GAB/SES ao TCDF (Vide doc. 57734533)</p>

A fim de complementar as respostas, os autos foram remetidos para manifestação da Subsecretaria de Administração Geral, conforme Despacho SES/GAB (58975582), e do BRB, conforme Ofício Nº 3579/2021 - SES/GAB (59846681).

Ante o exposto, considerando os esforços e justificativas acima apresentadas, bem como o exíguo prazo para cumprimento da determinação, **solicitamos dilação de prazo por 15 dias.**

Sendo essas as informações a serem apresentadas no momento, direcionamos o presente para apreciação de Vossa Excelência, ao passo que nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

OSNEI OKUMOTO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 13/04/2021, às 21:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador=59837096 código CRC= B9A6DA22.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF
 (61) 2017-1102
 Site: - www.saude.df.gov.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 2241/2021 - SES/GAB

Brasília-DF, 11 de março de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor
PAULO TADEU
Conselheiro-Presidente
Tribunal de Contas do Distrito Federal
Brasília/DF

Assunto: contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado. Solicitação de dilação de prazo por 15 dias.

Senhor Conselheiro-Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, reportamo-nos ao **Ofício nº 1310/2021-GP (57296597)** do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha a **Decisão nº 541/2021 (57312514)**, referente ao **Processo nº 00600-00000439/2020-16-e**, que trata de *Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à Corte, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.*

A referida decisão assim estabeleceu:

DECISÃO Nº 541/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I. tomar conhecimento:

- a) do Ofício n.º 577/2020-G2P (e-DOC E1397BA9-e);
- b) do Ofício BRB SERVIÇOS nº 055/2020 e anexos (e-DOC C17149C9-c);
- c) do Ofício SEI-GDF n.º 7426/2020 – SES/GAB (e-DOC E3750953-c) e anexos (e-DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c);
- d) da cópia do Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04, juntada aos autos na forma de “documento associado”;
- e) da Informação n.º 134/2020 – DIASP3 (e-DOC 84B25F96-e);

f) do Parecer n.º 80/2021-G2P (e-DOC D5503271-e);

II. com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão n.º 4.226/2020;

III. considerar, em relação às diligências contidas no item IV da Decisão n.º 4.226/2020:

a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”;

b) parcialmente cumprida a alínea “c”;

c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”;

IV. em decorrência do item “III.b” anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:

a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);

b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);

c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);

V. em razão do item “III.c” precedente, reiterar à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;

VI. determinar:

a) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias:

1) apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o “Programa Entregas de Medicamentos em Casa” (decorrente de “uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)”) teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item “V-c” da Decisão n.º 4.226/2020;

2) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (email diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

b) ao Banco de Brasília de S.A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

VII. alertar o titular da Pasta de Saúde de que o não cumprimento de

deliberação plenária pode ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/1994;

VIII. dar ciência desta decisão à representante e à sociedade empresária BRB Serviços S.A.;

IX. autorizar:

a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e ao Banco de Brasília de S.A. – BRB, a fim de subsidiar o atendimento das referidas diligências;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Nesse sentido, apresentamos, em complementação ao Ofício Nº 7426/2020 - SES/GAB (49062719) os esclarecimentos prestados pela Subsecretaria de Administração Geral (57392676) e da Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde (57661540, 57656479, 57713670), em que destacamos o que segue.

Quanto à realização da pesquisa de preço e disponibilização do processo Processo SEI nºs 00060-00189892/2020-17, conforme Despacho SES/SUAG (57392676):

[...]

Destarte, considerando as competências regimentais desta Subsecretaria de Administração Geral, informa-se:

No que tange ao inciso V da Decisão nº 541/2021:

Decisão n.º 4.226/2020

[...]

“IV-e.1” e “IV-e.2”:

A manifestação desta SUAG/SES consta do Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644).

Ressalta-se a informação de que durante o procedimento da pesquisa de preços foi utilizado o menor valor obtido como preço de referência, diante da emergencialidade de contratação do serviço em tela.

Salienta-se que à época estava vigente a [Medida Provisória nº 926](#), que alterou a [Lei nº 13.979, de 13 de fevereiro de 2020](#), que dispensava a realização da pesquisa de preços para contratações fundamentadas na pandemia COVID-19.

No entanto, no sentido de justificar o preço a ser contratado, optou-se pela realização de pesquisa.

Cabe destacar que a empresa vencedora (BRB SERVIÇOS S/A) apresentou uma planilha aberta com a composição de custos (38028889).

[...]

Referente ao item 2, da alínea a, do inciso VI da Decisão nº 541/2021, salientamos que o link de acesso externo ao Processo SEI nºs 00060-00189892/2020-17 foi encaminhado ao e-mail diasp3@tc.df.gov.br para acompanhamento da íntegra processual por 730 dias.

[...]

Isto posto, submetemos os autos para deliberação.

SERGIO LUIZ DE SOUZA CORDEIRO

Subsecretaria de Administração Geral/SES
Subsecretário

Em relação à disponibilização dos relatórios solicitados, a Diretoria de Assistência Farmacêutica apresentou as seguintes informações, conforme Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF (57656479):

[...]

Nesse contexto, asseveramos que estamos empenhando todos os esforços possíveis para analisar e responder satisfatoriamente a parte que compete a esta Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF), respeitando rigorosamente o prazo estabelecido pelo TCDF.

Consta-se nos autos que a concessão de acesso externo por 730 dias ao Processo SEI N° 00060-00189892/2020-17 já foi concedido conforme Despacho - SES/SUAG (57392676) da Subsecretaria de Administração Geral (SUAG/SES).

Entretanto, ainda não logramos êxito em reunir todos os dados e documentos necessários pelos motivos e esclarecimentos abaixo elencados:

1. Os demais processos citados pela Corte de Contas, os de N° 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 não estão sob domínio desta Diretoria e nunca foram tramitados nessa unidade, assim não temos meios conceder acesso de imediato, mas já solicitamos, conforme o Despacho (57656182) que seja disponibilizado o acesso ao TCDF no e-mail informado (*diasp3@tc.df.gov.br*).
2. Em virtude do agravamento da pandemia e as ações de enfrentamento no presente momento, a equipe dos farmacêuticos deste setor possui um aumento nas demandas com criticidade e urgência de análise e emissão de parecer técnico visando subsidiar os processos de abastecimento regular de medicamentos essenciais.
3. Completam as atividades desta Diretoria as ações para o cuidado farmacêutico como parte da assistência integral aos pacientes acometidos com o coronavírus.
4. Soma-se a isso o fato da titular do cargo de Diretora da DIASF/CATES encontrar-se em afastamento legal de férias até o 18/03/2021, de modo que este Diretor-Substituto não logrou êxito em tempo hábil nas tentativas de localizar os relatórios e demais documentos específicos solicitados pelo TCDF referente ao Contrato Emergencial nº 63/2020.

Isso posto, solicitamos a Vossa Senhoria que encaminhe, com respeito e acatamento, o nosso pedido da compreensiva indulgência da Corte de Contas a fim de conceder uma dilação de prazo de 15 dias para que esta DIASF consiga dar efetivamente a sua contribuição no cumprimento da Decisão em comento.

Respeitosamente,

Bruno Henrique Ferrão

Diretoria de Assistência Farmacêutica

Diretor-Substituto

Por sua vez, a Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica apresentou informações quanto à disponibilização dos processos solicitados, conforme Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF (57710764):

[...]

Retornamos os autos informando que foi concedido hoje, 11/03/2021, acesso externo ao TCDF (diasp3@tc.df.gov.br) aos processos SEI N° 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 por 730 dias.

Esta Gerência encontra-se à disposição.

Atenciosamente,

MARIANA MANTOVANI

Gerente

Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Em complemento, a Diretoria de Assistência Farmacêutica se manifestou no seguinte sentido, conforme Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF (57713670):

[...]

Em complementação as providências que já foram adotadas com êxito e informadas no Despacho DIASF (57656479), acrescentamos que a Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Despacho GCEAF 57710764) conseguiu conceder o acesso externo aos processos 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 conforme transcrito abaixo, *in verbis*:

Retornamos os autos informando que foi concedido hoje, 11/03/2021, acesso externo ao TCDF (diasp3@tc.df.gov.br) aos processos SEI N° 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 por 730 dias.

Isso posto, encaminho a complementação dessas informações a Vossas Senhorias de forma concomitante em virtude da prazo exíguo, bem como solicito ao Gabinete do Secretário de Estado de Saúde continuidade quanto ao pedido de dilação de prazo em virtude de haver documentos que ainda necessitam ser localizados e disponibilizados a Corte de Contas.

Atenciosamente,

BRUNO HENRIQUE FERRAO

Diretoria de Assistência Farmacêutica

Diretor-Substituto

Ante o exposto, considerando os esforços e justificativas acima apresentadas, bem como o exíguo prazo para cumprimento da determinação, **solicitamos dilação de prazo por 15 dias.**

Sendo essas as informações a serem apresentadas no momento, direcionamos o presente para apreciação de Vossa Excelência, ao passo que nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

OSNEI OKUMOTO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 11/03/2021, às 20:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **57734533** código CRC= **F291EA3E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1ª e 2ª andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF
(61) 2017-1102

Site: - www.saude.df.gov.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde

Despacho - SES/SAIS

Brasília-DF, 30 de março de 2021.

À SES/CONT/ASDOC

Senhor Chefe,

Trata-se o presente de **Ofício nº 1310/2021-GP (57296597)** exarado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha a **Decisão nº 541/2021 (57312514)**, referente ao **Processo nº 00600-00000439/2020-16-e**, que trata de *Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à Corte, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.*

Nesse passo, instada a manifestar-se, a Diretoria de Assistência Farmacêutica, por meio do Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF nº 57656479, solicitou dilação de prazo, com fito de dar fiel cumprimento ao determinado por est douto juízo de contas do Distrito Federal.

Findo período solicitado, a Diretoria de Assistência Farmacêutica, por meio do Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF nº 58813251, assim explana quanto ao solicitado:

" Versam os autos acerca do **Ofício nº 1310/2021-GP**, que encaminha a **Decisão nº 541/2021**, proferida no **Processo nº 00600-00000439/2020-16-e**, que tem por objeto a Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à Corte, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Na supracitada Decisão, o Tribunal determinou a adoção de procedimentos, de seguinte teor:

I. tomar conhecimento:

- a) do Ofício n.º 577/2020-G2P (e-DOC E1397BA9-e);
- b) do Ofício BRB SERVIÇOS nº 055/2020 e anexos (e-DOC C17149C9-c);
- c) do Ofício SEI-GDF n.º 7426/2020 – SES/GAB (e-DOC E3750953-c) e anexos (e-DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c);
- d) da cópia do Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04, juntada aos autos na forma de “documento associado”;
- e) da Informação n.º 134/2020 – DIASP3 (e-DOC 84B25F96-e);
- f) do Parecer n.º 80/2021-G2P (e-DOC D5503271-e);

II. com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão n.º 4.226/2020;

III. considerar, em relação às diligências contidas no item IV da Decisão n.º 4.226/2020:

- a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”;
- b) parcialmente cumprida a alínea “c”;
- c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”;

IV. em decorrência do item “III.b” anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:

- a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);
- b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);
- c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);

V. em razão do item “III.c” precedente, reiterar à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;

VI. determinar:

a) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias:

1) apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o “Programa Entregas de Medicamentos em Casa” (decorrente de “uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)”) teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item “V-c” da Decisão n.º 4.226/2020;

2) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (email dias3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

b) ao Banco de Brasília de S.A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail dias3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

VII. alertar o titular da Pasta de Saúde de que o não cumprimento de deliberação plenária pode ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/1994;

VIII. dar ciência desta decisão à representante e à sociedade empresária BRB Serviços S.A.;

IX. autorizar:

- a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e ao Banco de Brasília de S.A. – BRB, a fim de subsidiar o atendimento das referidas diligências;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Considerando despacho SAIS 58683540 que estabelece o prazo máximo para manifestação **até dia 30/03/2021**;

Encaminham-se na tabela abaixo as respostas aos quesitos do TCDF, no que compete a esta DIASF/CATES:

Solicitação do TCDF	Resposta
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV. em decorrência do item "III.b" anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:</p> <p>IV-a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatório "Instrumentos de Medição de Resultados - IMR" referente aos meses de <u>Agosto</u> e <u>Setembro</u> de 2020 estão disponíveis nos anexos a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IMR - Agosto 2020 = id 58813215 • IMR - Setembro 2020 = id 58813223
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV-b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatórios de apuração da execução dos serviços que foram emitidos após a entrega dos IMR e as apurações dos serviços efetivamente prestados nos referidos meses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório - Agosto 2020 = id 58813232 • Relatório - Setembro 2020 = id 58813236
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV-c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatórios de apuração da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade prestados nos referidos meses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório - Agosto 2020 = id 58813205 • Relatório - Setembro 2020 = id 58813210
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>V. em razão do item "III.c" precedente,</p>	

<p>reiterar à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;</p>	<p>Nas linhas seguintes, passaremos a cada uma das alíneas da Decisão 4.226/2020.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43;</p>	<p>Sobre essa alínea, foi elaborada a resposta no Despacho GCEAF/DIASF (48799907), o qual pode ser consultado no processo nº 00600-00007223/2020-81.</p> <p>Solicita-se enviar ao TCDF a resposta anteriormente formulada.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:</p> <p>1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;</p>	<p>Entende-se que essa questão poderá ser esclarecida pela empresa BRB Serviços S.A.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A.,</p>	

constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:

2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

Entende-se que essa questão poderá ser esclarecida pela empresa BRB Serviços S.A.

Decisão 4.266/2020:

IV-f) apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3);

As motivações/justificativa estão delineadas no DOD id. 37291643.

Decisão 4.266/2020:

IV-h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia: 1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada; 2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto

Tem-se conhecimento de que as atividades logísticas estão sendo realizadas por empresa subcontratada pela BRB Serviços, no entanto, por ser questões relacionadas a contratação/subcontratação entendemos que esse

<p>ambito do objeto contratado; 3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.; 4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados;</p>	<p>questão pode ser elucidado pelas unidades setoriais da SUAG/SES.</p>
<p>Decisão 4.266/2020: IV-i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea "a.2", da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020;</p>	<p>Entende-se que essa questão poderá ser elucidada pelas unidades setoriais da SUAG/SES.</p>
<p>Decisão 541/2021: VI-a: 1) apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o "Programa Entregas de Medicamentos em Casa" (decorrente de "uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)") teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência</p>	<p>Primeiramente, informamos que a DIASF é uma unidade técnica no qual acompanha junto ao GCEAF a execução dos serviços, mas não possui autonomia deliberativa.</p> <p>Assim informamos que o serviço atualmente está sendo prestado aos pacientes cadastrados no CEAF mediante "REQUISICÃO ADMINISTRATIVA" determinada pelo Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal junto ao BRB.</p> <p>A exposição de motivos e os fundamentos foram detalhados pelo próprio Secretário de Estado de Saúde no Despacho - SES/GAB 48409104 (Vide doc. em anexo 58813244)</p>

constante do item "V-c" da Decisão n.º 4.226/2020:	
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>VI-a: 2) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (email diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;</p>	<p>Rememora-se que já foi atendido a solicitação de acesso externos aos três processos citados conforme está disposto no Ofício Nº 2241/2021 - SES/GAB que foi enviado pelo GAB/SES ao TCDF (Vide doc. 57734533)</p>

Sendo esses os apontamentos desta DIASF/CATES, submetemos os autos a Vossa Senhoria para as devidas tratativas junto ao TCDF.

Esta DIASF/CATES se coloca à disposição para algo mais que puder colaborar."

Desta feita, encaminhamos o presente a Vossa Senhoria para ciência e demais providências junto à Corte de Contas.

Colocamo-nos disposição para quaisquer outros questionamentos vindouros ou demais dúvidas incidentes.

Atenciosamente,

ALEXANDRE GARCIA BARBOSA

Subsecretário de Atenção Integral à Saúde

SES/SAIS



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE GARCIA BARBOSA - Matr.0139106-2, Subsecretário(a) de Atenção Integral à Saúde**, em 30/03/2021, às 15:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF

00600-00001570/2021-81

Doc. SEI/GDF 58967798



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde
Diretoria de Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF

Brasília-DF, 27 de março de 2021.

À ASDOC,
Com vistas à SAIS

Senhora Diretora e Senhor Subsecretário,

Versam os autos acerca do **Ofício nº 1310/2021-GP**, que encaminha a **Decisão nº 541/2021**, proferida no **Processo nº 00600-00000439/2020-16-e**, que tem por objeto a Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à Corte, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Na supracitada Decisão, o Tribunal determinou a adoção de procedimentos, de seguinte teor:

I. tomar conhecimento:

- a) do Ofício n.º 577/2020-G2P (e-DOC E1397BA9-e);
- b) do Ofício BRB SERVIÇOS nº 055/2020 e anexos (e-DOC C17149C9-c);
- c) do Ofício SEI-GDF n.º 7426/2020 – SES/GAB (e-DOC E3750953-c) e anexos (e-DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c);
- d) da cópia do Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04, juntada aos autos na forma de “documento associado”;
- e) da Informação n.º 134/2020 – DIASP3 (e-DOC 84B25F96-e);
- f) do Parecer n.º 80/2021-G2P (e-DOC D5503271-e);

II. com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão n.º 4.226/2020;

III. considerar, em relação às diligências contidas no item IV da Decisão n.º 4.226/2020:

- a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”;
- b) parcialmente cumprida a alínea “c”;
- c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”;

IV. em decorrência do item “III.b” anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:

- a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);
- b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);
- c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);

V. em razão do item “III.c” precedente, reiterar à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;

VI. determinar:

a) **à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias:**

- 1) apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o “Programa Entregas de Medicamentos em Casa” (decorrente de “uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)”) teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item “V-c” da Decisão n.º 4.226/2020;
- 2) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário

do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (email diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

b) ao Banco de Brasília de S.A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

VII. alertar o titular da Pasta de Saúde de que o não cumprimento de deliberação plenária pode ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/1994;

VIII. dar ciência desta decisão à representante e à sociedade empresária BRB Serviços S.A.;

IX. autorizar:

- a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e ao Banco de Brasília de S.A. – BRB, a fim de subsidiar o atendimento das referidas diligências;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Considerando despacho SAIS 58683540 que estabelece o prazo máximo para manifestação **até dia 30/03/2021**;

Encaminham-se na tabela abaixo as respostas aos quesitos do TCDF, no que compete a esta DIASF/CATES:

Solicitação do TCDF	Resposta
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV. em decorrência do item “III.b” anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:</p> <p>IV-a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatórios "Instrumentos de Medição de Resultados - IMR" referente aos meses de <u>Agosto</u> e <u>Setembro</u> de 2020 estão disponíveis nos anexos a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IMR - Agosto 2020 = id 58813215 • IMR - Setembro 2020 = id 58813223
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV-b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatórios de apuração da execução dos serviços que foram emitidos após a entrega dos IMR e as apurações dos serviços efetivamente prestados nos referidos meses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório - Agosto 2020 = id 58813232 • Relatório - Setembro 2020 = id 58813236
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV-c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatórios de apuração da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade prestados nos referidos meses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório - Agosto 2020 = id 58813205 • Relatório - Setembro 2020 = id 58813210
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>V. em razão do item “III.c” precedente, reiterar à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;</p>	<p>Nas linhas seguintes, passaremos a cada uma das alíneas da Decisão 4.226/2020.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da</p>	<p>Sobre essa alínea, foi elaborada a resposta no Despacho GCEAF/DIASF (48799907), o qual pode ser consultado no processo nº 00600-</p>

Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43;	00007223/2020-81. Solicita-se enviar ao TCDF a resposta anteriormente formulada.
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:</p> <p>1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;</p>	Entende-se que essa questão poderá ser esclarecida pela empresa BRB Serviços S.A.
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:</p> <p>2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;</p>	Entende-se que essa questão poderá ser esclarecida pela empresa BRB Serviços S.A.
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-f) apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3);</p>	As motivações/justificativa estão delineadas no DOD id. 37291643.
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia: 1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada; 2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado; 3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.; 4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados;</p>	Tem-se conhecimento de que as atividades logísticas estão sendo realizadas por empresa subcontratada pela BRB Serviços, no entanto, por ser questões relacionadas a contratação/subcontratação entendemos que esse quesito poderá ser elucidado pelas unidades setoriais da SUAG/SES.
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea “a.2”, da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020;</p>	Entende-se que essa questão poderá ser elucidada pelas unidades setoriais da SUAG/SES.
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>VI-a: 1) apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o “Programa Entregas de Medicamentos em Casa” (decorrente de “uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)”) teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item “V-c” da Decisão n.º 4.226/2020:</p>	<p>Primeiramente, informamos que a DIASF é uma unidade técnica no qual acompanha junto ao GCEAF a execução dos serviços, mas não possui autonomia deliberativa.</p> <p>Assim informamos que o serviço atualmente está sendo prestado aos pacientes cadastrados no CEAF mediante "REQUISICÃO ADMINISTRATIVA" determinada pelo Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal junto ao BRB.</p> <p>A exposição de motivos e os fundamentos foram detalhados pelo próprio Secretário de Estado de Saúde no Despacho - SES/GAB 48409104 (Vide doc. em anexo 58813244)</p>
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>VI-a: 2) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI nºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (email diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;</p>	Rememora-se que já foi atendido a solicitação de acesso externos aos três processos citados conforme está disposto no Ofício Nº 2241/2021 - SES/GAB que foi enviado pelo GAB/SES ao TCDF (Vide doc. 57734533)

Sendo esses os apontamentos desta DIASF/CATES, submetemos os autos a Vossa Senhoria para as devidas tratativas junto ao TCDF.

Esta DIASF/CATES se coloca à disposição para algo mais que puder colaborar.

Respeitosamente,

Walleska Fidelis Gomes Borges
Diretoria de Assistência Farmacêutica
Diretora



Documento assinado eletronicamente por **WALLESKA FIDELIS GOMES BORGES - Matr.1437039-5, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 30/03/2021, às 11:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.




A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **58813251** código CRC= **B33B157B**.


"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF


00600-00001570/2021-81

Doc. SEI/GDF 58813251

<div>  <div>08.AGOSTO - ATIVO</div> </div>					
<div>Relatório de Desempenho de Campanha Diário</div> <div>Período: 1/8/2020 à 31/8/2020</div>					
Campanha(s): CEAF, FARMÁCIA					
Data	Realizadas	Efetivadas	% Efetivadas	Tempo Atendimento Total	Tempo Médio de Atendimento
01/08/2020	3336	3327	99,73	71:22:27	00:01:17
02/08/2020	-	-	-	-	-
03/08/2020	6551	6525	99,60	130:44:50	00:01:11
04/08/2020	5463	5437	99,52	152:36:31	00:01:40
05/08/2020	5825	5794	99,47	148:29:53	00:01:31
06/08/2020	5749	5722	99,53	141:14:20	00:01:28
07/08/2020	5735	5707	99,51	132:19:07	00:01:23
08/08/2020	2198	2186	99,45	51:43:51	00:01:24
09/08/2020	-	-	-	-	-
10/08/2020	5188	5163	99,52	128:13:54	00:01:28
11/08/2020	5345	5317	99,48	129:17:08	00:01:27
12/08/2020	5199	5181	99,65	117:11:52	00:01:21
13/08/2020	5568	5548	99,64	114:07:05	00:01:13
14/08/2020	5018	5006	99,76	88:07:02	00:01:03
15/08/2020	1724	1720	99,77	34:04:14	00:01:11
16/08/2020	-	-	-	-	-
17/08/2020	5873	5855	99,69	98:19:47	00:01:00
18/08/2020	5063	5049	99,72	82:51:27	00:00:58
19/08/2020	3151	3140	99,65	57:20:29	00:01:05
20/08/2020	1394	1386	99,43	28:58:41	00:01:14
21/08/2020	1360	1358	99,85	34:47:49	00:01:32
22/08/2020	-	-	-	-	-
23/08/2020	-	-	-	-	-
24/08/2020	549	543	98,91	11:57:13	00:01:18
25/08/2020	599	593	99,00	14:22:33	00:01:26
26/08/2020	3304	3293	99,67	90:47:48	00:01:38
27/08/2020	5442	5433	99,83	149:21:17	00:01:38
28/08/2020	3321	3304	99,49	71:45:17	00:01:17
29/08/2020	1715	1712	99,83	30:15:10	00:01:03
30/08/2020	-	-	-	-	-
31/08/2020	5401	5355	99,15	156:22:52	00:01:44
TOTAL	100.071	99.654	99,58	2266:42:37	00:01:22
MÉDIA	4003	3986			

<div>  <div>08.AGOSTO - RECEPTIVO</div> </div>										
Relatório de Desempenho de Chamadas Diário										
Período: 1/8/2020 à 31/8/2020										
Serviço(s): BRB - FARMACIA, CEAF										
Data	Entrantes	Atendidas	Abandonadas	TMA	Atendida até 10s	Abandono até 10s	Atendida após 10s	Abandono após 10s	Nível serviço 10s	Nível abandono 10s
01/08/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
02/08/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
03/08/2020	692	692	0	00:03:43	686	-	6	-	99,13	0,00
04/08/2020	550	548	2	00:04:17	548	2	-	-	100,00	0,00
05/08/2020	617	617	0	00:04:04	617	-	-	-	100,00	0,00
06/08/2020	605	605	0	00:04:06	605	-	-	-	100,00	0,00
07/08/2020	519	519	0	00:03:59	519	-	-	-	100,00	0,00
08/08/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
09/08/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10/08/2020	656	656	0	00:04:04	647	-	9	-	98,63	0,00
11/08/2020	584	584	0	00:04:16	584	-	-	-	100,00	0,00
12/08/2020	587	587	0	00:04:04	583	-	4	-	99,32	0,00
13/08/2020	494	493	1	00:04:39	486	1	7	-	98,58	0,00
14/08/2020	456	456	0	00:04:20	456	-	-	-	100,00	0,00
15/08/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16/08/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17/08/2020	589	589	0	00:04:17	589	-	-	-	100,00	0,00
18/08/2020	452	452	0	00:04:19	452	-	-	-	100,00	0,00
19/08/2020	388	388	0	00:04:22	388	-	-	-	100,00	0,00
20/08/2020	333	333	0	00:04:24	333	-	-	-	100,00	0,00
21/08/2020	335	335	0	00:03:53	335	-	-	-	100,00	0,00
22/08/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
23/08/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24/08/2020	371	371	0	00:03:36	371	-	-	-	100,00	0,00
25/08/2020	342	342	0	00:03:37	342	-	-	-	100,00	0,00
26/08/2020	337	337	0	00:03:58	337	-	-	-	100,00	0,00
27/08/2020	414	413	1	00:03:50	413	1	-	-	100,00	0,00
28/08/2020	365	365	0	00:03:19	365	-	-	-	100,00	0,00
29/08/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30/08/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31/08/2020	504	504	0	00:03:53	503	-	1	-	99,80	0,00
TOTAL	10.190	10.186	4	00:04:04	10.159	4	27		99,73%	0,00%
MÉDIA DIÁRIA	485,24	485,05	0,19							

BRB SERVIÇOS		09.SETEMBRO - ATIVO			
Relatório de Desempenho de Campanha Diário					
Período: 1/9/2020 à 30/9/2020					
Campanha(s): CEAF, FARMÁCIA					
Data	Realizadas	Efetivada s	% Efetivadas	Tempo Atendimento Total	Tempo Médio de Atendimento
01/09/2020	5241	5120	97,69	150:59:38	00:01:43
02/09/2020	5855	5468	93,39	144:25:51	00:01:28
03/09/2020	5739	5714	99,56	141:06:20	00:01:28
04/09/2020	5372	5353	99,65	117:43:47	00:01:18
05/09/2020	-	-	-	-	-
06/09/2020	-	-	-	-	-
07/09/2020	-	-	-	-	-
08/09/2020	4355	4341	99,68	90:37:25	00:01:14
09/09/2020	4388	4326	98,59	86:48:58	00:01:11
10/09/2020	6060	6005	99,09	119:33:45	00:01:11
11/09/2020	5354	5106	95,37	84:16:07	00:00:56
12/09/2020	2313	2304	99,61	48:01:52	00:01:14
13/09/2020	-	-	-	-	-
14/09/2020	4817	4795	99,54	83:58:43	00:01:02
15/09/2020	4459	4440	99,57	74:14:07	00:00:59
16/09/2020	5311	5299	99,77	97:24:33	00:01:06
17/09/2020	5004	4986	99,64	86:47:34	00:01:02
18/09/2020	3276	3236	98,78	49:43:59	00:00:54
19/09/2020	-	-	-	-	-
20/09/2020	-	-	-	-	-
21/09/2020	2292	2278	99,39	38:15:57	00:01:00
22/09/2020	5541	5517	99,57	75:48:54	00:00:49
23/09/2020	3258	3248	99,69	42:58:36	00:00:47
24/09/2020	637	626	98,27	09:15:00	00:00:52
25/09/2020	1256	1252	99,68	23:20:23	00:01:06
26/09/2020	-	-	-	-	-
27/09/2020	-	-	-	-	-
28/09/2020	1006	1003	99,70	20:46:35	00:01:14
29/09/2020	-	-	-	-	-
30/09/2020	-	-	-	-	-
TOTAL	81.534	80.417	98,63	1586:08:04	00:01:12
MÉDIA	4077	4021			

<div>  <div>09.RECEPTIVO - RECEPTIVO</div> </div>										
<div>Relatório de Desempenho de Chamadas Diário</div> <div>Período: 1/9/2020 à 30/9/2020</div>										
Serviço(s): BRB - FARMACIA, CEAF										
Data	Entrantes	Atendidas	Abandonadas	TMA	Atendida até 10s	Abandono até 10s	Atendida após 10s	Abandono após 10s	Nível serviço 10s	Nível abandono 10s
01/09/2020	508	507	1	00:04:06	505	1	2	-	99,61	0,00
02/09/2020	542	542	-	00:03:52	540	-	2	-	99,63	0,00
03/09/2020	605	605	0	00:03:36	605	-	-	-	100,00	0,00
04/09/2020	502	502	0	00:03:33	501	-	1	-	99,80	0,00
05/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
06/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
07/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
08/09/2020	684	684	0	00:03:43	679	-	5	-	99,27	0,00
09/09/2020	684	682	2	00:03:16	663	1	19	1	97,21	0,15
10/09/2020	587	587	0	00:03:41	586	-	1	-	99,83	0,00
11/09/2020	442	442	0	00:03:37	442	-	-	-	100,00	0,00
12/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14/09/2020	608	608	0	00:03:38	608	-	-	-	100,00	0,00
15/09/2020	564	564	0	00:03:02	564	-	-	-	100,00	0,00
16/09/2020	521	521	0	00:03:31	521	-	-	-	100,00	0,00
17/09/2020	500	500	0	00:03:26	500	-	-	-	100,00	0,00
18/09/2020	395	395	0	00:03:22	392	-	3	-	99,24	0,00
19/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21/09/2020	439	439	0	00:03:15	439	-	-	-	100,00	0,00
22/09/2020	409	409	0	00:03:32	409	-	-	-	100,00	0,00
23/09/2020	404	404	0	00:03:28	404	-	-	-	100,00	0,00
24/09/2020	328	328	0	00:03:17	328	-	-	-	100,00	0,00
25/09/2020	319	319	0	00:03:20	319	-	-	-	100,00	0,00
26/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
27/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
28/09/2020	396	396	0	00:02:32	396	-	-	-	100,00	0,00
29/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30/09/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.437	9.434	3	00:03:29	9.401	2	33	1	99,65%	0,01%
MÉDIA DIÁRIA	496,68	496,53	0,17							

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio e Ligações																																																														
Entregas realizadas																																																														
Item	Descrição																																																													
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.																																																													
Meta a cumprir	<p>Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)</p> <p>Agendamentos Realizados</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>STATUS</th> <th>TOTAL DE AGENDAMENTOS DE MEDICAMENTOS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PACIENTES AGENDADOS</td> <td>15.049</td> </tr> <tr> <td>PACIENTES ENTREGUES</td> <td>13.845</td> </tr> <tr> <td>DEVOLVIDOS COM TENTATIVAS DE ENTREGA</td> <td>1.146</td> </tr> <tr> <td>% Entrega (ENTREGUE/DISPENSADO)</td> <td>99,61%</td> </tr> <tr> <td>TOTAL DE ENTREGAS A FATURAR</td> <td>14.991</td> </tr> <tr> <td>MEDICAMENTOS ENTREGUES E RECEITAS COLETADAS</td> <td>22.104</td> </tr> </tbody> </table> <p>A diferença entre os medicamentos entregue x agendados, deve-se a vários fatores (ausência de dispensação, paciente ausente, endereço incorreto, pacientes que já retiraram na farmácia e etc).</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>LIGAÇÃO ATIVA</th> <th>Realizadas</th> <th>Efetivadas</th> <th>% Efetivadas</th> <th>TMA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>TOTAL</td> <td>100.071</td> <td>99.654</td> <td>99,58</td> <td>00:01:22</td> </tr> <tr> <td>MÉDIA DIÁRIA</td> <td>4.003</td> <td>3.986</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th>LIGAÇÃO RECEPTIVA</th> <th>Entrantes</th> <th>Atendidas</th> <th>Abandonadas</th> <th>TMA</th> <th>Nível serviço 10s</th> <th>Nível abandono 10s</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>TOTAL</td> <td>10.190</td> <td>10.186</td> <td>4</td> <td>00:04:04</td> <td>99,73</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>MÉDIA DIÁRIA</td> <td>485</td> <td>485</td> <td>0</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>MEDIA LIGAÇÃO DIA</td> <td>4.488</td> </tr> <tr> <td>MEDIA TMA</td> <td>00:02:43</td> </tr> <tr> <td>MEDIA NÍVEL DE SERVIÇO</td> <td>99,7</td> </tr> </tbody> </table>						STATUS	TOTAL DE AGENDAMENTOS DE MEDICAMENTOS	PACIENTES AGENDADOS	15.049	PACIENTES ENTREGUES	13.845	DEVOLVIDOS COM TENTATIVAS DE ENTREGA	1.146	% Entrega (ENTREGUE/DISPENSADO)	99,61%	TOTAL DE ENTREGAS A FATURAR	14.991	MEDICAMENTOS ENTREGUES E RECEITAS COLETADAS	22.104	LIGAÇÃO ATIVA	Realizadas	Efetivadas	% Efetivadas	TMA	TOTAL	100.071	99.654	99,58	00:01:22	MÉDIA DIÁRIA	4.003	3.986			LIGAÇÃO RECEPTIVA	Entrantes	Atendidas	Abandonadas	TMA	Nível serviço 10s	Nível abandono 10s	TOTAL	10.190	10.186	4	00:04:04	99,73	0	MÉDIA DIÁRIA	485	485	0				MEDIA LIGAÇÃO DIA	4.488	MEDIA TMA	00:02:43	MEDIA NÍVEL DE SERVIÇO	99,7
STATUS	TOTAL DE AGENDAMENTOS DE MEDICAMENTOS																																																													
PACIENTES AGENDADOS	15.049																																																													
PACIENTES ENTREGUES	13.845																																																													
DEVOLVIDOS COM TENTATIVAS DE ENTREGA	1.146																																																													
% Entrega (ENTREGUE/DISPENSADO)	99,61%																																																													
TOTAL DE ENTREGAS A FATURAR	14.991																																																													
MEDICAMENTOS ENTREGUES E RECEITAS COLETADAS	22.104																																																													
LIGAÇÃO ATIVA	Realizadas	Efetivadas	% Efetivadas	TMA																																																										
TOTAL	100.071	99.654	99,58	00:01:22																																																										
MÉDIA DIÁRIA	4.003	3.986																																																												
LIGAÇÃO RECEPTIVA	Entrantes	Atendidas	Abandonadas	TMA	Nível serviço 10s	Nível abandono 10s																																																								
TOTAL	10.190	10.186	4	00:04:04	99,73	0																																																								
MÉDIA DIÁRIA	485	485	0																																																											
MEDIA LIGAÇÃO DIA	4.488																																																													
MEDIA TMA	00:02:43																																																													
MEDIA NÍVEL DE SERVIÇO	99,7																																																													
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.																																																													
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.																																																													
Periodicidade	Mensal																																																													
Mecanismo de Cálculo	<p>Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas.</p> <p>Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X</p>																																																													
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.																																																													
Faixas de ajuste no pagamento	<p>X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6.</p> <p>Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.</p>																																																													
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.																																																													
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas, em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA.																																																													

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio e Ligações							
Entregas realizadas							
Item	Descrição						
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.						
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)						
	STATUS			TOTAL DE AGENDAMENTOS DE MEDICAMENTOS			
	PACIENTES AGENDADOS			12.119			
	PACIENTES ENTREGUES			12.071			
	% Entrega (ENTREGUE/DISPENSADO)			99,60%			
	MEDICAMENTOS E RECEITAS ENTREGUES			14.775			
	LIGAÇÃO ATIVA	Realizadas	Efetivadas	% Efetivadas	TMA		
	TOTAL	81.534	80.417	98,63	00:01:12		
	MÉDIA DIÁRIA	4.077	4.021				
	LIGAÇÃO RECEPTIVA	Entrantes	Atendidas	Abandonadas	TMA	Nível serviço 10s	Nível abandono 10s
TOTAL	9.437	9.434	3	00:03:29	99,65	0,01	
MÉDIA DIÁRIA	497	497	0				
MEDIA LIGAÇÃO DIA	4.573						
MEDIA TMA	00:02:21						
MEDIA NÍVEL DE SERVIÇO	99,1						
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.						
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.						
Periodicidade	Mensal						
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas. Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X						
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.						
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6. Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.						
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.						
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas, em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA.						



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

À SES/SUAG/DACC/GACTC

Senhora Gerente,

Referente ao contrato nº 063/2020 (38082098) que entre si celebram o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa BRB serviços S/A, nos termos do padrão nº 02/2002.

Assunto: relatório descritivo do serviço de agendamento, atendimento ativo e passivo pela central telefônica e entrega de medicamentos em domicílio pela BRB serviços S/A

Empresa: BRB serviços S/A

Competência: Agosto de 2020

Processo SEI: 00060-00109204/2020-43

CNPJ: 12.875.569/0001-80

Objeto do Contrato:

Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

1. Do detalhamento dos serviços prestados

Conforme já supradito, o objeto do contrato abrange três serviços e descritos no item 3.2.1. *in verbis*:

"Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte de medicamentos" (grifo nosso)

Acerca desses, detalha-se:

- Sobre o serviço de **agendamento**: ocorreu por meio de central telefônica (ativa e receptiva), que realizou agendamento diário de pacientes e encaminhou para os núcleos de farmácia, por meio de planilhas, para que ocorresse a dispensação e a separação de kits de medicamentos para posterior entrega. As planilhas diárias de agendamento foram enviadas à farmácia, na maioria das vezes, com antecedência de 48 horas.
- Sobre o serviço de **entregas de medicamentos em domicílio**: após a dispensação e separação de medicamentos pela farmácia, os kits de medicamentos ficavam segregados e eram encaminhados para o transporte no dia seguinte (turno da manhã) divididos em rotas pré-estabelecidas de acordo com a região de domicílio de cada paciente. Os motoristas, no ato da entrega, recolheram assinaturas dos pacientes (ou representantes cadastrados) em recibos para conferência e arquivamento nos núcleos de farmácia. Os motoristas retornavam à farmácia, ao final do dia, com os recibos de entrega e, quando alguma entrega não era

efetuada, além de devolver os kits, apresentavam justificativas. Quando possível os kits eram reagendados para uma nova tentativa de entrega.

- Sobre o serviço de **fornecimento de mão de obra especializada de nível médio**: foram fornecidas equipes de colaboradores (de nível médio) em cada núcleo de farmácia e esses realizaram as atividades de: conferir os medicamentos separados pelos farmacêuticos e técnicos da farmácia, embalar kits de medicamentos, acondicionar em caixas de transporte conforme as rotas pré-estabelecidas, direcionar aos motoristas os kits e recibos para efetuarem as entregas, receber os motoristas com os recibos ao final do dia e encaminhar aos farmacêuticos para conferência.

2. Das ocorrências

Conforme registrado nas atas das reuniões de avaliação e monitoramento do serviço contratado, as quais ocorreram nas datas de cinco de agosto (documento SEI 48690992) e vinte e seis de agosto (documento SEI 48691272) do corrente ano, cabe destacar que:

ATA 05-AGOSTO-2020

Ficou estabelecido que o call-center não agendará pacientes que no ato da ligação de agendamento indicasse endereço fora da região administrativa que a farmácia a qual é cadastrado atende. A gerente das farmácias enviará as RA's que cada farmácia atende;

Verificar a possibilidade de agendar para o dia e não para o turno e também a possibilidade de ter rotas pré-definidas para o dia;

As chefias dos núcleos de farmácia solicitaram que as minutas das buscas de receitas viessem separadas das minutas de entrega de medicamentos;

Alinhou-se horário para início das separações de medicamentos nas unidades das farmácias pelos farmacêuticos: 08:00 horas para todas as farmácias;

Sobre as planilhas do Drive foi alinhado que a contratada iria: acrescentar uma coluna de "data" para ser utilizada quando o motivo de não dispensado for "já retirou"; Não iria bloquear células das planilhas e iria inserir campo para os dados referentes as receitas;

Os devolvidos só poderão sair para entrega novamente perante novo agendamento;

Após três tentativas de entrega sem sucesso por responsabilidade do paciente, o mesmo será considerado inelegível para o programa;

O tempo de espera do motorista em relação aos pacientes que residem em prédios também será considerado como um fator para tornar o paciente inelegível;

No ato da coleta das receitas com o paciente, não é dever do motorista fazer qualquer tipo de conferência sobre o documento.

ATA 26-AGOSTO-2020

Salientou-se a importância do preenchimento correto das planilhas do drive;

A equipe da logística informou sobre o aumento de relatos de pacientes que não estão em casa no momento da entrega. Tal fato motivou a realização de uma reunião para reforçar com os motoristas a importância do registro de todas as situações;

Sobre as minutas: o novo fluxo é composto por duas minutas, sendo uma para coleta de receita e outra para entrega de medicamentos. Deste modo, o paciente que tem a dispensação parcial pode receber e assinar na minuta referente apenas ao medicamento recebido. OBS.: para comprovação final o que vale é o recibo;

Reforçar com a equipe da embalagem a importância e execução da dupla checagem por lote do medicamento e não pela gramatura. Foram sinalizados pela Gerente da farmácia erros relacionados a falta de conferência desses lotes. Por conluente, fica acordado que o ideal é a dupla checagem pela farmácia mais a checagem pela equipe da embalagem;

Sobre a conferência e registro da temperatura dos termolâbeis: é necessário reforçar com a equipe dos motoristas que essa temperatura deve ser registrada;

Sobre a coleta das receitas: fica definido como novos prazos para entrega do medicamento controlado, quatro dias úteis após a data da coleta, sendo que: D0 – Coleta; D1 – Dala

recebe e registra na planilha; D2 – Farmácia analisa a receita; D3 – Farmácia separa a receita; D4 – o controlado sai para entrega;

Solicitação de orientação para os motoristas: pedir para não escreverem na receita;

Medicamentos para doenças específicas: pacientes recebem os medicamentos semestralmente. Como não há como filtrar esses pacientes da base, identificando os que estão autorizados/não autorizados no semestre. Deste modo, tais pacientes se transformam em ruídos da base, ou seja, agendamentos que não saíram para entrega;

Pacientes com fibrose cística: para esses pacientes é necessário seguir um fluxo parecido com o do controlado, pois necessitam de validação da receita de antibiótico. Mas não é em todo caso que essa receita é necessária. Deste modo, ficou estabelecido que esses pacientes terão que comparecer às suas unidades de farmácia;

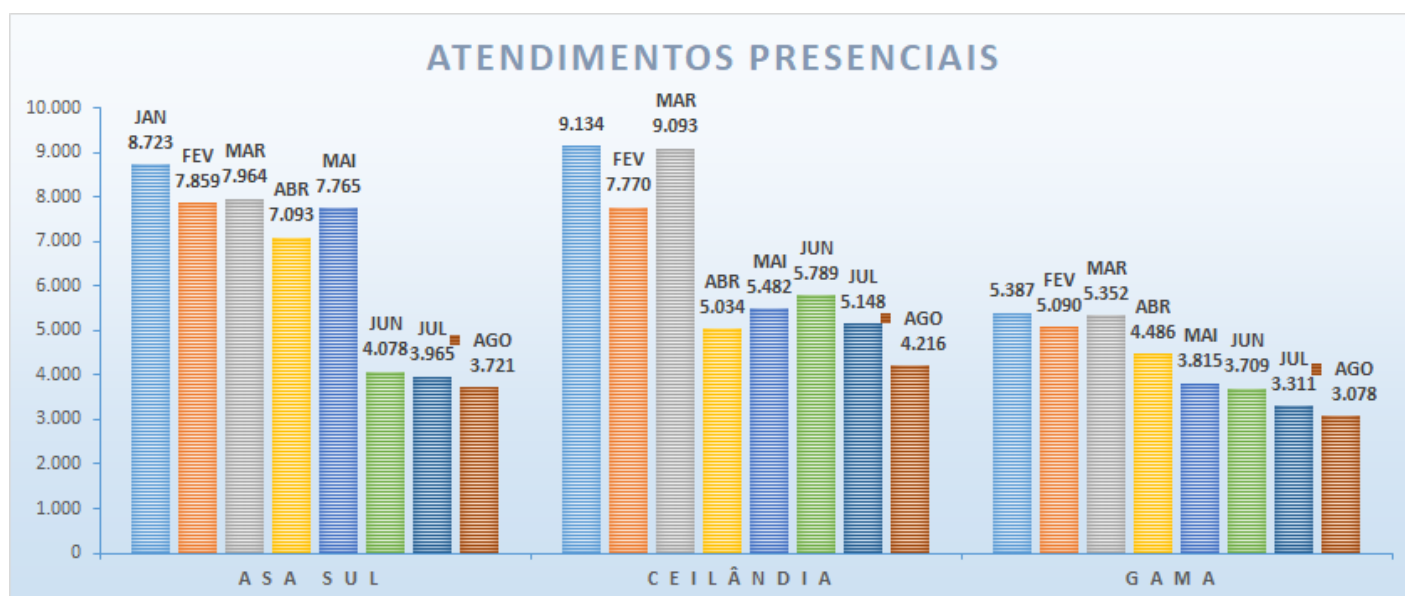
Situações de pacientes com covid: fica definido que o protocolo para entrega de medicamentos para pacientes com covid, não será coletada a assinatura do paciente, ou seja, o próprio motorista anotará o RG e sinalizará que a entrega foi realizada;

Receitas com datas futuras: guardar para reagendar no período válido (a ser sinalizado pela farmácia, no drive). Só não pode reagendar para os dias que não tem entrega de medicamento. Fica acordado que será inserido no drive o status de “não aprovada” e no motivo, será inserido a data em que o medicamento pode ser entregue. Tal data será utilizada para reagendar a entrega;

Receitas coletadas e não localizadas na farmácia, o que fazer nesse caso? Verificar as minutas, caso esteja assinado na minuta “coleta + farmácia”, a receita está na responsabilidade da farmácia. Caso contrário, a logística deve dar conta sobre onde está a receita;

Fluxo das receitas: foi feito um treinamento com os motoristas e ficou definido que o novo fluxo será discutido com base na performance da equipe após o treinamento.

GRÁFICO I



3. Da avaliação da meta

Considerando que, mesmo com a oferta do serviço de entrega em domicílio, há preferência por parte de alguns pacientes em continuar retirando seus medicamentos *in loco* nos núcleos de farmácia;

Considerando que, rotineiramente, há falta de alguns medicamentos no CEAF, impossibilitando sua dispensação, seja presencial ou em domicílio;

Considerando, ainda, que vários medicamentos (ex: atorvastatina) são dispensados

para três meses de tratamento em um único atendimento/entrega, o que implica na redução da quantidade desses pacientes nos dois meses subsequentes à primeira entrega;

E, por fim, considerando o elevado número de pacientes que não estavam aptos para receber os medicamentos no mês de agosto por diversos fatores, tais como: avaliação de processo pendente, pacientes com receituário de controle especial expirado ou inválido, pacientes com cadastros desatualizados, dentre outras peculiaridades, como pode ser visto na tabela abaixo:

SITUAÇÃO	QUANTIDADE DE PACIENTES <i>* números aproximados</i>
Total de pacientes cadastrados no sistema Hórus	33.000
<i>Pacientes não aptos para dispensação (AGOSTO/2020)</i>	
• Pacientes com cadastro não atualizado ou avaliação de processo pendente	3.500
• Pacientes que optaram por realizar retirada dos medicamentos de forma presencial	11.015
• Pacientes que, antes de AGOSTO, já haviam retirado medicamentos para um trimestre	2.500
• Pacientes com medicamentos em falta no mês	3.000
Total de pacientes não aptos para dispensação	20.015
Assim, o total de pacientes aptos para dispensação e entrega em domicílio no mês de AGOSTO	12.985

Fonte: Base de dados BI.

Considerando que o Contrato nº 063/2020 - SES/DF (Nº SEI 38082098), discorre no item 4.5.6 da CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO, in verbis:

"4.5.6. Entrega: > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês."

A tabela nº 2, situada no apêndice III - modelo de instrumento de medição de resultado -, há menção em "Meta a cumprir": "Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)" e in verbis, abaixo:

Apêndice III - Instrumento de Medição de Resultado Nº 2

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)
Documento de	

Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas.
	Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6.
	Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA

Considerando o detalhamento contido na tabela supradita e as quantidades de pacientes aptos e não aptos para dispensação, alcançar o quantitativo descrito no item 4.5.6 - "Entrega: > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês", torna-se inviável, principalmente, por haver apenas cerca de 10.500 (dez mil e quinhentos) pacientes aptos a receberem seus medicamentos em domicílio.

Portanto, foi utilizado - para fins de medição do resultado do serviço executado pela CONTRATADA - o dispositivo constante da tabela nº 2, do Apêndice III, do Contrato nº 063/2020 - SES/DF (Nº SEI 38082098), constante do processo SEI nº 00060-00109204/2020-43, a qual seja "Meta a cumprir": "**Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas** (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)".

3. Da análise do relatório IMR

Tendo em vista que o contrato, no seu objeto, destaca que o serviço é composto de três atividades, que a CONTRATADA deve executar, sendo:

1. AGENDAMENTO;
2. ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO; e
3. FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.

Quanto ao **AGENDAMENTO**, conforme está no Relatório IMR (46814995), foram realizadas 4.488 (quatro mil quatrocentos e oitenta e oito) ligações por dia (média) e, considerando que o volume médio previsto no contrato era de 2.750 (dois mil setecentas e cinquenta), esse critério foi atendido.

A taxa de abandono das ligações apresentada pela CONTRATADA foi de 0,04%, o que atendeu a exigência do contrato (inferior a 5%).

O TMA (tempo médio de atendimento) exigido no contrato deve ser menor que 10 minutos por ligação. Como a CONTRATADA apresentou TMA de 02 minutos e 43 segundos, considera-se que esse critério foi atendido.

O contrato estabelece que o critério de velocidade de atendimento das ligações deve ser inferior a 10 segundos para 90% das ligações. Esse critério também foi atendido, visto que o Relatório IMR mostra que 99,73% das ligações foram atendidas dentro do prazo inferior a 10

segundos.

Quanto à **ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO**, conforme pode ser constatado no Relatório operacional de agosto (46815118), na informação complementar BRB (49109315) e no relatório da fiscal técnica (49116479) 10.911 pacientes agendados tiveram seus medicamentos dispensados e 10.395 pacientes receberam seus medicamentos em casa.

STATUS	TOTAL DE PACIENTES AGENDADOS/ENTREGUES
TOTAL DE PACIENTES AGENDADOS E VALIDADOS PELA FARMÁCIA	10.911
TOTAL DE ENTREGAS EFETIVADAS (COM RECIBOS)	10.395
PORCENTAGEM DE AGENDAMENTO/ENTREGAS EFETIVAS	95,27%

Quanto ao **FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA** CONTRATADA disponibilizou colaboradores de nível médio contratados pela BRB Serviços S/A.

Portanto, conclui-se que a CONTRATADA executou efetivamente:

SERVIÇO			Executado
1) AGENDAMENTO	Média de ligações por dia	Atendido satisfatoriamente	100%
	TMA	Atendido satisfatoriamente	100%
	Taxa de abandono	Atendido satisfatoriamente	100%
	Velocidade de atendimento de ligações (até 10 segundos)	Atendido satisfatoriamente	100%
TOTAL			100%

SERVIÇO		Executado
2) ENTREGAS DOMICILIARES	Atendido satisfatoriamente	100 %
TOTAL		100%

SERVIÇO		Executado
3) FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA	Atendido satisfatoriamente	100%
TOTAL		100%

Sobre a decisão do tribunal de Contas

Considerando a decisão do tribunal de contas, publicada no Diário Oficial Nº 193, de 09/10/2020, pág. 31, que versa sobre o Ofício nº 9040/2020-GP, que comunica a Decisão nº 4226/2020, proferida no Processo nº 00600-00000439/2020-16-e, que tem por objeto a Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à Corte, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Portanto, esta comissão acata a decisão do TCDF, abaixo colacionada, e faz as adequações necessárias para limitar o quantitativo mensal a ser pago à BRB Serviços S/A.

"Neste momento, diante das irregularidades apontadas pelo corpo instrutivo acerca da planilha de formação de preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S/A., considero necessário determinar à SES/DF, com fulcro no art. 277, "caput", do RI/TCDF, que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S/A. com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal calculado pela unidade instrutiva de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada para os encargos sociais e para o BDI aos limites máximos admitidos por esta Casa (72,91% e 30,00%, respectivamente), conforme detalhado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3 e no PT 2 – Planilha de Formação de Preços

Saliento que o valor indicado pela 3ª Diasp/TCDF representa uma diferença mensal (a menor) de R\$ 304.235,46 quando comparado com o valor pactuado no Contrato n.º 63/2020 – SES/DF de R\$ 1.802.625,08 (o que indica um sobrepreço de cerca de 20%32).

Assim, para cumprimento da medida cautelar ora aventada e ciente de que o prazo de vigência contratual (improrrogável) se encerrou no dia 28.09.2020, a SES/DF deverá limitar o valor total a ser pago à empresa BRB Serviços S/A. ao montante devido de R\$ 8.990.337,7233 (em detrimento do valor pactuado de R\$ 10.815.750,36), descontando desse montante os valores já pagos e promovendo as devidas compensações. Consulta realizada pelo meu gabinete no dia 28.09.2020 junto ao Sistema de Controle Externo – Siscoex/TCDF identificou os seguintes pagamentos à empresa BRB Serviços S/A., com fulcro no Contrato n.º 63/2020 – SES/DF, que totalizam a quantia de R\$ 3.847.450,8334

Verifica-se, portanto, que os serviços alusivos aos meses de abril, maio e junho/2020 já foram pagos, restando ainda pendentes de pagamento os meses de julho, agosto e setembro/2020. Diante disso, caberá à SES/DF:

1º passo: recalcular, de imediato, o valor (corrigido) das faturas dos meses de abril, maio e junho/2020, considerando os percentuais máximos de encargos sociais (72,91%) e de BDI (30,00%) admitidos por esta Casa;

2º passo: obter o valor total pago a maior, subtraindo-se, do valor total pago (no caso, R\$ 3.847.450,83), o valor total corrigido (obtido com o 1º passo), de modo a possibilitar futura compensação;

*3º passo: ajustar, quando do pagamento de qualquer quantia remanescente à empresa BRB Serviços S/A. (faturas dos 32 20,30% = [(R\$ 1.802.625,08 / R\$ 1.498.389,62) – 1] * 100% 33 R\$ 8.990.337,72 = R\$ 1.498.389,62 * 6 34 R\$ 3.847.450,83 = R\$636.975,60 + R\$84.122,50 + R\$1.518.771,70 + R\$90.131,25 + R\$1.427.318,53 + R\$90.131,25 e-DOC F324610E Proc 00600-00000439/2020-16-e Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o e-DOC F324610E e-DOC 7FDB1E45 Proc 00600-00000439/2020-16-e TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO Proc.: 00600- 00000439/2020-16e meses de julho, agosto e setembro/2020), os percentuais de encargos sociais e de BDI aos limites máximos admitidos por esta Casa (72,91% e 30,00%, respectivamente), descontando do montante corrigido o valor total pago a maior (calculado no 2º passo), até sua completa compensação. Reforço que a medida cautelar que proponho busca evitar, mesmo que temporariamente, o enriquecimento ilícito da Administração. Além disso, ante a ausência de motivação minimamente suficiente para impedir a realização de qualquer pagamento à Contratada,*

com as devidas vênias de estilo, entendo que os serviços contratados em razão da Dispensa de Licitação n.º 03/2020 – SES/DF devem ser remunerados levando-se em conta os limites usualmente admitidos por esta Casa."

Dessa forma, os cálculos seguem da seguinte forma:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Valor da Nota Fiscal	Atesto	Valor SUGERIDO de Glosa
1. Valor Serviço AGENDAMENTO	R\$ 499.463,21	R\$ 499.463,21	-
2. Valor Serviço ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO	R\$ 499.463,21	R\$ 499.463,21	-
3. Valor Serviço FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA	R\$ 499.463,21	R\$ 499.463,21	-
TOTAL	R\$ 1.498.389,62	R\$ 1.498.389,62	-

Diante de todo o exposto, o valor a ser pago pelos serviços prestados no mês de agosto de 2020 é de R\$ 1.498.389,62 (um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos).

É o relatório.

Atenciosamente,

Walleska Fidelis Gomes Borges

Executora e Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Mariana Mantovani

Fiscal Requisitante

Bruno Henrique Ferrão

Fiscal Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO HENRIQUE FERRAO - Matr.1697391-7, Farmacêutico(a) Bioquímico(a) - Farmácia**, em 17/10/2020, às 16:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA MANTOVANI - Matr.1671240-4, Executor(a) de Contrato-Suplente**, em 17/10/2020, às 16:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WALLESKA FIDELIS GOMES - Matr.1437039-5, Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 17/10/2020, às 16:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **49161861** código CRC= **688314F6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00041-00001661/2020-37

Doc. SEI/GDF 49161861

Diretoria de Assistência Farmacêutica

Senhora Gerente,

Objeto do Contrato:

Relatório Anual do OES/SE/RS (CAGE 32958856236) SEI 0040060001093120202021-pg. 37

2. Das ocorrências

Conforme registrado na ata de reunião de avaliação e monitoramento do serviço contratado, que ocorreu no dia 09 de setembro (documento SEI 49649115) do corrente ano, cabe destacar que:

Que houve extrapolação do limite da capacidade das farmácias de dispensação, gerando a necessidade de reagendar as rotas nº 7 da Asa Sul e a nº 3 do Gama referentes ao dia 8 de setembro. Alinhou-se que a central de agendamento irá proceder o mais rápido possível a reagendamento dos pacientes conforme assinalado na planilha de controle compartilhada (Google Drive);

A Contratada informou que iniciou um processo de aviso prévio visando o desligamento de profissionais contratados, em virtude do fim do contrato no mês de setembro.

Ambas as partes ressaltam não haver informações ou indicativos de que o contrato será prorrogado, e que as tratativas são de responsabilidade de instâncias superiores da Secretaria de Saúde.

As farmácias irão dispensar medicamentos para mais meses subsequentes durante o mês de setembro, aproveitando o final do serviço de entrega em casa, com o intuito de minimizar, dentro do possível, a situação de aglomerações nas farmácias a partir de outubro.

Conforme ajuste padrão do fluxo de trabalho, também em setembro, o serviço funcionará até o penúltimo dia útil do mês, visto que no último são necessários fazer ajustes de estoques, estornos, trâmites de devoluções de medicamentos, entre outros trabalhos que são incompatíveis com a rotina para o serviço de entrega em domicílio.

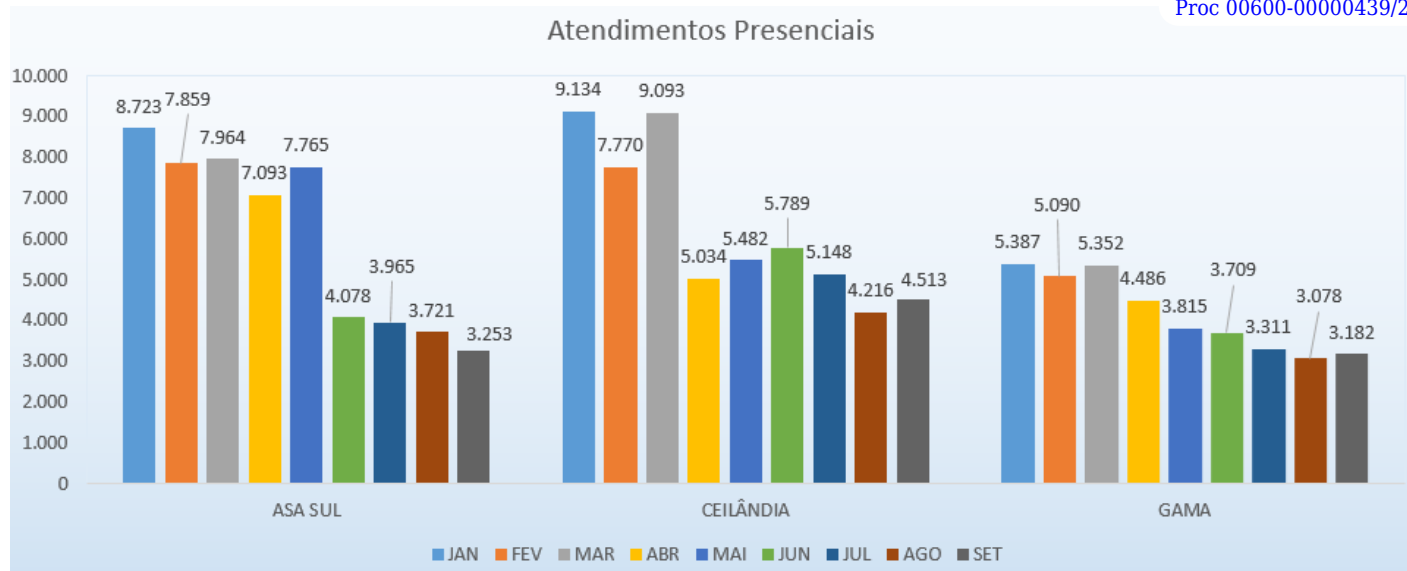
Foi sugerido o acompanhamento dos dados referentes a receita, para possibilitar o rastreio sobre quando a receita chegou à farmácia, por qual farmacêutico foi avaliada e qual foi o status da avaliação, assim como o motivo da mesma.

A empresa de logística discorre acerca de devoluções de kits de medicamentos, mencionando que entre as principais causas por eles detectados encontram-se endereços informados incorretamente pelo próprio paciente e a ausência do paciente no endereço na data agendada para a entrega.

A gerente do CEAF reforça para mapeamento dos pacientes que rotineiramente informam endereços inconsistentes e/ou estão ausentes na data agendada a fim de torná-los inelegíveis temporariamente, a fim de otimizar os esforços de todos nesse mês que pode ser o derradeiro do serviço em virtude do fim do contrato.

Por fim de modo, de modo unânime há um reconhecimento da evolução do serviço, da comunicação entre os entes, de modo que a resolubilidade das ações estava em crescente expansão, bem como a confiança dos pacientes no serviço e até mesmo as manifestações positivas em Ouvidorias.

GRÁFICO I



3. Da avaliação da meta

Considerando que, mesmo com a oferta do serviço de entrega em domicílio, há preferência por parte de alguns pacientes em continuar retirando seus medicamentos *in loco* nos núcleos de farmácia;

Considerando que, rotineiramente, há falta de alguns medicamentos no CEAF, impossibilitando sua dispensação, seja presencial ou em domicílio;

Considerando, ainda, que vários medicamentos (ex: atorvastatina) são dispensados para três meses de tratamento em um único atendimento/entrega, o que implica na redução da quantidade desses pacientes nos dois meses subsequentes à primeira entrega;

E, por fim, considerando o elevado número de pacientes que não estavam aptos para receber os medicamentos no mês de setembro por diversos fatores, tais como: avaliação de processo pendente, pacientes com receituário de controle especial expirado ou inválido, pacientes com cadastros desatualizados, dentre outras peculiaridades, como pode ser visto na tabela abaixo:

SITUAÇÃO	QUANTIDADE DE PACIENTES * números aproximados
Total de pacientes cadastrados no sistema Hórus	33.000
<i>Pacientes não aptos para dispensação (SETEMBRO/2020)</i>	
• Pacientes com cadastro não atualizado ou avaliação de processo pendente	4.000
• Pacientes que optaram por realizar retirada dos medicamentos de forma presencial	10.948
• Pacientes que, antes de SETEMBRO, já haviam retirado medicamentos para um trimestre	2.500
• Pacientes com medicamentos em falta no mês	2.500
Total de pacientes não aptos para dispensação	19.948
Assim, o total de pacientes aptos para dispensação e entrega em domicílio no mês de SETEMBRO	13.052

Fonte: Base de dados BI.

Considerando que o Contrato nº 063/2020 - SES/DF (Nº SEI 38082098), discorre no item 4.5.6 da CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO, in verbis:

"4.5.6. Entrega: > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês."

A tabela nº 2, situada no apêndice III - modelo de instrumento de medição de resultado -, há menção em "Meta a cumprir": "Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)" e in verbis, abaixo:

Apêndice III - Instrumento de Medição de Resultado Nº 2

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas.
	Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6.
	Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA

Considerando o detalhamento contido na tabela supradita e as quantidades de pacientes aptos e não aptos para dispensação, alcançar o quantitativo descrito no item 4.5.6 - "Entrega: > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês", torna-se inviável, principalmente, por haver apenas cerca de 10.500 (dez mil e quinhentos) pacientes aptos a receberem seus medicamentos em domicílio.

Portanto, foi utilizado - para fins de medição do resultado do serviço executado pela CONTRATADA - o dispositivo constante da tabela nº 2, do Apêndice III, do Contrato nº 063/2020 - SES/DF (Nº SEI 38082098), constante do processo SEI nº 00060-00109204/2020-43, a qual seja "Meta a cumprir": "Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)".

3. Da análise do relatório IMR

Tendo em vista que o contrato, no seu objeto, destaca que o serviço é composto de três atividades, que a CONTRATADA deve executar, sendo:

1. AGENDAMENTO;
2. ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO; e
3. FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.

Quanto ao **AGENDAMENTO**, conforme está no Relatório IMR (48226138), foram realizadas 4.573 (quatro mil quinhentos e setenta e três) ligações por dia (média) e, considerando que o volume médio previsto no contrato era de 2.750 (dois mil setecentas e cinquenta), esse critério foi atendido.

A taxa de abandono das ligações apresentada pela CONTRATADA foi de 0,03%, o que atendeu a exigência do contrato (inferior a 5%).

O TMA (tempo médio de atendimento) exigido no contrato deve ser menor que 10 minutos por ligação. Como a CONTRATADA apresentou TMA de 02 minutos e 21 segundos, considera-se que esse critério foi atendido.

O contrato estabelece que o critério de velocidade de atendimento das ligações deve ser inferior a 10 segundos para 90% das ligações. Esse critério também foi atendido, visto que o Relatório IMR mostra que 99,65% das ligações foram atendidas dentro do prazo inferior a 10 segundos.

Quanto à **ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO**, conforme pode ser constatado no Relatório operacional de setembro (48226282) e no relatório da fiscal técnica (49499077) 11.125 pacientes agendados tiveram seus medicamentos dispensados e 10.769 pacientes receberam seus medicamentos em casa.

STATUS	TOTAL DE PACIENTES AGENDADOS/ENTREGUES
TOTAL DE PACIENTES AGENDADOS E VALIDADOS PELA FARMÁCIA	11.125
TOTAL DE ENTREGAS EFETIVADAS (COM RECIBOS)	10.769
PORCENTAGEM DE AGENDAMENTO/ENTREGAS EFETIVAS	96,80%

Quanto ao **FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA**, a CONTRATADA disponibilizou colaboradores de nível médio contratados pela BRB Serviços S/A.

Portanto, conclui-se que a CONTRATADA executou efetivamente:

SERVIÇO			Executado
1) AGENDAMENTO	Média de ligações por dia	Atendido satisfatoriamente	100%
	TMA	Atendido satisfatoriamente	100%
	Taxa de abandono	Atendido satisfatoriamente	100%
	Velocidade de atendimento de ligações (até 10 segundos)	Atendido satisfatoriamente	100%
TOTAL			100%

SERVIÇO		Executado
2) ENTREGAS DOMICILIARES	Atendido satisfatoriamente	100 %
TOTAL		100%

SERVIÇO		Executado
3) FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA	Atendido satisfatoriamente	100%

TOTAL

100%

Sobre a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Considerando a decisão do Tribunal de Contas, publicada no Diário Oficial nº 193, de 09/10/2020, pág. 31, que versa sobre o Ofício nº 9040/2020-GP, que comunica a Decisão nº 4226/2020, proferida no Processo nº 00600-00000439/2020-16-e, que tem por objeto a Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à referida Corte, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, esta comissão acata a decisão do TCDF, abaixo colacionada, e faz as adequações necessárias para limitar o quantitativo mensal a ser pago à BRB Serviços S/A.

"Neste momento, diante das irregularidades apontadas pelo corpo instrutivo acerca da planilha de formação de preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S/A., considero necessário determinar à SES/DF, com fulcro no art. 277, "caput", do RI/TCDF, que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S/A. com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal calculado pela unidade instrutiva de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada para os encargos sociais e para o BDI aos limites máximos admitidos por esta Casa (72,91% e 30,00%, respectivamente), conforme detalhado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3 e no PT 2 – Planilha de Formação de Preços

Saliento que o valor indicado pela 3ª Diasp/TCDF representa uma diferença mensal (a menor) de R\$ 304.235,46 quando comparado com o valor pactuado no Contrato n.º 63/2020 – SES/DF de R\$ 1.802.625,08 (o que indica um sobrepreço de cerca de 20%32).

Assim, para cumprimento da medida cautelar ora aventada e ciente de que o prazo de vigência contratual (improrrogável) se encerrou no dia 28.09.2020, a SES/DF deverá limitar o valor total a ser pago à empresa BRB Serviços S/A. ao montante devido de R\$ 8.990.337,7233 (em detrimento do valor pactuado de R\$ 10.815.750,36), descontando desse montante os valores já pagos e promovendo as devidas compensações. Consulta realizada pelo meu gabinete no dia 28.09.2020 junto ao Sistema de Controle Externo – Siscoex/TCDF identificou os seguintes pagamentos à empresa BRB Serviços S/A., com fulcro no Contrato n.º 63/2020 – SES/DF, que totalizam a quantia de R\$ 3.847.450,8334

Verifica-se, portanto, que os serviços alusivos aos meses de abril, maio e junho/2020 já foram pagos, restando ainda pendentes de pagamento os meses de julho, agosto e setembro/2020. Diante disso, caberá à SES/DF:

1º passo: recalcular, de imediato, o valor (corrigido) das faturas dos meses de abril, maio e junho/2020, considerando os percentuais máximos de encargos sociais (72,91%) e de BDI (30,00%) admitidos por esta Casa;

2º passo: obter o valor total pago a maior, subtraindo-se, do valor total pago (no caso, R\$ 3.847.450,83), o valor total corrigido (obtido com o 1º passo), de modo a possibilitar futura compensação;

*3º passo: ajustar, quando do pagamento de qualquer quantia remanescente à empresa BRB Serviços S/A. (faturas dos 32 20,30% = [(R\$ 1.802.625,08 / R\$ 1.498.389,62) - 1] * 100% 33 R\$ 8.990.337,72 = R\$ 1.498.389,62 * 6 34 R\$ 3.847.450,83 = R\$636.975,60 + R\$84.122,50 + R\$1.518.771,70 + R\$90.131,25 + R\$1.427.318,53 + R\$90.131,25 e-DOC F324610E Proc 00600-00000439/2020-16-e Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o e-DOC F324610E e-DOC 7FDB1E45 Proc 00600-00000439/2020-16-e TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO Proc.: 00600- 00000439/2020-16e meses de julho, agosto e setembro/2020), os percentuais de encargos sociais e de BDI aos limites máximos admitidos por esta Casa (72,91% e 30,00%, respectivamente), descontando do montante corrigido o valor total pago a maior (calculado no 2º passo), até sua completa compensação. Reforço que a medida cautelar que proponho busca evitar, mesmo que temporariamente, o enriquecimento ilícito da Administração. Além disso, ante a ausência de motivação minimamente suficiente para impedir a realização de qualquer pagamento à Contratada, com as devidas vênias de estilo, entendo que os serviços contratados em razão da Dispensa de Licitação n.º 03/2020 – SES/DF devem ser remunerados levando-se em conta os limites usualmente admitidos por esta Casa."*

Contudo, tendo em vista que a decisão do TCDF somente foi publicada em 09/10/2020,

para os meses de abril, maio e junho/2020, a referida determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal não foi utilizada para os cálculos nos seus respectivos relatórios. Assim, seguem, abaixo, as retificações dos valores dos meses de abril, maio, junho e julho de 2020, baseando-se no novo valor estipulado pelo egrégio TCDF. Saliente-se que o atesto de agosto já foi realizado em observância ao teto de gastos estipulado da decisão retro, exarada pelo TCDF.

Valor Mensal do Contrato	1.802.625,06
Valor máximo mensal a ser pago apontado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (e-DOC 7FDB1E45, Proc. SEI nº 006000000439/2020-16)	1.498.389,62
ABRIL - 2020 (R\$)	
(VBA) Valor Bruto do Atesto para o mês	1.682.450,06
(VBT) Valor Bruto proporcional a ser pago para o mês, determinado pelo TCDF*	1.398.496,98
(P) Percentual dos Serviços Executados	42,86%
(VL) Valor Líquido pago	721.098,10
(VLT) Valor Líquido a ser pago, segundo determinação do TCDF	599.395,81
Valor Pago em não conformidade com determinação do TCDF (VL - VLT)	121.702,29
* Considerou-se, para o mês de abril/2020, 28 (vinte e oito) dias, levando em consideração a data de início efetivo do Programa	

MAIO - 2020 (R\$)			
Valor Mensal do Contrato 1.802.625,06			
	Serviço de AGENDAMENTO	Serviço de ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO	Serviço de ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO
Valor Bruto Serviços	600.875,02	600.875,02	600.875,02
Percentual dos Serviços Executados	94,67%	73,09%	100%
Valor Líquido Serviços	568.848,38	439.179,55	600.875,02
(VL) Valor Líquido Total pago		1.608.902,95	

Valor máximo mensal a ser pago apontado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (e-DOC 7FDB1E45, Proc. SEI nº 006000000439/2020-16) 1.498.389,62			
	Serviço de AGENDAMENTO	Serviço de ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO	Serviço de ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO
Valor Bruto Serviços	499.463,21	499.463,21	499.463,21
Percentual dos Serviços Executados	94,67%	73,09%	100%
Valor Líquido Serviços	472.841,82	365.057,66	499.463,21
(VLT) Valor Líquido Total pago		1.337.362,68	
Valor Pago em não conformidade com determinação do TCDF (VL - VLT)		271.540,27	

JUNHO - 2020 (R\$)			
Valor Mensal do Contrato 1.802.625,06			
	Serviço de AGENDAMENTO	Serviço de ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO	Serviço de ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO
Valor Bruto Serviços	600.875,02	600.875,02	600.875,02
Percentual dos Serviços Executados	100,00%	52,54%	100%
Valor Líquido Serviços	600.875,02	315.699,74	600.875,02
(VL) Valor Líquido Total pago		1.517.449,78	

Valor máximo mensal a ser pago apontado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (e-DOC 7FDB1E45, Proc. SEI nº 006000000439/2020-16) 1.498.389,62			
	Serviço de AGENDAMENTO	Serviço de ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO	Serviço de ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO
Valor Bruto Serviços	499.463,21	499.463,21	499.463,21
Percentual dos Serviços Executados	100%	52,54%	100%
Valor Líquido Serviços	499.463,21	262.417,97	499.463,21
(VLT) Valor Líquido Total pago		1.261.344,38	
Valor Pago em não conformidade com determinação do TCDF (VL - VLT)		256.105,39	

MESES	VALOR PAGO EM NÃO CONFORMIDADE COM A DETERMINAÇÃO DO TCDF
ABRIL	R\$ 121.702,29
MAIO	R\$ 271.540,27
JUNHO	R\$ 256.105,39
TOTAL	R\$ 649.347,95

Diante do exposto, sem prejuízo de outros descontos, o valor a ser subtraído do pagamento a ser realizado à BRB Serviços S/A no mês de setembro de 2020, de forma que todos os atestos anteriores (abril, maio e junho de 2020) fiquem em conformidade com a determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, é de **R \$ 649.347,95 (seiscentos e quarenta e nove mil trezentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos)**. Valor este que será, repita-se, abatido do último pagamento à BRB Serviços S/A, ou seja, do valor a ser pago à BRB Serviços S/A no

mês de setembro de 2020. Portanto, será abatido, além de outros descontos legais e contratuais, a quantia de **R\$ 649.347,95 (seiscentos e quarenta e nove mil trezentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos)**. Saliente-se, novamente, que o referido valor foi constatado após serem retificados os cálculos dos atestados dos meses de abril, maio e junho de 2020, com base no valor máximo mensal estipulado pelo TCDF, qual seja, R\$ 1.498.389,62 (um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos).

Considerando que o valor máximo a ser pago por mês de acordo com a decisão do TCDF é de R\$ 1.498.389,62. E, considerando que o contrato se findou em 28/09/2020, ou seja, no mês de setembro a contratada prestou seus serviços por 28 dias. Segue tabela:

Valor total a ser pago por mês	R\$ 1.498.389,62
Valor a ser pago no mês de Setembro (01/09/2020 a 28/09/2020)	R\$ 1.398.496,98
Glosa referente à decisão do TCDF	R\$ 649.347,95
Valor final a ser pago	R\$ 749.149,03

É o relatório.

Atenciosamente,

Walleska Fidelis Gomes Borges

Executora e Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Mariana Mantovani

Fiscal Requisitante

Bruno Henrique Ferrão

Fiscal Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO HENRIQUE FERRAO - Matr.1697391-7, Farmacêutico(a) Bioquímico(a) - Farmácia**, em 18/12/2020, às 18:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA MANTOVANI - Matr.1671240-4, Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 18/12/2020, às 18:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WALLESKA FIDELIS GOMES BORGES - Matr.1437039-5, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 18/12/2020, às 18:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador=52957556 código CRC= C8475753.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Despacho - SES/GAB

Brasília-DF, 22 de outubro de 2020.

Cuidam-se os autos do Contrato nº 63/2020 - SES/DF (38082098), celebrado entre a SES/DF e a empresa BRB SERVIÇOS S/A, que tem como objeto a contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Através do Despacho - SES/GAB (48621719), foi determinada a suspensão da REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA dos serviços prestados para a atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos. Vejamos:

[...]

Por ora **SUSPENDO** a requisição administrativa requerida nos autos (48409104), ao BRB SERVIÇOS S/A, concernente ao serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, para uma melhor e profunda avaliação.

Comunique-se.

[...]

Desta forma, conforme se depreende do Despacho supramencionado, foi requisitado os serviços ao BRB via requisição administrativa e posteriormente fora efetivada sua suspensão, contudo, foi constatado que a atual situação vivida pelos usuários dos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, é delicada, bem como deve ser tratada como prioridade, pois, é dever do Estado colocar à disposição os meios necessários, com escopo de prolongar, qualificar a vida e a saúde dos pacientes e usuários da rede pública de saúde;

O aumento do risco de infecção por COVID de mais de 12.000 pacientes crônicos da rede pública de saúde é iminente, haja vista que os mesmos precisarão deslocar-se até uma das 3 unidades de Farmácias do Componente Especializado (Alto Custo) mesmo com a manutenção do atual cenário que enfrentamos de pandemia da COVID-19.

Nesse sentido, ressaltamos a grande movimentação, bem como aglomeração nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, para retirada de medicamentos e resolução de pendências, fato este que vai de encontro ao atual momento da saúde do Distrito Federal, vez que estamos desmobilizando os leitos destinados à COVID-19, e, não podemos propagar a disseminação viral, bem como temos o dever de minimizar dos os

fatores que levam a contaminação das pessoas, especialmente, os pacientes crônicos que precisam de fármacos de alto custo os quais são extremamente suscetíveis à doença COVID-19 necessitando ter sua exposição resguardada e sua saúde preservada.

A manutenção do serviço é absolutamente essencial e urgente, tendo em vista que hoje temos as Farmácias Especializadas com uma realidade ainda mais caótica do que a vivenciada até março do ano corrente, na medida que houve incorporação de novos protocolos clínicos e serviços, além de aumento expressivo do absenteísmo por motivos de saúde, que compromete atualmente cerca de 60% da força de trabalho.

Dessa forma, a entrega dos medicamentos em casa visa a resguardar os usuários do sistema alicerçado no princípio da integralidade que orienta o SUS, conforme artigo 198, inciso II, da Constituição Federal:

[...]

“Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

(...)

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;”.

[...]

Noutro giro, em que pese o Distrito Federal venha seguidamente interrompendo medidas de isolamento social e autorizando a retomada de atividades sociais, certo é que a pandemia continua, bem como devemos tomar iniciativas para manter ao máximo as restrições à circulação de pessoas.

Assim, o serviço objeto dos autos, corrobora com a pretensão almejada, ao passo que interromper a entrega de medicamentos na casa do grupo mais vulnerável da população trará a exposição dos mesmos, ainda, a necessidade de deslocamento pelos meios de transporte público, vez que a grande maioria dos pacientes do SUS perfaz população de baixa renda, os quais devem ser tutelados pelo Estado.

Desta forma, considerando a necessidade da continuidade do serviço;

Considerando o afloramento de ações judiciais para a continuidade do serviço;

Resolvo cassar a suspensão estampada no Despacho - SES/GAB (48621719) para determinar a continuidade dos procedimentos da **REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 48409104**, com alicerce na legislação, digo, na [Lei Federal 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, que conferiu aos entes federativos a possibilidade de *"requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa"* (artigo 3º, inciso VII), no inciso XXV do art. 5º da [Constituição Federal](#) e na [Lei 8.080/90](#) ao **BRB SERVIÇOS S/A** concernente ao serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, até que se perfectibilize a contração emergencial ou regular do serviço em tela, haja vista que a descontinuidade esta causando e poderá causar consequências desastrosas, com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas.

Quanto ao pagamento, este será com base no serviços devidamente prestados, levando em consideração a Decisão nº 4226/2020, exarada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal -TCDF.

Comunique-se.

OSNEI OKUMOTO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 26/10/2020, às 12:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **49512601** código CRC= **C78B8BDC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

(61)3348-6104

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 49512601



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Despacho - SES/GAB

Brasília-DF, 07 de outubro de 2020.

Por ora **SUSPENDO** a requisição administrativa requerida nos autos (48409104), ao BRB SERVIÇOS S/A, concernente ao serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, para uma melhor e profunda avaliação.

Comunique-se.

OSNEI OKUMOTO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 07/10/2020, às 21:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **48621719** código CRC= **FA70984C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

(61)3348-6104

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 48621719



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Despacho - SES/GAB

Brasília-DF, 05 de outubro de 2020.

Cuidam-se os autos do Contrato nº 63/2020 - SES/DF (38082098), celebrado entre a SES/DF e a empresa BRB SERVIÇOS S/A, que tem como objeto a contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Através do Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF (47276938), a Executora do contrato firmou o entendimento, bem como manifesta preocupação, haja vista que a pandemia ainda está fora do controle sanitário e com desdobramentos clínicos e epidemiológicos desconhecidos e que o fim do serviço e retorno da aglomeração nas unidades poderá expor os usuários vulneráveis a um risco iminente de contágio, bem como apresentar consequências desastrosas, com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas. Vejamos:

"Art. 4º (...)

H- Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até 6 (seis) meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto vigorar o [Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020](#), respeitados os prazos pactuados."

Ressalta-se que o item "Constatação, em pesquisa de mercado, que os preços ora praticados permanecem vantajosos economicamente para a Administração: neste ponto, o(a) executor(a) deverá juntar preços praticados por contratos similares no âmbito da Administração Pública ou propostas de outras empresas do ramo, bem como elaborar planilha comparativa simplificada dos preços pesquisados e justificar a vantajosidade econômica da manutenção do contrato em face desta pesquisa", será confeccionado oportunamente, após recebimento de resposta da GEPP/DIAQ/SUAG ao despacho 47158514 com os dados da pesquisa de mercado.

Em relação ao Relatório Prévio objeto deste documento, seguem as seguintes considerações:

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) é uma estratégia de acesso a medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde, aprovado por meio da Portaria de Consolidação nº. 02/MS de 28 de setembro de 2017. Seu principal objetivo é a busca da garantia da integralidade do tratamento medicamentoso, em nível ambulatorial, cujas linhas de cuidado estão definidas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde e, portanto, de abrangência nacional. Além dos protocolos federais, o serviço segue os critérios definidos em diretrizes distritais, definidas em protocolos oficiais publicados pela SES-DF. As doenças contempladas nestas linhas de tratamento são de relevância do ponto de vista clínico-epidemiológico, envolvendo algumas doenças raras, de baixa prevalência ou de uso crônico prolongado com alto custo unitário, como: esclerose múltipla, atrofia muscular espinhal tipo I, transplantes, esquizofrenia, asma, artrites dentre outras.

No Distrito Federal o CEAF atende cerca de 33.000 usuários cadastrados e conta com três unidades especializadas, a saber:

- Farmácia do Componente Especializado de Ceilândia com cerca de

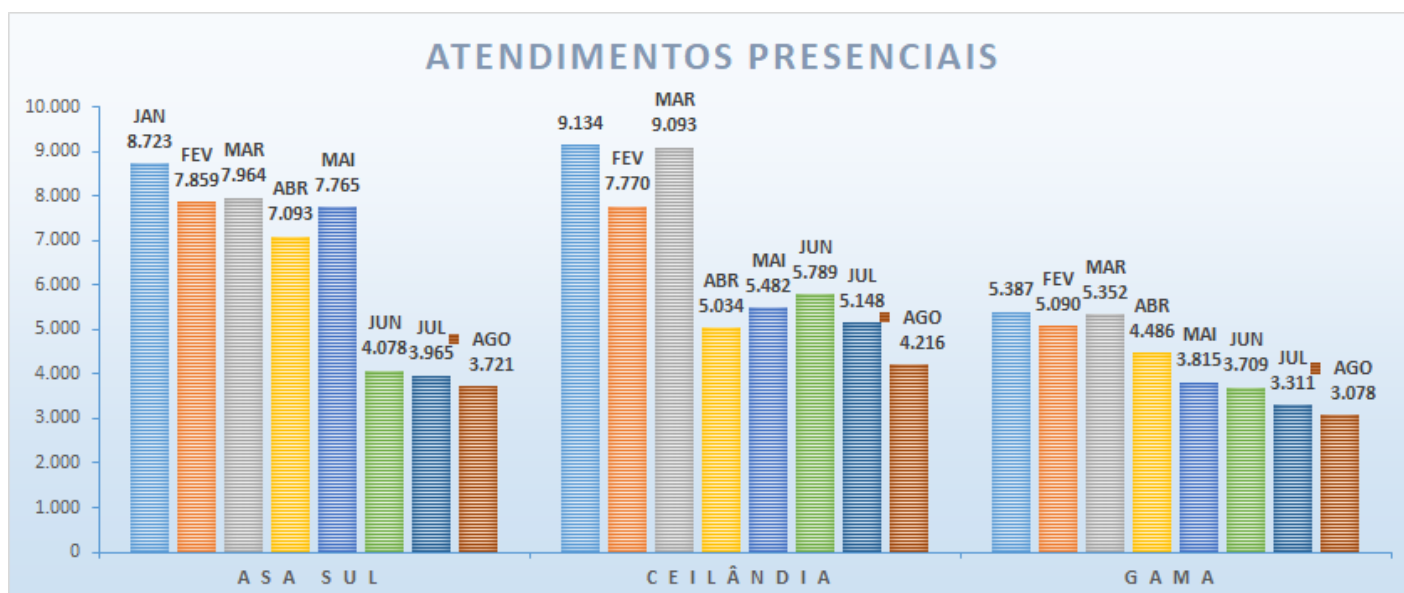
- 13.000 usuários ativos cadastrados;
- Farmácia do Componente Especializado da Asa Sul com cerca de 12.000 usuários ativos cadastrados;
- Farmácia do Componente Especializado do Gama com cerca de 8.000 usuários ativos cadastrados.

A cronicidade das patologias e o perfil dos usuários exigem que o atendimento seja acompanhado por um longo período, considerando a cronicidade dos tratamentos farmacológicos, correspondendo a um aumento quase sempre exponencial do número total de pacientes, já que as entradas são em muito superiores às saídas do serviço. A burocracia imposta pela própria Portaria de Consolidação nº. 2/2017, que regula a execução do componente considerando etapas de solicitação, avaliação, autorização e dispensação, juntamente à forma de faturamento contábil da atividade, acaba por exigir maior quantidade de processos administrativos para garantir a efetivação normativa e a segurança no trato de produtos com alto valor agregado. Aliado a isso, o incremento de novos Protocolos Clínicos e Diretrizes de Tratamentos (PCDT's) e o enquadramento dos medicamentos no nível de atenção especializado, ações estratégicas para ampliação do acesso aos medicamentos tanto por parte do Ministério da Saúde quanto da própria SES-DF, acabam por aumentar ainda mais o quantitativo de usuários atendidos.

Como consequência, o CEAf experimentou um colapso profundo quanto à sua capacidade instalada, já que a força de trabalho de que dispõe é extremamente insuficiente ante à demanda altíssima de usuários, gerando bastante aglomeração nas unidades e tempo de espera para o atendimento superior a 12 (doze) horas. Tal situação, extremamente grave e degradante, deflagra o descumprimento patente dos princípios e diretrizes do SUS e da administração pública.

Com o advento da pandemia de COVID-19, desde meados de março de 2020, foram instituídas medidas rápidas e eficientes por parte do GDF, ao encontro de orientações nacionais e internacionais, no intuito de minimizar a propagação do contágio pelo SARS-CoV-2 e proteger a saúde da população do DF. As estratégias de prevenção propostas visavam basicamente reduzir ao máximo ambientes de aglomerações de pessoas. Uma das principais medidas no campo da Assistência Farmacêutica foi a contratação emergencial do serviço "Entrega em Casa" dos medicamentos elencados no CEAf, garantindo aos usuários a continuidade do tratamento, com entrega segura dos medicamentos sem que houvesse necessidade de deslocamento por parte destes. Devido à urgência que a situação à época demandava, foi realizado contrato emergencial para viabilizar a implementação do serviço, com duração de seis meses improrrogáveis.

A contratação estratégica aliada a outras medidas tomadas localmente surtiram o efeito esperado com a redução do número de atendimentos presenciais após o início efetivo das atividades em abril/2020, conforme quadro Atendimentos Presenciais a seguir:



Dessa feita, em 28 de setembro de 2020 o contrato com a empresa BRB Serviços é finalizado e o serviço é interrompido. Nesta situação de iminente concretização, tínhamos as Farmácias Especializadas em uma realidade ainda mais caótica do que a vivenciada até março do ano corrente, pois houve incorporação de novos protocolos clínicos e serviços, além de aumento expressivo do absenteísmo por motivos de saúde, que compromete atualmente cerca de 60% da força de trabalho.

O cenário que se desenha com a interrupção do serviço objeto do Contrato nº. 063/2020-SES/DF é preocupante, tendo em vista que a pandemia ainda está fora do controle sanitário e com desdobramentos clínicos e epidemiológicos desconhecidos. O fim do serviço e retorno da aglomeração nas unidades, expondo tantos usuários vulneráveis a um risco iminente de contágio, poderá apresentar consequências desastrosas, com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas, além de exposição midiática altamente negativa desta SES-DF.

Ademais, os Boletins Epidemiológicos do Distrito Federal, principalmente o de nº. 197, de 16 de setembro de 2020, trazem dados atualizados sobre a situação da pandemia no âmbito do Distrito Federal, a qual ainda exige medidas excepcionais, de forma a resguardar a saúde da população. Portanto, permanece a situação de calamidade pública no Distrito Federal, sem termo exato para findar-se.

Portanto, diante do exposto acima, é patente a necessidade de continuidade do serviço de entrega domiciliar de medicamentos aos pacientes atendidos pelo CEAF, de forma a não gerar maiores prejuízos à saúde da população, em especial, à dos pacientes pertencentes aos grupos de risco atendidos pelo serviço de entrega de medicamento em casa.

Muito embora tenha sido consignado no Memorando nº. 650/2020 - SES/SUAG/DACC/GACTC 46482192 a impossibilidade de prorrogação do contrato em tela de acordo com as normativas afins e ditames do próprio Projeto Básico 37293085, no Despacho - SES/SUAG 46856057 (processo SEI nº. 00060-00367420/2020-10) foi colocado que a referida prorrogação pode ser amparada pela legalidade, com base no art. 4º - H, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, versado anteriormente neste.

Tendo em vista que as contratações de serviços efetuadas pela Administração Pública devem ser realizadas, em regra, por meio de procedimentos licitatórios regulares, foi iniciado processo regular de contratação do objeto aqui tratado (00060-00339274/2020-24), o qual está seguindo os trâmites legais cotidianos, de forma que, ao final, será contratada a empresa que apresentar a melhor proposta, dentro dos critérios e parâmetros estipulados no projeto básico e no documento de oficialização de demanda, e demais normas estipuladas pela Lei n. 8.666/ 1993. Importante salientar que, apesar de ter sido iniciado em período anterior à finalização do contrato emergencial vigente, o trâmite do processo regular não será finalizado em tempo hábil a suceder o Contrato n. 063/2020-SES/DF, o qual tem vigência até o dia 28/09/2020.

O Despacho supramencionado avalia que:

"a cronicidade das patologias e o perfil dos usuários exigem que o atendimento seja acompanhado por um longo período, considerando a cronicidade dos tratamentos farmacológicos, correspondendo a um aumento quase sempre exponencial do número total de pacientes, já que as entradas são em muito superiores às saídas do serviço. A burocracia imposta pela própria Portaria de Consolidação nº. 2/2017, que regula a execução do componente considerando etapas de solicitação, avaliação, autorização e dispensação, juntamente à forma de faturamento contábil da atividade, acaba por exigir maior quantidade de processos administrativos para garantir a efetivação normativa e a segurança no trato de produtos com alto valor agregado. Aliado a isso, o incremento de novos Protocolos Clínicos e Diretrizes de Tratamentos (PCDT's) e o enquadramento dos medicamentos no nível de atenção especializado, ações estratégias para ampliação do acesso aos medicamentos tanto por parte do Ministério da Saúde quanto da própria SES-DF, acabam por

umentar ainda mais o quantitativo de usuários atendidos."

Nessa esteira, ressalta-se que o cenário que se desenha com a interrupção do serviço objeto do Contrato nº. 063/2020-SES/DF é de extrema urgência, tendo em vista que a pandemia ainda está fora do controle sanitário e com desdobramentos clínicos e epidemiológicos desconhecidos.

Com o fim do serviço e retorno da aglomeração nas unidades os usuários vulneráveis ficarão expostos ao risco iminente de contágio que poderá apresentar consequências desastrosas com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas, repisa-se.

Corroborando com o aduzido, curial mencionar que a pandemia causada pelo novo Coronavírus gerou instabilidade e danos incalculáveis a população e as finanças públicas. Assim, se faz imperioso a proteção dos usuários do sistemas de saúde, especificamente, aos pacientes que utilizam os Componentes Especializados da Assistência Farmacêutica (CEAF), pois, os mesmos já são acometidos de comorbidades e a exposição dos mesmos poderá gerar riscos ao bem maior, digo, a vida de 33.000 usuários cadastrados.

Nesse diapasão, não resta outra alternativa, senão a **REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA** do serviço até que se perfectibilize a contratação emergencial ou regular, tendo em vista que ambas já foram deflagradas no âmbito desta Pasta, materializadas pelos processos nº 00060-00367420/2020-10 e 00060-00339274/2020-24.

Ademais, diante da emergência sanitária mundial causada pela pandemia da COVID-19, o Poder Público tem estabelecido diversas regras e normas para funcionamento de serviços de saúde, bem como adotado uma série de medidas para frear a propagação da doença, consequentemente perdas de vidas.

Dentre os diversos instrumentos propostos à contenção da pandemia, a [Lei Federal 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, conferiu aos entes federativos a possibilidade de "*requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa*" (artigo 3º, inciso VII). A requisição administrativa encontra previsão no inciso XXV do art. 5º da [Constituição Federal](#), bem como outras normas infraconstitucionais - tais como o [decreto 4.812/42](#), editado durante a 2ª Guerra Mundial, a [Lei 7.783/89](#), também conhecida como Lei de Greve, a [Lei 8.080/90](#), que versa sobre o Sistema Único de Saúde.

Essa modalidade consiste na utilização coativa de bens e serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução direta e imediata da autoridade para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, mediante posterior pagamento de indenização ao proprietário do bem requisitado.

O referido instituto tem por pressuposto a intervenção na propriedade privada em benefício de bem maior que, neste caso, é a saúde pública. Isto é, em momento de crise como o atual, nasce a necessidade de o Estado preservar o direito fundamental à saúde pública, em detrimento de garantir o direito de propriedade, razão pela qual optamos pela presente.

Por outro lado, a situação fática posta nos autos necessita de apuração, vez que a desídia perpetrada demonstra de forma lídima que houve negligência para a feitura de uma nova contratação, a qual deve de imediato ser apurada pela d. Controladoria - SES/CONT.

Pontua-se, também, que a situação a qual se encontra a Secretaria de Saúde é delicada ao passo que esta problemática fora herdada da gestão passada não tendo qualquer ingerência do atual Secretário de Saúde, cabendo o mesmo o poder discricionário de tutela de milhares de vidas.

Isto Posto, considerando o atual momento determino a **REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA** com alicerce na legislação supramencionada, ao **BRB SERVIÇOS S/A** concernente ao serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, até que se perfectibilize a contratação emergencial ou regular do serviço em tela, haja vista que a descontinuidade do serviço poderá causar consequências desastrosas, com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas.

Quanto ao pagamento, este será com base no serviços que já foram devidamente prestados, levando em consideração as decisões exaradas pelo Tribunal de Contas do

Distrito Federal -TCDF.

Comunique-se.

OSNEI OKUMOTO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 07/10/2020, às 17:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **48409104** código CRC= **6687A50C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

(61)3348-6104

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 48409104



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Despacho - SES/GAB

Brasília-DF, 30 de março de 2021.

À SUAG/SES,

De ordem, encaminhamos o presente para conhecimento e manifestação sobre os termos do Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF (58813251), em especial aos itens:

<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia: 1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada; 2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado; 3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.; 4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados;</p>	<p>Tem-se conhecimento de que as atividades logísticas estão sendo realizadas por empresa subcontratada pela BRB Serviços, no entanto, por ser questões relacionadas a contratação/subcontratação entendemos que esse quesito poderá ser elucidado pelas unidades setoriais da SUAG/SES.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea "a.2", da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020;</p>	<p>Entende-se que essa questão poderá ser elucidada pelas unidades setoriais da SUAG/SES.</p>

Em tempo, solicitamos seja requerido informações ao BRB, sobre os itens:

<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:</p> <p>1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;</p>	<p>Entende-se que essa questão poderá ser esclarecida pela empresa BRB Serviços S.A.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p>	

IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:

2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

Entende-se que essa questão poderá ser esclarecida pela empresa BRB Serviços S.A.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO MAGNO DA CRUZ - Matr.1700129-3, Assessor(a) Especial**, em 30/03/2021, às 14:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **58975582** código CRC= **E8040376**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1ª e 2ª andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF

(61) 2017-1102

00600-00001570/2021-81

Doc. SEI/GDF 58975582



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3579/2021 - SES/GAB

Brasília-DF, 13 de abril de 2021.

URGENTE PRAZO DE 48h

À Senhora
CYNTHIA VIEIRA FERREIRA DE FREITAS
Presidente
Instituto BRB
NESTA

Assunto: contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado.
Solicitação de esclarecimentos.

Referência: Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF (58813251)

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, reportamo-nos ao Ofício nº 2123/2021-GP (58602825), que encaminha o Despacho Singular nº 192/2021 – GCIM (58602765), o qual concede dilação de prazo para cumprimento da **Decisão nº 541/2021 (57312514)**, referente ao **Processo nº 00600-00000439/2020-16-e**, que trata de *Representação n.º 12/2020-CF, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.*

A referida decisão assim estabeleceu:

DECISÃO Nº 541/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I. tomar conhecimento:

- a) do Ofício n.º 577/2020-G2P (e-DOC E1397BA9-e);
- b) do Ofício BRB SERVIÇOS nº 055/2020 e anexos (e-DOC C17149C9-c);
- c) do Ofício SEI-GDF n.º 7426/2020 – SES/GAB (e-DOC E3750953-c) e anexos (e-DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBF8F3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c);
- d) da cópia do Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04, juntada aos autos na forma de “documento associado”;
- e) da Informação n.º 134/2020 – DIASP3 (e-DOC 84B25F96-e);
- f) do Parecer n.º 80/2021-G2P (e-DOC D5503271-e);

II. **com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão n.º 4.226/2020;**

III. considerar, em relação às diligências contidas no item IV da Decisão n.º 4.226/2020:

- a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”;
- b) parcialmente cumprida a alínea “c”;
- c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”;

IV. **em decorrência do item “III.b” anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:**

- a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);
- b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);
- c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);

V. **em razão do item “III.c” precedente, reiterar à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;**

VI. **determinar:**

a) **à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias:**

1) apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o “Programa Entregas de Medicamentos em Casa” (decorrente de “uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)”) teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item “V-c” da Decisão n.º 4.226/2020;

2) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI n.ºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (email diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

b) ao Banco de Brasília de S.A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI n.ºs 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48,

00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 – SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

VII. alertar o titular da Pasta de Saúde de que o não cumprimento de deliberação plenária pode ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/1994;

VIII. dar ciência desta decisão à representante e à sociedade empresária BRB Serviços S.A.;

IX. autorizar:

a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e ao Banco de Brasília de S.A. – BRB, a fim de subsidiar o atendimento das referidas diligências;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Nesse sentido, a Diretoria de Assistência Farmacêutica (58813251), apresentou os seguintes esclarecimentos, solicitando informações pendentes por parte do BRB, abaixo destacadas:

Solicitação do TCDF	Resposta
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV. em decorrência do item “III.b” anterior, determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:</p> <p>IV-a) os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatórios “Instrumentos de Medição de Resultados - IMR” referente aos meses de <u>Agosto</u> e <u>Setembro</u> de 2020 estão disponíveis nos anexos a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> IMR - Agosto 2020 = id 58813215 IMR - Setembro 2020 = id 58813223
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV-b) os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatórios de apuração da execução dos serviços que foram emitidos após a entrega dos IMR e as apurações dos serviços efetivamente prestados nos referidos meses:</p> <ul style="list-style-type: none"> Relatório - Agosto 2020 = id 58813232 Relatório - Setembro 2020 = id 58813236
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>IV-c) os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);</p>	<p>Apresentamos nos anexos abaixo os Relatórios de apuração da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade prestados nos referidos meses:</p> <ul style="list-style-type: none"> Relatório - Agosto 2020 = id 58813205 Relatório - Setembro 2020 = id 58813210
<p>Decisão 541/2021:</p> <p>V. em razão do item “III.c” precedente, reiterar à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “IV-b”, “IV-e.1”, “IV-e.2”, “IV-f”, “IV-h” e “IV-i” da Decisão n.º 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;</p>	<p>Nas linhas seguintes, passaremos a cada uma das alíneas da Decisão 4.226/2020.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43;</p>	<p>Sobre essa alínea, foi elaborada a resposta no Despacho GCEAF/DIASF (48799907), o qual pode ser consultado no processo nº 00600-00007223/2020-81.</p> <p>Solicita-se enviar ao TCDF a resposta anteriormente formulada.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:</p> <p>1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;</p>	<p>Entende-se que essa questão poderá ser esclarecida pela empresa BRB Serviços S.A.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43:</p> <p>2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;</p>	<p>Entende-se que essa questão poderá ser esclarecida pela empresa BRB Serviços S.A.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-f) apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3);</p>	<p>As motivações/justificativa estão delineadas no DOD id. 37291643.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia: 1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada; 2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado; 3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.; 4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados;</p>	<p>Tem-se conhecimento de que as atividades logísticas estão sendo realizadas por empresa subcontratada pela BRB Serviços, no entanto, por ser questões relacionadas a contratação/subcontratação entendemos que esse quesito poderá ser elucidado pelas unidades setoriais da SUAG/SES.</p>
<p>Decisão 4.266/2020:</p> <p>IV-i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das</p>	

circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea "a.2", da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020;	Entende-se que essa questão poderá ser elucidada pelas unidades se,
Decisão 541/2021: VI-a: 1) apresente esclarecimentos, devidamente fundamentados, de como está sendo prestado atualmente o serviço objeto do Contrato n.º 63/2020, notadamente em razão da notícia divulgada em 04.11.2020, no próprio portal eletrônico da Pasta, de que o "Programa Entregas de Medicamentos em Casa" (decorrente de "uma parceria entre Saúde e Banco de Brasília (BRB)") teria sido reativado (sendo que a vigência do ajuste findou em 29.09.2020), bem como da diligência constante do item "V-c" da Decisão n.º 4.226/2020:	Primeiramente, informamos que a DIASF é uma unidade técnica no qual acompanha junto ao GCEAF a execução dos serviços, mas não possui autonomia deliberativa. Assim informamos que o serviço atualmente está sendo prestado aos pacientes cadastrados no CEAF mediante "REQUISICÃO ADMINISTRATIVA" determinada pelo Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal junto ao BRB. A exposição de motivos e os fundamentos foram detalhados pelo próprio Secretário de Estado de Saúde no Despacho - SES/GAB 48409104 (Vide doc. em anexo 58813244)
Decisão 541/2021: VI-a: 2) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos Processos SEI n.ºs 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 (e de outros que porventura tratem da execução contratual e da fiscalização técnica do Contrato n.º 63/2020 - SES/DF) à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (email diaspp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;	Rememora-se que já foi atendido a solicitação de acesso externos aos três processos citados conforme está disposto no Ofício Nº 2241/2021 - SES/GAB que foi enviado pelo GAB/SES ao TCDF (Vide doc. 57734533)

Ante o exposto, solicitamos os bons préstimos dessa Instituição a fim de fornecer os dados acima solicitados no **prazo máximo de 48 horas**, em virtude da urgência que o caso exige.

Por derradeiro, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

OSNEI OKUMOTO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 13/04/2021, às 21:21, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **59846681** código CRC= **987A94DD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1ª e 2ª andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF (61) 2017-1102

Site: - www.saude.df.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

Ofício nº 2123/2021-GP

Brasília-DF, 23 de Março de 2021.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar, em anexo, cópia do inteiro teor do Despacho Singular nº 192/2021-IM, proferido pelo CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO, Relator do Processo nº 00600-00000439/2020-16-e.

Na oportunidade, informo que o(s) documento(s) relacionado(s) ao mencionado processo, quando disponível(is) para consulta, encontra(m)-se no endereço eletrônico do TCDF, <http://www.tc.df.gov.br>, pesquisando processo pelo número, na aba "Peças".

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,

Paulo Tadeu Vale Da Silva
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Osnei Okumoto
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES
SRTVN Quadra 701 Lote D Ed. PO 700 Asa Norte
Brasília-DF CEP:70719040

katiane.felix

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 7426/2020 - SES/GAB

Brasília-DF, 15 de outubro de 2020.

Senhora Conselheira-Presidente,

Trata-se do Ofício nº 9040/2020-GP (48231395), que encaminha a Decisão nº 4226/2020, proferida no Processo nº 00600-00000439/2020-16-e, que tem por objeto a Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à Corte, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da SES-DF.

Na supracitada Decisão, o Tribunal determinou a adoção de procedimentos, de seguinte teor:

I – tomar conhecimento:

- a) do Ofício SEI-GDF nº 1960/2020 – SES/GAB (e-DOC D3613A3E-c), que encaminhou cópia do Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43, alusivo à Dispensa de Licitação nº 03/2020 – SES/DF e ao Contrato nº 63/2020 – SES/DF;
- b) do Ofício nº 195/2020-G2P (e-DOC D00A0DE9-e), por meio do qual a Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira noticiou o recebimento de denúncia na Ouvidora do Ministério Público junto à Corte e solicitou “que o presente ofício faça parte integrante da Representação 12/20”;
- c) do Ofício SEI-GDF nº 2980/2020 - SES/GAB e documentos anexos (e-DOC 4F8982E9-c), contendo manifestação da Pasta de Saúde acerca dos fatos representados, relevando-se o atraso observado; d) da Informação nº 70/2020 – DIASP3 (e-DOC 02CE96A2-e) e demais documentos “associados” ao feito; e) do Parecer nº 842/2020-G2P (e-DOC A68556D5-e);

II – considerar cumprida a diligência contida no item “II-a” do Despacho Singular nº 207/2020 – GCIM, referendado por meio da Decisão nº 1.114/2020;

III – com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, deferir **medida cautelar mitigada**, determinando à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa **BRB Serviços S.A.**, com fulcro no Contrato nº 063/2020, o **valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62**, devendo **ajustar os percentuais** adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente), conforme detalhado nos parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020 – DIASP3, no PT 2 – Planilha de Formação de Preços e no relatório/voto do Relator;

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias:

a) **conceda**, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, **permissão para acesso externo ao Processo SEI nº 00060-00107460/2020-04**; Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail dias3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;

b) **encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF**, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43;

c) disponibilize, para todos os meses da contratação (de abril a setembro/2020):

1. os relatórios de **produção** (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações;
2. os relatórios de **medição dos serviços executados** em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);
3. os relatórios de **apuração dos serviços executados** (item 8.1, do Projeto Básico);
4. os relatórios da **eficiência nos atendimentos telefônicos** emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nas padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);
5. os relatórios de **entregas realizadas** (documento de medição inserido na Tabela nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico);

d) manifeste-se sobre a **ausência de orçamento detalhado** em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários (tópico V.2.2.1 da Informação nº 70/2020 – DIASP3), uma vez que a “Planilha DETALHADA de Estimativa de Preços” juntada ao Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43 não atende à legislação;

e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43:

1. apresente a **memória de cálculo** dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;
2. encaminhe a **composição detalhada de todos os custos unitários** dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com **o(s) Acordo(s) ou do(s) Convenção(ões) Coletiva(s)** ao(s) qual(is) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

f) apresente **esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes**, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação nº 70/2020 – DIASP3);

g) informe ao Tribunal sobre a **realização de termo aditivo ao Contrato nº 063/2020 - SES/DF (38082098)**, para inclusão de serviços da entrega dos medicamentos do Núcleo de Farmácia de Ações Judiciais - NUFAJ, noticiada no Memorando nº 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012);

h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato nº 063/2020 - SES/DF (38082098) foi **subcontratada** e, em caso afirmativo, encaminhe cópia:

1. do **contrato** celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a **subcontratada**;
2. da **justificativa** formal, devidamente fundamentada, demonstrando a **necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação** no âmbito do objeto contratado;
3. da **autorização prévia** emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.;
4. da **avaliação** efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos **requisitos da qualificação técnica** necessários para a execução dos serviços subcontratados;

i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da **ausência das circunstâncias** previstas no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea “a.2”, da Decisão Normativa TCDF nº 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação nº 03/2020;

V – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, doravante:

a) instrua, nos termos do art. 9º da Portaria PGDF n.º 115/2020, os autos de contratação direta relativos à aquisição de bens, serviços e insumos para enfrentamento da COVID 19 realizadas com fundamento na Lei Federal n.º 13.979/2020, com a declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020;

b) indique a correta fundamentação legal para a vigência contratual, de modo a observar a legislação pertinente (Lei n.º 8.666/1993 ou Lei n.º 13.979/2020), tendo em conta as falhas apontadas no tópico V.5 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3;

c) no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, afaste as irregularidades apontadas na Informação n.º 70/2020 – DIASP3 encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise;

VI – fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e a sociedade empresária BRB Serviços S.A., caso queiram, apresentem suas considerações acerca dos sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

VII – dar ciência desta decisão à representante;

VIII – autorizar:

a) o envio de cópia do PT 2 – Planilha de Formação de Preços (associado aos autos), da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e à empresa BRB Serviços S.A., a fim de subsidiar o atendimento das referidas diligências;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Nesse sentido, a Subsecretaria de Administração Geral, por meio do Despacho SES/SUAG (48986780), restituiu manifestação de suas respectivas áreas técnicas, conforme descritas a seguir:

"Os autos foram submetido às áreas desta Subsecretaria para conhecimento da supracitada Decisão, e manifestação no âmbito das respectivas competências. Deste modo, relaciona-se abaixo as manifestações:

1. **III – COM FULCRO NO ART. 277, "CAPUT", DO RI/TCDF, DEFERIDA CAUTELAR MITIGADA, DETERMINANDO À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF QUE OBSERVE, QUANDO DO PAGAMENTO DE QUALQUER QUANTIA À EMPRESA BRB SERVIÇOS S.A., COM FULCRO NO CONTRATO N.º 063/2020, VALOR MÁXIMO MENSAL DE R\$ 1.498.389,62 DEVENDO AUSTAR OS PERCENTUAIS DOTADOS PELA CONTRATADA AOS VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS POR ESTA CASA PARA ENCARGOS SOCIAIS E BDI (72,91% E 30,00%, RESPECTIVAMENTE), CONFORME DETALHADO NOS PARÁGRAFOS 74/79 DA INFORMAÇÃO N.º 70/2020 – DIASP3, NO PT 2 – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS E NO RELATÓRIO/VOTO DO RELATOR;**

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DACC/GACTC (48889310):

Controle Financeiro de Pagamentos CTR - 063/2020 - BRB Serviços S/A - (38082098)

Data Recebimento	Competência	Processo	Nota Fiscal	Data da NF	Valor da NF	Link SEI	Glosa	Valor Líquido	OB	Data do Pagamento
7/5/2020	03/04/2020 a 30/04/2020	00060-00189892/2020-17	2239	30/4/2020	R\$1.682.450,06	39792810	R\$961.351,96	R\$721.098,10	15356	11/8/2020
10/8/2020	01/05/2020 a 31/05/2020	00041-00000969/2020-65	2324	31/7/2020	R\$1.802.625,06	45062994	R\$193.722,11	R\$1.608.902,95	18220	24/09/2020
2/9/2020	01/06/2020 a 30/06/2020	00041-00001317/2020-48	2328	26/8/2020	R\$1.802.625,06	46043797	R\$285.175,28	R\$1.517.449,78	18228	24/09/2020
4/8/2020	01/07/2020 a 31/07/2020	00041-00001399/2020-21	2351	31/8/2020	R\$1.802.625,06	46489732	R\$ -	R\$1.802.625,06		Em fase de instrução para pagamento (Para atesto)
9/9/2020	01/08/2020 a 31/08/2020	00041-00001661/2020-37	2358	9/9/2020	R\$1.802.625,06	46844117	R\$ -	R\$1.802.625,06		Em fase de instrução para pagamento (Para atesto)
1/10/2020	01/09/2020 a 28/09/2020	00041-00001893/2020-95	2386	30/9/2020	R\$1.682.450,06	48371609	R\$ -	R\$1.682.450,06		Em fase de instrução para pagamento (Para atesto)

2. **IV – DETERMINAR À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF QUE, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS:**

3. **A) CONCEDA, NA FORMA PREVISTA NO ÍTEM 10.4 DO MANUAL DO USUÁRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEMISSÃO PARA ACESSO EXTERNO AO PROCESSO SEI N.º 00060-00107460/2020-04ª TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA (E-MAIL DIASP3@TC.DF.GOV.BR), PELO PERÍODO (VALIDADE) DE 730 DIAS;**

Resposta - Verifica-se o atendimento da demanda conforme segue:

00060-00107460/2020-04

- Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37217327
- Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37234955
- Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37237189
- Memorando 60 (37245388)
- Despacho SES/SUAG/CEIC 38242433
- Termo de Encerramento SES/SAIS/CATES/DIASF 38259581

Consultar Andamento

Processos Relacionados:
Aquisição: Serviços (1)

Aquisição: Serviços

Histórico do Processo 00060-00107460/2020-04

Ver histórico resumido

Lista de Andamentos (51 registros)

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
14/10/2020 15:43	SES/SUAG/DACC/GACTC	55216874838	Conclusão do processo na unidade
14/10/2020 15:37	SES/SUAG/DACC/GACTC	55216874838	Reabertura do processo na unidade
13/10/2020 18:59	SES/SUAG/DACC/GACTC	55216874838	Conclusão do processo na unidade
13/10/2020 17:09	SES/SUAG/DACC/GACTC	55216948181	Disponibilizado acesso externo para dias3@tc.df.gov.br (dias3@tc.df.gov.br) até 13/10/2022 (730 dias). Com visualização integral do processo. Despacho SEI48782377
13/10/2020 17:01	SES/SUAG/DACC/GACTC	55216874838	Processo recebido na unidade
13/10/2020 16:54	SES/SAIS/CATES/DIASF	55216930967	Conclusão do processo na unidade
13/10/2020 16:41	SES/SAIS/CATES/DIASF	55216930967	Tramitado à GACTC/DACC/SUAG para atender à solicitação contida no documento 48847039 constante do processo 00600-00007223/2020-81.

4. B) ENCAMINHE MEMÓRIAS DE CÁLCULO UTILIZADAS PARA DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS DE ENTREGA EM DOMICÍLIO POR MÊS E DAS LIGAÇÕES COM AGENDAMENTO EFETIVADO PARA OS USUÁRIOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO DISTRITO FEDERAL - CEAF-DF, INDICADOS NO DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 E NO PROJETO BÁSICO SES/SUAG/CEIC 37293085, AMBOS CONSTANTES NO PROCESSO SEI N.º 00060-00109204/2020-43;

A Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde, por meio do Despacho SES/SAIS (48933853), encaminhou a manifestação da executora do contrato quanto ao referido item:

Saliente-se, inicialmente, que esta gerente não participou da elaboração do DOD, portanto, não tem ciência dos critérios utilizados para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, bem como não teve acesso às memórias de cálculos que subsidiaram os referidos quantitativos. O que será informado será um retrato da situação no mês de outubro de 2020, o que reflete basicamente a situação dos meses anteriores, do ano de 2020. Segue abaixo e em anexo relatórios com os dados solicitados, todavia, conforme salientado, referentes a outubro de 2020.

- Relatório 1 - Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020 - 48801701;

- Relatório 2 - Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados - 48801703;

- Relatório 3 - Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, bem como os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020 - 48801706;

- Relatório 4 - Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, bem como os pacientes que retiraram medicamentos para três meses - 48801711;

- Relatório 5 - Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, excluídos os pacientes que retiraram medicamentos para três meses, bem como excluídos os medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020 - 48801713;

Para dar mais clareza às informações, segue planilha elucidativa da dados constantes nos relatórios em anexo.

Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020	34.479
Pacientes com cadastros não renovados	7.960
Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados	26.508
Pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020	3.647
Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, bem como os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020	22.862
Pacientes que retiraram medicamentos para três meses	2.302
Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, bem como os pacientes que retiraram medicamentos para três meses	20.560
Medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020	3.701
Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, excluídos os pacientes que retiraram medicamentos para três meses, bem como excluídos os medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020	16.859
TOTAL DE PACIENTES QUE DE FATO INICIARAM O MÊS DE OUTUBRO APTO A RETIRAR O MEDICAMENTO NO CEAF (Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020 + Pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020)	20.506

Importante salientar que o **TOTAL DE PACIENTES QUE DE FATO INICIAM O MÊS APTO A RETIRAR O MEDICAMENTO NO CEAFA** sofre variação mensal, tendo em vista que alguns dados podem sofrer variações mensalmente, por exemplo: a quantidade de medicamentos em falta, quantidade de pacientes que não renovam o cadastro no prazo legal e a quantidade de pacientes que vem a óbito, influenciam diretamente na quantidade de atendimentos realizados no CEAFA. Portanto, fundamental reafirmar que há, necessariamente, uma variação mensal no quantitativo de pacientes, todavia, esse valor, apesar da variação, circunda o quantitativo de 20.000 pacientes mensais.

Há de se salientar que o quantitativo de 15.000 pacientes indicado no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43, provavelmente foi efetuado com a mesma metodologia utilizada para se chegar aos dados fornecidos nos relatórios em anexo e na planilha exposta acima. Provavelmente foi estabelecido o quantitativo de 15.000 pacientes mensais, para fins de estipulação do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF, levando-se em consideração que a entrega de medicamento em casa concorreria com os pacientes que optassem por retirarem presencialmente os medicamentos nos Núcleos Farmacêuticos que compõem o CEAFA, de forma que foi feita uma estimativa de que 5.000 pacientes aproximadamente viriam pessoalmente retirar o medicamento no CEAFA e que a entrega de medicamentos em casa alcançaria em torno de 15.000 pacientes mensalmente.

5. C) DISPONIBILIZE, PARADOS OS MESES DA CONTRATAÇÃO DE ABRIL A SETEMBRO/2020;

- 5.1. 1. os relatórios de **produção** (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações;
- 5.2. 2. os relatórios de **medição dos serviços executados** em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);
- 5.3. 3. os relatórios de **apuração dos serviços executados** (item 8.1, do Projeto Básico);
- 5.4. 4. os relatórios de **eficiência nos atendimentos telefônicos** emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);
- 5.5. 5. os relatórios de **entregas realizadas** (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico);

- 1 - RELATÓRIOS DE PRODUÇÃO - 48802639;
- 2 - RELATÓRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS EM CADA MÊS - 48802675;
- 3 - RELATÓRIOS DE APURAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS - 48802949;
- 4 - RELATÓRIOS DA EFICIÊNCIA NOS ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS - 48883714;
- 5 - RELATÓRIOS DE ENTREGAS REALIZADAS - 48803356.
- Abaixo, segue listagem como os processos do SEI, referente a todos os documentos da execução do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF, a saber:
- Processo 00060-00189892/2020-17, referente à execução contratual do mês de abril/2020;
- Processo 00041-00000969/2020-65, referente à execução contratual mês de maio/2020;
- Processo 00041-00001317/2020-48, referente à execução contratual mês de junho/2020;
- Processo 00041-00001399/2020-21, referente à execução contratual mês de julho/2020, e 00060-00330122/2020-66 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;
- Processo 00041-00001661/2020-37, referente à execução contratual mês de agosto/2020, e 00060-00402178/2020-20 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;
- Processo 00041-00001893/2020-95 referente à execução contratual mês de setembro/2020.

6. D) MANIFESTE-SE SOBRE AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS QUE EXPRESSEM A COMPOSIÇÃO DE TODOS OS SEUS CUSTOS UNITÁRIOS (TÓPICO V.2.2.1 DA INFORMAÇÃO N.º 70/2020 – DIASP3), UMA VEZ QUE A “PLANILHA DETALHADA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS” JUNTADA AO PROCESSO SEI N.º 00060-00109204/2020-43 NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Cumpra esclarecer que o processo 00060-00109204/2020-43, nos foi demandado com prioridade conforme consta nos Autos Selo Prioridade COVID-19 SES/FSD/DF/DIOR/GEO 40773457, motivo pelo qual foi adotado durante o procedimento de Estimativa o Disposto na LEI N° 13.979, 06 de FEVEREIRO de 2020, mais especificamente em se Art. 4°, in verbis;

(...)

"Art. 4º-E. Nas aquisições ou contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado referidos no caput deste artigo conterá: [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

...

VI – estimativa de preços obtida por meio de, no mínimo, 1 (um) dos seguintes parâmetros: [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

c) sites especializados ou de domínio amplo; (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; (grifo nosso) [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

...

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do § 1º deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)"

Como pode ser observado no referido processo, esta GEPP/DIAQ durante o procedimento de estimativa, em atenção art. 7 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital n° 39.453, de 14 de novembro de 2018, realizou pesquisa no;

- [Painel de Mapa de Preços/GDF, onde foi não localizado registros de contratações.](#)
- [DW/Compranet \(ID:37850771\), que conforme Parecer Técnico constante no Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF 37927389\), não atende ao Demandado no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC \(37293085\).](#)
- [Solicitação de Propostas à possíveis fornecedores conforme E-mail CONVOCAÇÃO DE PROPOSTA 37383728\). Em resposta obtivemos duas Propostas, quais sejam Proposta ABL SYSTEM \(37825296\) e Proposta BRB \(37825188\).](#)

Ressaltamos que foi utilizado como valor de referência o menor preço válido obtido (uma das propostas obtidas, alvo de Parecer Técnico favorável pelo setor demandante) em concordância com Art. 18 da Lei

Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, in verbis;

"Art. 18. Excepcionalmente, mediante justificativa do gestor responsável e devidamente comprovado nos autos, será admitida a pesquisa com menos de três preços válidos, o menor dos preços ou o maior desconto obtido."

Nota-se que o Projeto Básico SES/SUAG/CEIC37293085 da contratação em comento não apresentava o dimensionamento preciso de todos os itens compõem o serviço, portanto inviabilizando a composição de todos os seus custos unitários por parte desta GEPP/DIAQ. Ressaltamos de igual modo que o BRB, empresa que apresentou a menor proposta, encaminhou Planilha detalhada de Composição de Custos (38028782), cujo dimensionamento foi estimado por parte daquela empresa.

7. E) EM RELAÇÃO À PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS ELABORADA PELA SOCIEDADE EMPRESÁRIA BRB SERVIÇOS S.A., CONSTANTE NAS PÁGINAS 98/99 DO PROCESSO SEI N.º 00060-00109204/2020-43:

7.1. 1. apresente a **memória de cálculo** dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;

7.2. 2. encaminhe a **composição detalhada de todos os custos unitários** dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) **cópia(s) da(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s)** ao(s) qual(is) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Em conformidade com o exposto na resposta do item anterior sugerimos que seja solicitada à empresa BRB a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas assim como a composição detalhada de todos os custos unitários, considerando a ausência de dimensionamento preciso no Projeto Básico.

8. G) INFORME AO TRIBUNAL SOBRE FORMALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 063/2020 - SES/DF(38082098), PARA INCLUSÃO DE SERVIÇOS DA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS DO NÚCLEO DE FARMÁCIA DE AÇÕES JUDICIAIS - NUFAJ, NOTICIADA NO MEMORANDO N.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012);

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DFACC (48961361), esclarece que não houve no processo Contratual, processo nº 00060-00109204/2020-43, formalização de Termos Aditivos.

9. V – DETERMINAR À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF QUE, DORAVANTE:

9.1. a) instrua, nos termos do art. 9º da Portaria PGDF nº 115/2020, os autos de contratação direta relativos à aquisição de bens, serviços e insumos para enfrentamento da COVID 19, realizadas com fundamento na Lei Federal nº 13.979/2020, com a declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF nº 002/2020 – PGDF/PGCONS, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DAESP (48892612):

Considerando que a Declaração nos moldes da Portaria PGDF nº 115/2020 deve ser realizada por autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF nº 002/2020 – PGDF/PGCONS, entendemos que tal declaração s.m.j., deve ser assinada pelo gestor responsável pela aprovação da Dispensa de Licitação, no caso em questão o Subsecretário de Administração Geral.

Deste modo, solicitamos orientação de como a DAESP deve proceder diante da referida recomendação.

Em complementação, esta Subsecretaria esclarece que foi prestadas as orientações àquela Diretoria de Aquisições Especiais quanto a elaboração da Declaração de Enquadramento nos Parâmetros dos Pareceres Referenciais, conforme art. 9º da Portaria nº 115/2020 - PGDF, por meio do Memorando Nº 290/2020 - SES/SUAG (48832671), nos autos do processo SEI 00060-00439570/2020-24.

9.2. b) indique a **correta fundamentação legal para a vigência contratual**, de modo a observar a legislação pertinente (Lei nº 8.666/1993 ou Lei nº 13.979/2020), tendo em conta as falhas apontadas no tópico V.5 da Informação nº 70/2020 – DIASP3;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DFACC (48961361):

Informa-se que a fundamentação legal para a vigência contratual encontra-se fundamento na Lei nº 13.979/2020 conforme Despacho SES/SUAG (38044988), a qual ocorre a ratificação da Dispensa de Licitação, conforme segue:

"Considerando as informações contidas no presente processo e mediante Despacho SES/SUAG (38044988), com fundamento no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 03/2020 no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), sendo declarada vencedora a empresa BRB SERVIÇOS S/A, referente à Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Isto posto, encaminha-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES para providências subsequentes."

9.3. c) no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, afaste as irregularidades apontadas na Informação nº 70/2020 – DIASP3 encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DAESP (48892612): Informa que a DAESP está ciente da recomendação.

10. VI – FIXAR O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA QUE A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA BRB SERVIÇOS S.A., CASO QUEIRAM, APRESENTEM SUAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO REPRECAPONTADO NOS PARÁGRAFOS 74/79 DA INFORMAÇÃO N.º 70/2020 – DIASP3, EM HOMENAGEM AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Considerando a ausência de Preços Públicos validados pelo setor técnico competente, ausência de registros de serviços no [Painel de Mapa de Preços/GDF](#), foi utilizado como valor de referência o menor preço válido obtido em concordância com Art. 18 da [Portaria nº 514/2018](#), que regulamenta o disposto no [Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018](#), exposto anteriormente.

Em atenção aos itens faltantes, informamos a Vossa Excelência que o presente processo tramita nas áreas competentes e tão logo sejam apresentados os documentos comprobatórios da demanda, seguirá resposta complementar a este Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Pelo exposto, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem

necessários.

Atenciosamente,

OSNEI OKUMOTO
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

À Excelentíssima Senhora
ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Presidente
Tribunal de Contas do Distrito Federal
Brasília/DF



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 23/10/2020, às 18:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **49062719** código CRC= **16E6EEB8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF
(61) 3348-6104
Site: - www.saude.df.gov.br

00600-00007223/2020-81

Doc. SEI/GDF 49062719



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Assistência Farmacêutica
Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF

Brasília-DF, 10 de outubro de 2020.

À DIASF,

Senhora diretora,

Versam os autos acerca do **Ofício nº 9040/2020-GP**, que encaminha a **Decisão nº 4226/2020**, proferida no **Processo nº 00600-00000439/2020-16-e**, que tem por objeto a Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à Corte, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Na supracitada Decisão, o Tribunal determinou a adoção de procedimentos, de seguinte teor:

I – tomar conhecimento:

a) do Ofício SEI-GDF n.º 1960/2020 – SES/GAB (e-DOC D3613A3E-c), que encaminhou cópia do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43, alusivo à Dispensa de Licitação n.º 03/2020 – SES/DF e ao Contrato n.º 63/2020 – SES/DF;

b) do Ofício n.º 195/2020-G2P (e-DOC D00A0DE9-e), por meio do qual a Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira noticiou o recebimento de denúncia na Ouvidora do Ministério Público junto à Corte e solicitou “que o presente ofício faça parte integrante da Representação 12/20”;

c) do Ofício SEI-GDF n.º 2980/2020 - SES/GAB e documentos anexos (e-DOC 4F8982E9-c), contendo manifestação da Pasta de Saúde acerca dos fatos representados, relevando-se o atraso observado; d) da Informação n.º 70/2020 – DIASP3 (e-DOC 02CE96A2-e) e demais documentos “associados” ao feito; e) do Parecer n.º 842/2020-G2P (e-DOC A68556D5-e);

II – considerar cumprida a diligência contida no item “III-a” do Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM, referendado por meio da Decisão n.º 1.114/2020;

III – com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, deferir medida cautelar mitigada, determinando à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente), conforme detalhado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, no PT 2 – Planilha de Formação de Preços e no relatório/voto do Relator;

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias:

a) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico

de Informações - SEI, permissão para acesso externo ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43, da Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; -

b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43;

c) disponibilize, para todos os meses da contratação (de abril a setembro/2020): 1. os relatórios de produção (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações; 2. os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico); 3. os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico); 4. os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico); 5. os relatórios de entregas realizadas (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico);

d) manifeste-se sobre a ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários (tópico V.2.2.1 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3), uma vez que a “Planilha DETALHADA de Estimativa de Preços” juntada ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43 não atende à legislação;

e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43: 1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas; 2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

f) apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3);

g) informe ao Tribunal sobre a realização de termo aditivo ao Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098), para inclusão de serviços da entrega dos medicamentos do Núcleo de Farmácia de Ações Judiciais - NUFAJ, noticiada no Memorando n.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012);

h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia: 1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada; 2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado; 3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.; 4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados;

i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea “a.2”, da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020;

V – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, que, doravante:

a) instrua, nos termos do art. 9º da Portaria PGDF n.º 115/2020, os autos de contratação direta relativos à aquisição de bens, serviços e insumos para enfrentamento da COVID 19, realizadas com fundamento na Lei Federal n.º 13.979/2020, com a declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020;

b) indique a correta fundamentação legal para a vigência contratual, de modo a observar a legislação pertinente (Lei n.º 8.666/1993 ou Lei n.º 13.979/2020), tendo em conta as falhas apontadas no tópico V.5 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3;

c) no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, afaste as irregularidades apontadas na Informação n.º 70/2020 – DIASP3, encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise;

VI – fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e a sociedade empresária BRB Serviços S.A., caso queiram, apresentem suas considerações acerca do sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

VII – dar ciência desta decisão à representante;

VIII – autorizar:

a) o envio de cópia do PT 2 – Planilha de Formação de Preços (associado aos autos), da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, do relatório/voto do Relator e desta decisão à SES/DF e à empresa BRB Serviços S.A., a fim de subsidiar o atendimento das referidas diligências;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Considerando despacho SAIS 48405168 que estabelece o prazo máximo para manifestação **até dia 13/10/2020**.

Cabe a essa Gerência responder às alíneas "b" e "c", acima expostas. Passa-se às respostas propriamente ditas.

Em relação à alínea "b" - ***b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43***, tem-se a seguinte resposta:

Saliente-se, inicialmente, que esta gerente não participou da elaboração do DOD, portanto, não tem ciência dos critérios utilizados para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, bem como não teve acesso às memórias de cálculos que subsidiaram os referidos quantitativos. O que será informado será um retrato da situação no mês de outubro de 2020, o que reflete basicamente a situação dos meses anteriores, do ano de 2020. Segue abaixo e em anexo relatórios com os dados solicitados, todavia, conforme salientado, referentes a outubro de 2020.

- 48801701;
- Relatório 1 - Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020 - 48801701;
 - Relatório 2 - Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados - 48801703;
 - Relatório 3 - Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, bem como os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020 - 48801706;
 - Relatório 4 - Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, bem como os pacientes que retiraram medicamentos para três meses - 48801711;
 - Relatório 5 - Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, excluídos os pacientes que retiraram medicamentos para três meses, bem como excluídos os medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020 - 48801713;
- Para dar mais clareza às informações, segue planilha elucidativa dos dados constantes nos relatórios em anexo.

Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020	34.479
Pacientes com cadastros não renovados	7.960
Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados	26.508
Pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020	3.647
Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, bem como os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020	22.862
Pacientes que retiraram medicamentos para três meses	2.302
Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, bem como os pacientes que retiraram medicamentos para três meses	20.560
Medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020	3.701
Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, excluídos os pacientes que retiraram medicamentos para três meses, bem como excluídos os medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020	16.859
TOTAL DE PACIENTES QUE DE FATO INICIARAM O MÊS DE OUTUBRO APTO A RETIRAR O MEDICAMENTO NO CEAF (Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020 + Pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020)	20.506

Importante salientar que o **TOTAL DE PACIENTES QUE DE FATO INICIAM O MÊS APTO A RETIRAR O MEDICAMENTO NO CEAF** sofre variação mensal, tendo em vista que alguns dados podem sofrer variações mensalmente, por exemplo: a quantidade de medicamentos em

falta, quantidade de pacientes que não renovam o cadastro no prazo legal e a quantidade de pacientes que vem a óbito, influenciam diretamente na quantidade de atendimentos realizados no CEAF. Portanto, fundamental reafirmar que há, necessariamente, uma variação mensal no quantitativo de pacientes, todavia, esse valor, apesar da variação, circunda o quantitativo de 20.000 pacientes mensais.

Há de se salientar que o quantitativo de 15.000 pacientes *indicado no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEI 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43*, provavelmente foi efetuado com a mesma metodologia utilizada para se chegar aos dados fornecidos nos relatórios em anexo e na planilha exposta acima. Provavelmente foi estabelecido o quantitativo de 15.000 pacientes mensais, para fins de estipulação do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF, levando-se em consideração que a entrega de medicamento em casa concorreria com os pacientes que optassem por retirarem presencialmente os medicamentos nos Núcleos Farmacêuticos que compõem o CEAF, de forma que foi feita uma estimativa de que 5.000 pacientes aproximadamente viriam pessoalmente retirar o medicamento no CEAF e que a entrega de medicamentos em casa alcançaria em torno de 15.000 pacientes mensalmente.

Em relação à alínea "c" - ***c) disponibilize, para todos os meses da contratação (de abril a setembro/2020): 1. os relatórios de produção (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações; 2. os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico); 3. os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico); 4. os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico); 5. os relatórios de entregas realizadas (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico)*** apresenta-se os seguintes relatórios:

- 1 - RELATÓRIOS DE PRODUÇÃO - 48802639;
- 2 - RELATÓRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS EM CADA MÊS - 48802675;
- 3 - RELATÓRIOS DE APURAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS - 48802949;
- 4 - RELATÓRIOS DA EFICIÊNCIA NOS ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS - 48883714;
- 5 - RELATÓRIOS DE ENTREGAS REALIZADAS - 48803356.

Abaixo, segue listagem como os processos do SEI, referente a todos os documentos da execução do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF, a saber:

Processo 00060-00189892/2020-17, referente à execução contratual do mês de abril/2020;

Processo 00041-00000969/2020-65, referente à execução contratual mês de maio/2020;

Processo 00041-00001317/2020-48, referente à execução contratual mês de junho/2020;

Processo 00041-00001399/2020-21, referente à execução contratual mês de julho/2020, e 00060-00330122/2020-66 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001661/2020-37, referente à execução contratual mês de agosto/2020, e 00060-00402178/2020-20 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001893/2020-95 referente à execução contratual mês de setembro/2020.

Walleska Fidelis Gomes Borges
Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica



Documento assinado eletronicamente por **WALLESKA FIDELIS GOMES - Matr.1437039-5**,
Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, em 13/10/2020, às 16:44,
conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial
do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **48799907** código CRC= **85C22055**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00600-00007223/2020-81

Doc. SEI/GDF 48799907



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - DOD

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE

Unidade/Setor/Depto.: GCEAF/DIASF/CATES/SES

Data:	17/03/2020		
Responsável pela Demanda:	Diogo de Amorim Barros	Telefone Resp.:	17/03/2020
E-mail do Responsável:	geceaf@saude.df.gov.br	Matr. do Resp.:	1672076-8

INDICAÇÃO DO INTEGRANTE TÉCNICO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Técnico:	Isis Andrade Franco de Carvalho	Telefone do I.T.:	61 981516406
E-mail do Integrante Técnico:	geceaf@saude.df.gov.br		

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

Quantidade:	Atendimento de aproximadamente 33 mil usuários cadastrados e ativos no CEAF-DF.	Unidade de fornecimento :	Aproximadamente 15 mil entregas em domicílio por mês; Aproximadamente 2750 ligações para os usuários por dia.
Memória de Cálculo do quantitativo:	Número total aproximado de pacientes cadastrados para atendimento nas unidades do CEAF-DF = 33 mil pacientes.		
Código SES:	Não se Aplica.	Código BR:	20605
Programa de trabalho :	10.303.6202.4216.0001 Aquisição de Medicamentos - Assistência à Saúde Pública - DF.		
Fonte de Recursos:	Indicação do FSDF		

MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Considerando o DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para

enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Item	<i>Alinhamento Estratégico:</i>
a)	<i>Plano Estratégico do Distrito Federal, Eixo Saúde, Batalha 1: Garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa</i>
b)	<i>Alinhamento com o Plano Distrital de Saúde - PDS, que traz que a aspiração maior do governo 2019-2022 no que concerne à assistência farmacêutica é garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa.</i>
c)	Para cumprir a Iniciativa nº 165 do eixo saúde no sistema gestãodf, cuja ação traz a necessidade de implantação de pelo menos uma unidade de farmácia de alto custo por Região de Saúde, descentralizaremos a distribuição dos medicamentos para atender à demanda da capilaridade do serviço.

BENEFÍCIOS/RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Item	<i>Benefícios/Resultados:</i>
a)	Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEAF-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.
b)	Evitar a propagação do vírus Covid-19
c)	Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal
d)	Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia
e)	Contribuir para cumprimento do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)
f)	Contribuir para o Uso Racional de Medicamentos
g)	Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

ÁREA DEMANDANTE

Diogo de Amorim Barros
Matrícula: 1672076-8

Brasília, 18 de Março de 2020

APROVAÇÃO

Conter a aprovação EXPRESSA da Contratação pela Autoridade imediatamente superior à área demandante.

O presente DOD tem força de Documento de Consolidação da Demanda - DCD, por não haver outra área demandante para a presente contratação.

AUTORIDADE IMEDIATAMENTE SUPERIOR

Samara Furtado Carneiro
Matrícula: 0196789-4

Brasília, 18 de Março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8, Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37291643** código CRC= **9CE2115E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37291643



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Despacho - SES/GAB

Brasília-DF, 05 de outubro de 2020.

Cuidam-se os autos do Contrato nº 63/2020 - SES/DF (38082098), celebrado entre a SES/DF e a empresa BRB SERVIÇOS S/A, que tem como objeto a contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Através do Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF (47276938), a Executora do contrato firmou o entendimento, bem como manifesta preocupação, haja vista que a pandemia ainda está fora do controle sanitário e com desdobramentos clínicos e epidemiológicos desconhecidos e que o fim do serviço e retorno da aglomeração nas unidades poderá expor os usuários vulneráveis a um risco iminente de contágio, bem como apresentar consequências desastrosas, com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas. Vejamos:

"Art. 4º (...)

H- Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até 6 (seis) meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto vigorar o [Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020](#), respeitados os prazos pactuados."

Ressalta-se que o item *"Constatação, em pesquisa de mercado, que os preços ora praticados permanecem vantajosos economicamente para a Administração: neste ponto, o(a) executor(a) deverá juntar preços praticados por contratos similares no âmbito da Administração Pública ou propostas de outras empresas do ramo, bem como elaborar planilha comparativa simplificada dos preços pesquisados e justificar a vantajosidade econômica da manutenção do contrato em face desta pesquisa"*, será confeccionado oportunamente, após recebimento de resposta da GEPP/DIAQ/SUAG ao despacho 47158514 com os dados da pesquisa de mercado.

Em relação ao Relatório Prévio objeto deste documento, seguem as seguintes considerações:

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) é uma estratégia de acesso a medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde, aprovado por meio da Portaria de Consolidação nº. 02/MS de 28 de setembro de 2017. Seu principal objetivo é a busca da garantia da integralidade do tratamento medicamentoso, em nível ambulatorial, cujas linhas de cuidado estão definidas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde e, portanto, de abrangência nacional. Além dos protocolos federais, o serviço segue os critérios definidos em diretrizes distritais, definidas em protocolos oficiais publicados pela SES-DF. As doenças contempladas nestas linhas de tratamento são de relevância do ponto de vista clínico-epidemiológico, envolvendo algumas doenças raras, de baixa prevalência ou de uso crônico prolongado com alto custo unitário, como: esclerose múltipla, atrofia muscular espinhal tipo I, transplantes, esquizofrenia, asma, artrites dentre outras.

No Distrito Federal o CEAF atende cerca de 33.000 usuários cadastrados e conta com três unidades especializadas, a saber:

- Farmácia do Componente Especializado de Ceilândia com cerca de

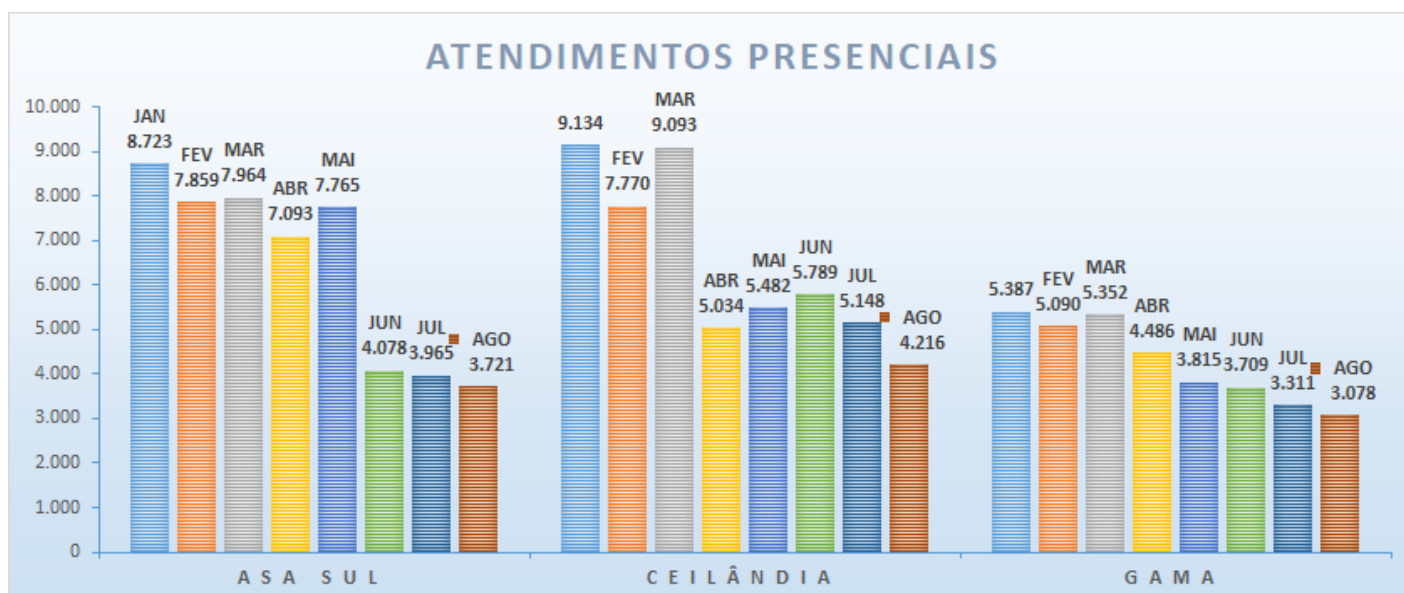
- 13.000 usuários ativos cadastrados;
- Farmácia do Componente Especializado da Asa Sul com cerca de 12.000 usuários ativos cadastrados;
- Farmácia do Componente Especializado do Gama com cerca de 8.000 usuários ativos cadastrados.

A cronicidade das patologias e o perfil dos usuários exigem que o atendimento seja acompanhado por um longo período, considerando a cronicidade dos tratamentos farmacológicos, correspondendo a um aumento quase sempre exponencial do número total de pacientes, já que as entradas são em muito superiores às saídas do serviço. A burocracia imposta pela própria Portaria de Consolidação nº. 2/2017, que regula a execução do componente considerando etapas de solicitação, avaliação, autorização e dispensação, juntamente à forma de faturamento contábil da atividade, acaba por exigir maior quantidade de processos administrativos para garantir a efetivação normativa e a segurança no trato de produtos com alto valor agregado. Aliado a isso, o incremento de novos Protocolos Clínicos e Diretrizes de Tratamentos (PCDT's) e o enquadramento dos medicamentos no nível de atenção especializado, ações estratégicas para ampliação do acesso aos medicamentos tanto por parte do Ministério da Saúde quanto da própria SES-DF, acabam por aumentar ainda mais o quantitativo de usuários atendidos.

Como consequência, o CEAf experimentou um colapso profundo quanto à sua capacidade instalada, já que a força de trabalho de que dispõe é extremamente insuficiente ante à demanda altíssima de usuários, gerando bastante aglomeração nas unidades e tempo de espera para o atendimento superior a 12 (doze) horas. Tal situação, extremamente grave e degradante, deflagra o descumprimento patente dos princípios e diretrizes do SUS e da administração pública.

Com o advento da pandemia de COVID-19, desde meados de março de 2020, foram instituídas medidas rápidas e eficientes por parte do GDF, ao encontro de orientações nacionais e internacionais, no intuito de minimizar a propagação do contágio pelo SARS-CoV-2 e proteger a saúde da população do DF. As estratégias de prevenção propostas visavam basicamente reduzir ao máximo ambientes de aglomerações de pessoas. Uma das principais medidas no campo da Assistência Farmacêutica foi a contratação emergencial do serviço "Entrega em Casa" dos medicamentos elencados no CEAf, garantindo aos usuários a continuidade do tratamento, com entrega segura dos medicamentos sem que houvesse necessidade de deslocamento por parte destes. Devido à urgência que a situação à época demandava, foi realizado contrato emergencial para viabilizar a implementação do serviço, com duração de seis meses improrrogáveis.

A contratação estratégica aliada a outras medidas tomadas localmente surtiram o efeito esperado com a redução do número de atendimentos presenciais após o início efetivo das atividades em abril/2020, conforme quadro Atendimentos Presenciais a seguir:



Dessa feita, em 28 de setembro de 2020 o contrato com a empresa BRB Serviços é finalizado e o serviço é interrompido. Nesta situação de iminente concretização, tínhamos as Farmácias Especializadas em uma realidade ainda mais caótica do que a vivenciada até março do ano corrente, pois houve incorporação de novos protocolos clínicos e serviços, além de aumento expressivo do absenteísmo por motivos de saúde, que compromete atualmente cerca de 60% da força de trabalho.

O cenário que se desenha com a interrupção do serviço objeto do Contrato nº. 063/2020-SES/DF é preocupante, tendo em vista que a pandemia ainda está fora do controle sanitário e com desdobramentos clínicos e epidemiológicos desconhecidos. O fim do serviço e retorno da aglomeração nas unidades, expondo tantos usuários vulneráveis a um risco iminente de contágio, poderá apresentar consequências desastrosas, com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas, além de exposição midiática altamente negativa desta SES-DF.

Ademais, os Boletins Epidemiológicos do Distrito Federal, principalmente o de nº. 197, de 16 de setembro de 2020, trazem dados atualizados sobre a situação da pandemia no âmbito do Distrito Federal, a qual ainda exige medidas excepcionais, de forma a resguardar a saúde da população. Portanto, permanece a situação de calamidade pública no Distrito Federal, sem termo exato para findar-se.

Portanto, diante do exposto acima, é patente a necessidade de continuidade do serviço de entrega domiciliar de medicamentos aos pacientes atendidos pelo CEAF, de forma a não gerar maiores prejuízos à saúde da população, em especial, à dos pacientes pertencentes aos grupos de risco atendidos pelo serviço de entrega de medicamento em casa.

Muito embora tenha sido consignado no Memorando nº. 650/2020 - SES/SUAG/DACC/GACTC 46482192 a impossibilidade de prorrogação do contrato em tela de acordo com as normativas afins e ditames do próprio Projeto Básico 37293085, no Despacho - SES/SUAG 46856057 (processo SEI nº. 00060-00367420/2020-10) foi colocado que a referida prorrogação pode ser amparada pela legalidade, com base no art. 4º - H, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, versado anteriormente neste.

Tendo em vista que as contratações de serviços efetuadas pela Administração Pública devem ser realizadas, em regra, por meio de procedimentos licitatórios regulares, foi iniciado processo regular de contratação do objeto aqui tratado (00060-00339274/2020-24), o qual está seguindo os trâmites legais cotidianos, de forma que, ao final, será contratada a empresa que apresentar a melhor proposta, dentro dos critérios e parâmetros estipulados no projeto básico e no documento de oficialização de demanda, e demais normas estipuladas pela Lei n. 8.666/ 1993. Importante salientar que, apesar de ter sido iniciado em período anterior à finalização do contrato emergencial vigente, o trâmite do processo regular não será finalizado em tempo hábil a suceder o Contrato n. 063/2020-SES/DF, o qual tem vigência até o dia 28/09/2020.

O Despacho supramencionado avalia que:

"a cronicidade das patologias e o perfil dos usuários exigem que o atendimento seja acompanhado por um longo período, considerando a cronicidade dos tratamentos farmacológicos, correspondendo a um aumento quase sempre exponencial do número total de pacientes, já que as entradas são em muito superiores às saídas do serviço. A burocracia imposta pela própria Portaria de Consolidação nº. 2/2017, que regula a execução do componente considerando etapas de solicitação, avaliação, autorização e dispensação, juntamente à forma de faturamento contábil da atividade, acaba por exigir maior quantidade de processos administrativos para garantir a efetivação normativa e a segurança no trato de produtos com alto valor agregado. Aliado a isso, o incremento de novos Protocolos Clínicos e Diretrizes de Tratamentos (PCDT's) e o enquadramento dos medicamentos no nível de atenção especializado, ações estratégias para ampliação do acesso aos medicamentos tanto por parte do Ministério da Saúde quanto da própria SES-DF, acabam por

umentar ainda mais o quantitativo de usuários atendidos."

Nessa esteira, ressalta-se que o cenário que se desenha com a interrupção do serviço objeto do Contrato nº. 063/2020-SES/DF é de extrema urgência, tendo em vista que a pandemia ainda está fora do controle sanitário e com desdobramentos clínicos e epidemiológicos desconhecidos.

Com o fim do serviço e retorno da aglomeração nas unidades os usuários vulneráveis ficarão expostos ao risco iminente de contágio que poderá apresentar consequências desastrosas com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas, repisa-se.

Corroborando com o aduzido, curial mencionar que a pandemia causada pelo novo Coronavírus gerou instabilidade e danos incalculáveis a população e as finanças públicas. Assim, se faz imperioso a proteção dos usuários do sistemas de saúde, especificamente, aos pacientes que utilizam os Componentes Especializados da Assistência Farmacêutica (CEAF), pois, os mesmos já são acometidos de comorbidades e a exposição dos mesmos poderá gerar riscos ao bem maior, digo, a vida de 33.000 usuários cadastrados.

Nesse diapasão, não resta outra alternativa, senão a **REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA** do serviço até que se perfectibilize a contratação emergencial ou regular, tendo em vista que ambas já foram deflagradas no âmbito desta Pasta, materializadas pelos processos nº 00060-00367420/2020-10 e 00060-00339274/2020-24.

Ademais, diante da emergência sanitária mundial causada pela pandemia da COVID-19, o Poder Público tem estabelecido diversas regras e normas para funcionamento de serviços de saúde, bem como adotado uma série de medidas para frear a propagação da doença, consequentemente perdas de vidas.

Dentre os diversos instrumentos propostos à contenção da pandemia, a [lei Federal 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, conferiu aos entes federativos a possibilidade de "*requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa*" (artigo 3º, inciso VII). A requisição administrativa encontra previsão no inciso XXV do art. 5º da [Constituição Federal](#), bem como outras normas infraconstitucionais - tais como o [decreto 4.812/42](#), editado durante a 2ª Guerra Mundial, a [lei 7.783/89](#), também conhecida como Lei de Greve, a [lei 8.080/90](#), que versa sobre o Sistema Único de Saúde.

Essa modalidade consiste na utilização coativa de bens e serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução direta e imediata da autoridade para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, mediante posterior pagamento de indenização ao proprietário do bem requisitado.

O referido instituto tem por pressuposto a intervenção na propriedade privada em benefício de bem maior que, neste caso, é a saúde pública. Isto é, em momento de crise como o atual, nasce a necessidade de o Estado preservar o direito fundamental à saúde pública, em detrimento de garantir o direito de propriedade, razão pela qual optamos pela presente.

Por outro lado, a situação fática posta nos autos necessita de apuração, vez que a desídia perpetrada demonstra de forma lídima que houve negligência para a feitura de uma nova contratação, a qual deve de imediato ser apurada pela d. Controladoria - SES/CONT.

Pontua-se, também, que a situação a qual se encontra a Secretaria de Saúde é delicada ao passo que esta problemática fora herdada da gestão passada não tendo qualquer ingerência do atual Secretário de Saúde, cabendo o mesmo o poder discricionário de tutela de milhares de vidas.

Isto Posto, considerando o atual momento determino a **REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA** com alicerce na legislação supramencionada, ao **BRB SERVIÇOS S/A** concernente ao serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, até que se perfectibilize a contratação emergencial ou regular do serviço em tela, haja vista que a descontinuidade do serviço poderá causar consequências desastrosas, com o aumento do contágio, consequente acréscimo da quantidade de hospitalizações culminando com sacrifício de muitas vidas.

Quanto ao pagamento, este será com base no serviços que já foram devidamente prestados, levando em consideração as decisões exaradas pelo Tribunal de Contas do

Distrito Federal -TCDF.

Comunique-se.

OSNEI OKUMOTO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 07/10/2020, às 17:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **48409104** código CRC= **6687A50C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

(61)3348-6104

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 48409104



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação

Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC

PROCESSO: 00060-00107460/2020-04

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - EMERGENCIAL

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

2. DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Lei nº 8.666/93, que regulamenta as licitações e os contratos no âmbito da Administração Pública.

2.1.2. Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o transporte multimodal de cargas.

2.1.3. Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980.

2.1.4. Decreto Distrital Nº 36.520, de 28/05/2015, que 9/09/2016, que Estabelece diretrizes e normas gerais de licitações, contratos e outros ajustes para a Administração direta e indireta do Distrito Federal no âmbito do Distrito Federal.

2.1.5. Resolução da Diretoria Colegiada nº 304, de 17 de setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos.

2.1.6. Resolução CFF nº 433 de 26 de abril de 2005 - Conselho Federal de Farmácias (CFF), que regulamenta a atuação do farmacêutico em empresa de transporte terrestre, aéreo, ferroviário ou fluvial, de produtos farmacêuticos, fitoquímicos e produtos para saúde.

2.1.7. Decreto nº 3.411, de 12 de abril de 2000, que regulamenta a Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas, altera os Decretos nºs 91.030, de 5 de março de 1985, e 1.910, de 21 de maio de 1996, e dá outras providências.

2.1.8. Resolução ANTT nº 794, de 22 de novembro de 2004, que dispõe sobre a habilitação do Operador de Transporte Multimodal.

2.1.9. Resolução ANTT nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as instruções complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos e alterações.

2.1.10. Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.1.11. Portaria nº 386, de 27 de julho 2017, que Organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal.

2.1.12. Portaria MS/GM nº 2.048 de 5 de novembro de 2002, que institui o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.

2.1.13. Portaria de Consolidação MS/GM nº 3 de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, especificamente Rede de Atenção às Urgências e Emergências.

2.1.14. Decreto nº 39.619, DE 07 de janeiro de 2019, que declara a situação de emergência no âmbito da Saúde Pública do Distrito Federal e dá outras providências.

2.1.15. Decreto nº 40.416/2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de epidemia por doenças transmitidas pelo Aedes no âmbito do Distrito Federal.

2.1.16. **Decreto Nº 40.475**, de 28 de Fevereiro de 2020 que declara situação de emergência no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus, ações complementares são essenciais no momento epidêmico.

A relação acima é meramente exemplificativa, frisando-se que a ausência de previsão expressa de qualquer legislação neste Projeto, não exime a Contratada de cumprir a todas as normas e legislações vigentes aplicáveis ao objeto deste processo de contratação.

2.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. Considerando o DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

2.2.2. Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

2.2.3. Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

2.2.4. Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

2.2.5. Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

2.2.6. Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

2.2.7. Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

2.2.8. Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

2.2.9. Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

2.2.10. O presente visa atender aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo).

2.2.11. Tal implementação visa evitar a descontinuidade do acesso aos medicamentos dos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) durante o período de situação de emergência no âmbito do Distrito Federal. Tendo em vista que se trata de um serviço de essencial que não pode ser interrompido.

2.2.12. Um sistema eficiente de comunicação e telefonia é a condição básica para a operacionalização de um sistema de emergência, tanto como ferramenta de garantia de um tempo-resposta adequado às necessidades da população, como também para determinar a vida ou a morte de um cidadão que procura o medicamento.

2.2.13. Benefícios/resultados a serem alcançados:

- a) Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEAF-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.
- b) Evitar a propagação do vírus Covid-19
- c) Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal
- d) Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia
- e) Contribuir para cumprimento do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)
- f) Contribuir para o Uso Racional de Medicamentos
- g) Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

2.3. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

Não há como se definir o fluxo de operação de cada empresa interessada na contratação, sem o risco de caracterizar direcionamento, o que é vedado pela legislação de regência.

Diante das necessidades de separação e transporte dos medicamentos, caberá à empresa contratada a definição de rotas, de acordo com a distância;

Sobre a aplicação dos recursos humanos disponíveis, o quantitativo irá variar conforme a tecnologia e sistemas utilizados por cada empresa interessada. Quanto maior a automatização dos processos, menor a necessidade de empregados;

A cotação dos seguros caberá às interessadas, devendo apenas ser garantida a cobertura mínima prevista em edital, não cabendo à SES/DF especificar o valor dos seguros, podendo ser cotado muito abaixo de qualquer previsão, de acordo com negociação feita pela interessada;

As soluções tecnológicas e sistemas podem variar, não cabendo à SES/DF definir qual deverá ser utilizado e, assim, sendo impossível precisar o valor de cada solução empregada;

Desta forma, a metrficação detalhada do quantitativo poderia resultar em uma limitação da competição, por ser passível de individualizar o objeto e evidenciar um suposto direcionamento.

Entretanto, após analisar licitações semelhantes faz-se evidente que não há óbice à apresentação das estimativas de quantitativos ao longo do contrato, devendo ser apresentada a planilha com os custos unitários da operação pela empresa CONTRATADA, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU (item 1.5.1.4, TC-015.378/2009-0, Acórdão nº 2.986/2009-Plenário e item 9.3.8, TC-008.753/2004-1, Acórdão nº 7.054/2010-2ª Câmara).

Tal conduta garante a transparência na aplicação dos recursos públicos, sendo demonstrados os custos efetivos da operação, respeitados os requisitos mínimos exigidos na licitação e em conformidade com a capacidade de cada empresa.

Diante do exposto, faz-se evidente que os quantitativos a serem contratados deverão ser estabelecidos pela empresa CONTRATADA com base nos processos de trabalho por ela adotados para atender aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência dessa contratação.

Estima-se aproximadamente 15 mil entregas em domicílio por mês e 2750 ligações com agendamento efetivado para os usuários por dia.

3. SUBCONTRATAÇÃO

3.1. A contratada poderá subcontratar o objeto desse Projeto Básico, conforme estabelecido nos termos do Art. 72, da Lei 8.666/93:

Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.3. A LICITANTE, caso opte pela subcontratação, deverá indicar, na fase de habilitação, as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem subcontratados com a respectiva porcentagem, responsabilizando-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

3.4. A SUBCONTRATADA deverá possuir todas as autorizações necessárias à execução dos serviços contratados.

3.5. A CONTRATADA deverá substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

3.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Serviço a ser contratado trata-se de contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** enquadrando-se no exposto no incisos IV, Art. 24 da Lei nº 8666/93.

5. DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1. O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Projeto Básico e seus Apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal e seu entorno, classificado, a saber:

ITEM	Código BR	DESCRIÇÃO		
01	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 meses (180 dias)	Serviço

6. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATADA, através de seus funcionários, deverá estar apta a operar a central telefônica ativa e receptiva para realizar o atendimento, agendamento e entrega de medicamentos aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo);

6.2. Eventuais alterações do sistema operacional adotado pela CONTRATANTE serão notificadas à CONTRATADA em tempo hábil para as providências que couberem, sem ônus à SES - DF.

6.3. A CONTRATADA para prestação do serviço deverá executar suas atividades nos locais de trabalho e horários fixados pela contratante, obedecida a jornada de trabalho legalmente fixada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional e utilizada para a respectiva atividade;

6.4. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento.

6.4.2. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

6.4.3. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e realizar ações de capacitação e treinamento, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e de transporte e entrega dos medicamentos durante estas ações.

6.4.4. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada ao CONTRATANTE.

6.5. QUALIDADE GERAL DOS SERVIÇOS

6.5.1. A qualidade geral dos serviços será avaliada periodicamente, em conjunto com representantes da SES, através dos instrumentos de avaliação e mensuração de serviços vinculados a este "Projeto Básico", acrescido das metodologias de avaliação adotadas pela SES-DF;

6.5.2. Para a qualidade geral dos serviços serão avaliadas assiduidade, asseio, postura e comportamento dos funcionários da CONTRATADA;

6.6. VOLUMETRIA E NÍVEIS BÁSICOS DE SERVIÇOS REQUERIDOS

6.6.1. Quanto aos serviços implantados, visando atender as demandas exigidas, ficam estabelecidas:

6.6.2. Volume Diário Médio de Ligações: A projeção do volume médio de ligações é de **2.750 ligações/dia**, devendo ser registradas e acompanhadas pelo CONTRATANTE através de relatório de produção. A CONTRATADA deverá garantir, através de seus funcionários, o atendimento de acordo com os padrões de qualidade estipulados neste Projeto Básico pelo CONTRATANTE.

6.6.3. Análise qualitativa das ligações:

6.6.3.1. Taxa de abandono de ligações inferior a 5%;

6.6.3.2. Velocidade de atendimento das ligações inferior a 10 segundos para o mínimo de 90% do total de ligações, garantindo o atendimento em tempo adequado: 90/10 90% das ligações atendidas em até 10 segundos, equivalente a atendimento em até 3 toques;

6.6.3.3. **Atendimento e agendamento efetivado para os usuários por dia.**

6.6.4. TMA (Tempo Médio de Atendimento):

6.6.4.1. < (menor que) 10 minutos por ligação.

6.6.5. Treinamento, capacitação:

6.6.6. Comprovação das ações de treinamento, capacitação referentes às

atividades de teleatendimento e para todo o efetivo dos funcionários contratados em atividades deste Projeto Básico

6.6.7. Entrega:

6.6.7.1. > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês.

6.7. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

6.7.1. TELEFONISTA:

- a) Maior de 18 anos;
- b) Escolaridade mínima: Formação Nível Médio
- c) Experiência mínima de 06 meses em teleatendimento;
- d) Conhecimento da geografia do Distrito Federal;
- e) Habilidade em redigir textos e análises executivas;
- f) Conhecimentos e habilidade básicos em informática (sistemas operacionais, editores de texto, entre outros);
- g) Devem conhecer plenamente e serem capazes, após treinamento, de utilizar de forma eficaz as ferramentas associadas à função e aos serviços prestados;
- h) Perfil pessoal: Sensibilidade humana, facilidade de comunicação, fluência verbal, boa dicção, audição e com visão capaz de permitir a perfeita utilização do sistema, adequada postura profissional e emocional e pró-atividade, capacidade de manutenção de sigilo profissional, capacidade de trabalhar em equipe, disposição para cumprimento de normas, regulamentos e orientações, capacidade de absorção de conhecimento através de experiência diária, conhecimento e habilidade em informática, bem como através de treinamentos formais fornecidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;

6.7.2. REMUNERAÇÃO

6.7.2.1. Os salários dos profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, deverão, no mínimo, orientar-se pelos valores de referência da Convenção Coletiva da Categoria ou Sindicato, para cada categoria de profissionais.

6.8. TRANSPORTE e ARMAZENAMENTO

6.8.1. Transporte e armazenamento atendendo à:

6.8.1.1. Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos;

6.8.1.2. Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências;

6.8.1.3. Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis.

7. DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela CONTRATADA, com a supervisão e fiscalização por servidor indicado pela CONTRATANTE.

7.2. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

7.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste Projeto Básico, a CONTRATANTE; é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:

7.4. Solicitar a imediata substituição do funcionário da CONTRATADA que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da CONTRATANTE; recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste Projeto;

7.5. Exigir junto à CONTRATADA a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;

7.6. Supervisionar as atividades CONTRATADA, mediante avaliação periódica.

7.7. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

7.8. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da SES.

7.9. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento.

7.10. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.11. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela CONTRATADA.

8. DA MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração dos serviços executados no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados elaborar o correspondente relatório contendo os Agentes de Atendimento alocados, descrevendo dias e horários;

8.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:

8.3. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais de postos de trabalho e os respectivos valores apurados;

8.4. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura;

8.5. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

8.6. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;

8.7. A aplicação dos descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços;

8.8. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente da central telefônica e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;

8.9. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;

8.10. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;

8.11. A CONTRATADA se obriga a manter a composição da equipe local, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na composição das equipes locais e de seu Supervisor deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;

8.12. Caso a CONTRATADA precise substituir um profissional alocado, deverá informar ao CONTRATANTE; com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que o novo profissional possa inteirar-se dos procedimentos técnicos e administrativos para a boa execução dos serviços contratados;

8.13. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;

8.14. A CONTRATANTE utilizará ferramenta de gestão de informações para gerenciar os serviços realizados pela CONTRATADA, ao nível de relatórios gerenciais e indicadores de performance ou outra forma a ser definida entre as partes durante a implantação dos serviços;

8.15. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES - DF;

8.16. A CONTRATANTE por intermédio de seus funcionários ou prepostos se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA;

8.17. Na fase de implantação dos serviços, a CONTRATANTE deverá realizar a integração da equipe alocada no contrato, para fornecer conhecimento sobre o sistema de atendimento, recursos tecnológicos da Central, serviços a serem executados e procedimentos existentes.

9. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto básico.

9.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

9.5. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

9.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice III, deste documento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

9.7. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

9.8. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.9. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.11. O Fiscal/Gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução dos serviços, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.

9.12. O Preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

9.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal/Gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.16. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.17. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.18. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Art. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DAS OCORRÊNCIAS

10.1. Será atribuído a CONTRATADA pontuação a cada constatação das

seguintes ocorrências, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	PONTOS	PRAZO RESOLUÇÃO
Interrupção, parcial ou total, não programada nos serviços contratados, sem prévio comunicação a SES/DF, por evento, acrescido a cada hora.	0,3	1 hora
Seguidas interrupções nos serviços contratados em um lapso temporal de 07 (sete) dias, por evento, a pontuação será multiplicada pelo número de interrupções, por evento.	0,3	1 hora
Cobrança por serviços não prestados, por evento.	0,3	2 dias
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por evento.	0,3	2 dias
Utilizar profissionais em serviço sem a devida identificação (crachá e/ou camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Utilizar profissionais em serviço com identificação em mal estado (crachá ilegível ou danificado), vestimentas sujas e/ou rasgadas (camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório, por evento.	0,5	2 dias
Atraso injustificado no recebimento de produtos pactuados no contratos direcionada à seu(s) Almoxarifado(s), dentro do horário de funcionamento estipulado neste documento.	0,3	1 dia
Atraso (injustificado) na entrega dos produtos objetos deste Contrato. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso.	0,5	24 horas
Não realizar as entregas previstas nas unidades de consumo nos prazos pactuados, por evento.	1	1 dia
Não entregar os produtos nos prazos e quantidades especificadas no documento de transferência às unidades de consumo, salvo autorização prévia da área técnica vinculada à CONTRATANTE, por evento.	0,5	1 dia
Mal funcionamento dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	2 dias
Inoperância dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	1 dia
Má conservação das instalações, equipamentos, aparelhos, materiais ou qualquer outro recurso de sua responsabilidade empregado no serviço, por evento.	0,5	2 dias
Não cumprir os horários mínimos de funcionamento previstos neste documento, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	1 dia
Não receber entrega direcionada à seu(s) Almoxarifado(s), dentro do horário mínimo de funcionamento previsto neste documento, salvo se por erro do entregador, por evento.	1	1 dia
Instalar durante a implementação do serviço, qualquer equipamento que não seja novo, de primeiro uso, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	3 dias
Descumprir qualquer OBRIGAÇÃO descrita neste documento, por evento.	1	3 dias
Causar qualquer tipo de problema de modo a dificultar a transição contratual, por evento.	1	1 dia
Não manter seus sistemas, equipamentos, pessoal ou qualquer outro objeto necessário ao funcionamento do serviço durante a transição contratual, por evento, acrescido a cada dia.	1	1 dia
Negligenciar medidas de segurança ou legislação pertinente, por evento.	1	1 dia
Utilizar mão de obra com qualificação incompatível com àquela necessária a execução dos serviços, por evento.	1	1 dia
Deixar de fornecer os relatórios gerenciais nos moldes e prazos requeridos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias
Deixar de realizar as auditorias e inventários nos moldes e prazos previstos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias

10.2. Para confirmação dos eventos será tomado como base os relatos de ocorrências direcionados ao Gestor/Fiscal do Contrato e aferição junto a CONTRATADA.

10.3. Os prazos serão contados a partir da data da ocorrência em relação ao pactuado ou relato oficial, quando aplicável.

10.4. O Gestor/Fiscal deverá realizar a avaliação mensal para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.5. O somatório da pontuação será apurado dentro do mês de prestação do serviço, coincidente com o mês civil.

10.6. Caso necessário, a somatória será arredondada, para mais ou para menos, levando em consideração quando o número estiver mais próximo daquele imediatamente superior ou inferior.

10.7. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo.

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 3% (três por cento) do valor mensal do contrato
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato

5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 6% (seis por cento) do valor mensal do contrato
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 7% (sete por cento) do valor mensal do contrato
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
9 (nove) pontos	Multa correspondente a 9% (nove por cento) do valor mensal do contrato
10 (dez) pontos	Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato
11 (onze) pontos ou +	Suscetível a Rescisão Unilateral do Contrato

10.8. Durante o período de implantação dos serviços, conforme IMR previstos, poderão ser abrandados, em detrimento da necessidade de ajustes e correções nos serviços.

10.9. A ocorrência de três ou mais sanções consecutivas, acarretará sanção correspondente ao somatório das pontuações acumuladas nesses meses.

11. DA GARANTIA DO CONTRATO

11.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

11.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

11.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017, desde que não ocorram intercorrências que gerem ônus para a CONTRATANTE durante o período de transição contratual.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.10. Será considerada extinta a garantia:

- com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

11.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico e no Contrato.

12. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

12.1. A prestação dos serviços de que trata este Projeto Básico e seus Apêndices não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a SES/DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

12.2. Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

12.3. Todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, oriundas dos acidentes de trabalho e das doenças causadas pelo exercício das atividades laborais, entre outras, correm por conta exclusiva da CONTRATADA, a qual se obriga a saldar na época devida.

12.4. A CONTRATADA deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Termo de Referência, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações da SES/DF às determinações emanadas pelo Preposto.

13. ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. A consolidação da estimativa de preços será realizada pelo setor competente subordinado a DIAQ/SUAG/SES.

14. DOS CUSTOS ENVOLVIDOS

14.1. Todos os componentes das Prestação do Serviço pela CONTRATADA para a execução dos serviços constantes deste documento são insumos pessoais do funcionário (uniforme, meios de comunicação e etc) da CONTRATADA para esta prestação, e deverão estar detalhados na proposta;

14.2. Todos os custos com pessoal, residentes ou não na SES/DF, correrão por conta da CONTRATADA, na forma deste documento, sem quaisquer ônus adicionais ao Contrato;

14.3. Todos os impostos e demais aspectos financeiros da execução deverão ser previstos e contidos nos preços da Proposta Comercial da licitante.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

15.1. As propostas apresentadas pelas proponentes deverão ter validade não inferior a **90 (noventa) dias**, discriminando os valores mensais e quantitativos, conforme estabelecido neste Instrumento.

15.2. **O CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS SERÁ O DE MENOR VALOR ITEM;**

15.3. Nenhum item poderá ser cotado acima do valor estimado;

15.4. A empresa proponente deverá apresentar cotação para o serviço descrito no presente Projeto Básico devendo discriminar pormenorizadamente o serviço cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos (memória de cálculo), contendo o nome da empresa proponente, endereço, números do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal, estando em papel timbrado, datada e assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado - Apêndice II – Modelo de Proposta;

15.5. **Todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos à entrega de materiais complementares à prestação de serviços, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço;**

15.6. Os proponentes deverão apresentar, na ocasião da apresentação das propostas, a Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Dissídio Coletivo da categoria profissional, às quais estão vinculadas;

15.7. Para garantia da exequibilidade dos preços e uniformização das propostas, os proponentes deverão adotar, sob pena de desclassificação, os valores referenciais de encargos sociais previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, em obediência às Decisões n.º 2472/2013 e n.º 3836/2013 do TCCF;

15.8. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da empresa proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico;

15.9. No caso de omissões puramente formais em propostas, inclusive quanto ao seu prazo de validade, serão considerados aqueles descritos no Projeto Básico;

15.10. Informar o regime de tributação no qual está inscrita;

15.11. As empresas proponentes deverão apresentar a composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) na planilha de formação de preços, utilizando os percentuais correspondentes ao regime de tributação ao qual optou;

15.12. Para fins de composição de preço, esta Secretaria utilizou como base o Regime de Tributação de Lucro Real;

15.13. O proponente deverá prever em seus preços todas as despesas diretas e indiretas para a perfeita execução do objeto, bem como as deduções necessárias de custos, de forma a não caracterizar “bis in idem”, devendo considerar toda a legislação aplicável, a Convenção Coletiva de Trabalho em vigor e a jurisprudência atual dos tribunais, visando a uniformização das propostas e a tramitação isonômica do processo licitatório, sob pena de desclassificação da proposta apresentada.

16. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E HABILITAÇÃO

16.1. PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1.1. A empresa proponente deverá apresentar descrição detalhada do serviço ofertado e anexar o respectivo escopo de suas soluções.

16.2. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.2.1. O licitante vencedor deverá apresentar a documentação abaixo, podendo ser solicitada novamente no momento da contratação:

16.2.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa prestado ou estar prestando o mesmo serviço objeto deste Projeto Básico, compatível em características de Teleatendimento, nas quantidades e prazos com o objeto deste Projeto Básico;

16.2.3. Os atestados deverão conter necessariamente:

16.2.3.1. A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Projeto Básico, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.

16.2.4. Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

16.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julho de 2011;

16.2.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.);

16.2.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual/Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estadual/Municipal, ou positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado/Município, ou outro meio equivalente admitido por lei;

16.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa*, expedida pelo *Tribunal Superior do Trabalho* (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470 de 24 de agosto de 2011);

17. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. As atividades previstas nos itens deste documento deverão ser executadas no Distrito Federal, sem qualquer custo adicional, de segunda à sexta, exceto feriados, das 08h às 17 h.

18. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: empreitada por menor preço LOTE/ITEM, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

19. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

19.1. Para a prestação dos serviços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Projeto Básico e da proposta de preços da licitante vencedora.

19.2. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, IMPRORROGÁVEIS**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no Inciso IV, Art. 24 da Lei 8666/93.

20. PRAZOS DE ENTREGA

20.1. Prazo de Entrega: Os serviços deverão estar em plena execução em até 5 (CINCO) dias úteis, a partir da data da assinatura do Contrato.

21. MODELO DE EXECUÇÃO

21.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades do central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

21.1.1. Realizar a convocação da CONTRATADA será realizada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da CONTRATANTE, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados.

21.1.2. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, do representante legal da CONTRATADA, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da CONTRATADA, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Apêndices e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

21.1.3. Informar à CONTRATADA que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo da implantação.

21.1.4. A CONTRATADA deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais.

21.1.5. A CONTRATADA deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.

21.1.6. A CONTRATADA poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços ora licitados, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.

21.1.7. Todos os serviços que envolvam ações de desenvolvimento e implementação de atividades de melhoria contínua de ambiente, obedecerão a uma estruturação e planejamento prévios da CONTRATADA e autorização da CONTRATANTE, onde serão estabelecidos os prazos, horário e condições gerais da execução destas atividades.

21.2. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

21.2.1. A CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a licitante vencedora esteja em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

22. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

22.1. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES/DF, tais documentos.

22.2. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

22.3. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES/DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.

22.4. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES/DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES/DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.

22.5. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES/DF.

22.6. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro

modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da CONTRATANTE.

22.7. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.

22.8. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

22.9. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

22.10. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste Projeto bem como da natureza sigilosa das informações.

22.11. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

22.12. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

23. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

23.1. São instrumentos formais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- 23.1.1. Chamados telefônicos registrados na Central de Atendimento.
- 23.1.2. Chamados registrados em Sistema de Gestão de Demandas.
- 23.1.3. Ofícios.
- 23.1.4. Relatórios.
- 23.1.5. Demais Termos previstos no instrumento convocatório.

24. DAS OBRIGAÇÕES

24.1. DA CONTRATANTE

- 24.1.1. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a CONTRATADA possa realizar os serviços com esmero e perfeição.
- 24.1.2. Receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para manutenção e conservação dos equipamentos, tomando as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades.
- 24.1.3. Realizar sindicância para apurar RESPONSABILIDADE no caso de danos nos equipamentos da CONTRATADA, sob sua responsabilidade.
- 24.1.4. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, após assinatura do Contrato.
- 24.1.5. Receber o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 24.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços.
- 24.1.7. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
- 24.1.8. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do Serviço.
- 24.1.9. Definir produtividade ou capacidade mínima do Serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- 24.1.10. A CONTRATANTE se reserva o direito a qualquer momento de realizar diligências e inspeções junto à CONTRATADA a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e para esclarecimento de dúvidas.
- 24.1.11. Faculta-se ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, sempre quando necessário, agendar reuniões periódicas de caráter gerencial ou técnico para avaliar os trabalhos, adotar

resoluções e obter esclarecimento de pendências durante toda a vigência do contrato.

24.1.12. Efetuar o pagamento de acordo com as normas orçamentárias e financeira do DF.

24.2. DA CONTRATADA

24.2.1. A executar fielmente os serviços especificados no Projeto Básico, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes.

24.2.2. Designar por escrito, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

24.2.3. Manter o número acordado de profissionais para a execução do serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, greve, falta ao serviço, demissão, etc.

24.2.4. Realizar, diariamente, por intermédio do preposto, o controle de frequência do pessoal em serviço.

24.2.5. Manter a quantidade de profissionais com as qualificações indicadas neste Projeto Básico, e acordados, para realizar, caso necessário, substituições.

24.2.6. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, plano de saúde, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

24.2.7. Obedecer, na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações do Ministério do Trabalho, bem como, a legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, de engenharia de segurança e medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.

24.2.8. Cumprir as legislações Federais, Estaduais e Municipais que interfiram na execução dos serviços.

24.2.9. Reparar e corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, qualquer irregularidade na prestação dos serviços que lhe for comunicada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da rescisão contratual, se cabível.

24.2.10. Manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer perdas e danos que venham a ocorrer, desde que por comprovada culpa, durante a vigência do contrato.

24.2.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE.

24.2.12. Toda solução a que se refere este documento deverá estar implementada, assim como, os profissionais, devidamente habilitados, referidos neste termo, aptos em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

24.2.13. Manter seus empregados regularmente registrados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dessas relações de emprego.

24.2.14. Manter a suas expensas apoio psicológico aos seus funcionários uma vez tratar-se de serviço de urgência e emergência com carga emocional elevada.

24.2.15. Apresentar, no momento do início da execução dos serviços, relação nominal de seus empregados separados por turno, constando os respectivos números de telefones para contato, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se por todos os prejuízos que esses possam ocasionar no desempenho de suas atribuições;

24.2.16. A relação, a que se refere este item, deverá ser atualizada sempre que houver alteração no quadro de empregados;

24.2.17. Afastar imediatamente das funções designadas qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada pela CONTRATANTE inconveniente, substituindo-o para que não haja prejuízo ao serviço

24.2.18. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente Projeto Básico;

24.2.19. Manter seu pessoal identificado por meio de crachás, com fotografia recente; e identificação de sua função hierárquica;

24.2.20. A empresa ou instituição CONTRATADA deverá alocar nos serviços funcionários contratados sob regime trabalhista de acordo com a CLT.

24.2.21. Empregar preferencialmente Pessoas com Necessidades Especiais nos serviços objeto do contrato, nos termos da legislação específica;

24.2.22. Realizar a gestão e administração do contrato e da equipe alocada, englobando recursos humanos, qualidade geral dos serviços e relatórios gerenciais;

24.2.23. Diligenciar na escolha de seus funcionários a serem alocados nos serviços, de forma que os mesmos possam deslocar-se, alimentar-se e desenvolver outras atividades de subsistência sem depender de auxílio dos servidores públicos e do próprio CONTRATANTE;

- 24.2.24. Efetuar os exames médicos, físicos e psíquicos necessários nos funcionários envolvidos nos serviços, responsabilizando-se integralmente por sua habilitação para o desempenho e contexto das funções;
- 24.2.25. A Empresa ou Instituição CONTRATADA, não poderá subcontratar os funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, bem como não poderá subcontratar ou associar-se ou consorciar-se ou estabelecer aliança ou parceria com terceiros para a execução dos serviços e para prover os recursos de infraestrutura previstos neste documento;
- 24.2.26. Manter equipe de apoio composta por profissionais capacitados objetivando a manutenção da qualidade de atendimento de forma a suprir as necessidades detectadas pela CONTRATADA especialmente no que se refere ao item Perfis e Responsabilidades dos seus Profissionais.
- 24.2.27. Quando necessário e desde que planejado com antecedência mínima de 10 dias, o CONTRATANTE; poderá solicitar reciclagem e/ou treinamento técnico ou comportamental dos profissionais da CONTRATADA envolvidos nos serviços;
- 24.2.28. Toda e qualquer comunicação à CONTRATANTE deverá se efetuada por escrito, podendo ser realizada por meio eletrônico;
- 24.2.29. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico.
- 24.2.30. Manter o fornecimento necessário de materiais de escritório para o desenvolvimento das atividades determinadas neste Projeto Básico, como por exemplo: papel sulfite, caneta, grampeador, etc.
- 24.2.31. Proporcionar, durante a execução dos serviços ora contratado, aos seus profissionais toda a assistência para as necessidades especiais que os mesmos apresentarem.
- 24.2.32. Manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento e de radio-operação, relacionadas ao melhor desempenho e qualidade da prestação do serviço.
- 24.2.33. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;
- 24.2.34. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e apresentar seus funcionários para as ações de capacitação e treinamento citadas acima, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e despacho durante estas ações.
- 24.2.35. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada à SES - DF.

25. **MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

Com base na atual estrutura organizacional da SES/DF, a gestão do contrato será realizada por Comissão Executiva da SAIS/SES.

Assim em atendimento a Portaria nº 57 de 25 de abril de 2011, para a gestão da contratação em tela, serão indicados Servidores Públicos Estatutários do Quadro de Carreira da SES/DF, lotados preferencialmente SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

25.1. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 25.1.1. O representante da SES/DF, Gestor do Contrato, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.
- 25.1.2. No sentido de permitir a fiscalização do contrato de forma plena, poderá ser indicado um Gestor Local e seu Suplente para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA.
- 25.1.3. A existência de fiscalização da SES/DF de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados.
- 25.1.4. A SES/DF poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou Preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço a fiscalização, ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- 25.1.5. Os servidores designados à fiscalização do contrato poderão recusar, sustar, mandar refazer ou fazer quaisquer falhas ou problemas inerentes ao fornecimento do objeto, que estejam em desacordo com o preestabelecido.
- 25.1.6. A SES/DF se reserva o direito, a qualquer momento durante a vigência do contrato, de aferir a solução contratada, realizando testes, auditorias por meio de ferramentas e recursos próprios ou empresas contratada para este fim.
- 25.1.7. Independente dos sistemas de acompanhamento e supervisão que serão exercidos pela CONTRATADA, a SES/DF exercerá o seu processo de supervisão e acompanhamento do Contrato através de um ou mais técnicos designados para este fim, sob a supervisão do Gestor do Contrato.

25.1.8. Dentre as diversas funções do acompanhamento e supervisão a serem exercidas pela SES/DF pode-se destacar:

- 25.1.8.1. Homologação de planos de ação, produtos, serviços, relatórios e documentação.
- 25.1.8.2. Acompanhamento da execução.
- 25.1.8.3. Realização de reuniões de coordenação para planejamento, organização e avaliação da prestação dos serviços.
- 25.1.8.4. Proposição de modificação na sistemática de prestação de serviços e nos processos de trabalho.
- 25.1.8.5. Aprovação prévia de metodologias, práticas e tecnologias que melhor se empreguem à execução dos serviços no âmbito da SES/DF.

25.2. **PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

A contratação oriunda deste Projeto Básico será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados pela SES/DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

25.2.1. **GESTOR DO CONTRATO:**

- 25.2.1.1. Entidade: CONTRATANTE, indicado pela SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF;
- 25.2.1.2. Responsabilidade:
 - a) Verificar a eficiência: utilização de recursos de computação alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
 - b) Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
 - c) Atestar a segurança: segurança em comunicação quanto à veiculação de dados por meios de comunicação.
- 25.2.1.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

25.2.2. **FISCAL TÉCNICO**

- 25.2.2.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.2.2. Responsabilidade:
 - a) Encaminhar pendências que possam gerar fato administrativo, analisar e gerar relatórios das faturas emitidas, incluindo apontar não conformidades e desvios de qualidade, verificar prazos dos serviços contratados e fiscalizar tecnicamente o Contrato.

25.2.3. **FISCAL ADMINISTRATIVO**

- 25.2.3.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.3.2. Responsabilidade:
 - a) Fiscalizar o Contrato, quanto aos aspectos administrativos.

25.2.4. **FISCAL REQUISITANTE**

- 25.2.4.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.4.2. Responsabilidade:
 - a) Fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional da Serviço;

25.2.5. **PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO**

- 25.2.5.1. Entidade: CONTRATADA
- 25.2.5.2. Responsabilidade:
 - a) Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
 - b) Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
 - c) Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;

- d) Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.
- e) Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- f) Encaminhar à SES/DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e
- g) Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/sistemas/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

26. DO PARECER TÉCNICO

O Parecer técnico será dado por equipe de técnicos lotados na SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

27. DO REPASSE DE CONHECIMENTO

27.1. Por se tratar de um contrato em regime emergencial, cuja o objetivo é a manutenção dos serviços da central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado, o presente contrato não contemplará transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

28. DA PROPRIEDADE E PROVIMENTO DOS SERVIÇOS

28.1. Os produtos aplicados ou resultantes da prestação de serviços da CONTRATADA, tais como estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, projetos, sistemas, programas objetos ou executáveis, bases de dados, arquivos, interfaces, drivers e correlatos, desenvolvidos especificamente para este objeto, serão de propriedade patrimonial exclusiva da SES/DF nos termos do Art. 111 da Lei nº 8.666/93, concomitante com o Art. 4º da Lei nº 9.609/98.

29. FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Programa de Trabalho 10.303.6202.4216.0001 Aquisição de Medicamentos - Assistência à Saúde Pública - DF.

30. DO PAGAMENTO

30.1. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.

30.2. O serviço a ser contratado é prestado de forma contínua com pagamento em parcelas mensais mediante ateste das faturas de prestação do serviço.

30.3. A Nota Fiscal da empresa CONTRATADA deve ser emitida com data posterior ao Aceite do Recebimento e apresentado juntamente com o Termo de Aceite para o Gestor do Contrato. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após o Gestor do Contrato receber o Termo de Aceite do Recebimento e as Notas Fiscais da Contratada.

30.4. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês subsequente ao da prestação de serviços, exceto no último mês do Contrato, cuja fatura já deverá contemplar todos os excedentes e eventuais penalidades.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831 de 19 setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

32. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

32.1. É dispensada a elaboração dos Estudos Preliminares de acordo com o Art. 20, III, §2º, alínea b da IN nº5/2017.

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II - Gerenciamento de Riscos; e

III - Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber.

§ 2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do **caput** ficam dispensadas quando se tratar de:

a) contratações de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; ou

b) contratações previstas nos incisos IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

33. DESCRIÇÃO DOS APÊNDICES QUE INTEGRAM O PROJETO BÁSICO

Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.

Apêndice II – Modelo de Proposta.

34. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Cleitiana da Cruz de Almeida - Matrícula: 1.680.265-9 - SES/SUAG/CEIC - **Integrante Administrativo**

Diogo de Amorim Barros - Matrícula: 1.672.076-8 - SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF - **Integrante Demandante**

Samara Furtado Carneiro - Matrícula: 196.789-4 - DIASF/CATES/SAIS/SES - **Integrante Demandante**

Autoridade Imediatamente Superior pela Aprovação do Projeto Básico:

Aprovamos o presente Projeto Básico, em conformidade com o artigo 20, inciso XIX da Portaria 210/2017 - SES/DF.

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde
SAIS/SES

Apêndice I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa** _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a <objeto do contrato>, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das **PARTES**;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as **PARTES** cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das **PARTES**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: Cada **PARTE** permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas **PARTES** permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20xx.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

Apêndice II - MODELO DE PROPOSTA*(Em papel timbrado da empresa)*

À

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal**SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar****Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto****CEP: 70086-900- Brasília, DF****Referência:** Pregão Eletrônico SRP nº ____/____

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ estabelecida no(a) _____, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de **central telefônica** ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de **entrega de medicamentos em domicílio** e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

O valor total de proposta é de _____ (em algarismo e por extenso), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato.

Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (6 MESES)
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 Meses (180 dias)	Serviço	R\$ -	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL MENSAL						
VALOR GLOBAL (6 MESES)						

Nome do Diretor ou representante legal da empresa**Cargo****CPF nº****APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo para sua aferição mensal.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 1 - Central de atendimento	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de medição	
Forma de acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de Cálculo	
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	
Sanções	
Observações	
Exemplo de Indicador	
Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	24h
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.

Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Nº de horas no atendimento/24h = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa de XX 30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual
Observações	

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 5.000 entregas/mês)
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas. Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6. Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4**, **Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180,

quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLEITIANA DA CRUZ DE ALMEIDA - Matr.1680265-9**, **Membro da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação**, em 18/03/2020, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8**, **Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MOEMA LIZIANE SILVA CAMPOS - Matr.0158991-1**, **Subsecretário(a) de Atenção Integral à Saúde**, em 18/03/2020, às 19:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37293085** código CRC= **1963EFC7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO Nº. 063/2020 - SES/DF

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DISTRITO
FEDERAL, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE E A EMPRESA **BRB
SERVIÇOS S/A** NOS TERMOS
DO PADRÃO Nº 02/2002, NA
FORMA ABAIXO.

PROCESSO SEI nº [00060-00109204/2020-43](#)

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, com sede no SAIN Parque Rural s/nº, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.770-200, representada neste ato por **FRANCISCO ARAUJO FILHO**, para responder interinamente pelo Cargo de Natureza Política na qualidade de Secretário de Estado, Símbolo CNP-03, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Decreto de 16 de março de 2020, publicado no DODF Edição Extra nº 30, de 16 de março de 2020, pg. 01, e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80, denominada CONTRATADA, com sede no Distrito Federal, CEP. 70.714-902 neste ato representada por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS**, portador do RG nº 047.810.272.013-4 SSP-MA, e CPF nº 473.222.251-04, **JULIANA GONÇALVES NAVARRO**, portadora do RG 6.448.462-1 SSP-PR, CPF nº 019.390.829-86, na qualidade de representante legal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico (37293085), da Proposta BRB (37825188), do Ato Convocatório para **DL emergencial** (37510147), da Autorização da Dispensa de Licitação - **DL emergencial** (37266072), Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial** (38044988), com fulcro no artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (38057988), da Nota de Empenho (38081231), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), nos termos do Projeto Básico (37293085), da Proposta BRB (37825188), do Ato Convocatório para **DL emergencial** (37510147), da Autorização da Dispensa de Licitação - **DL emergencial** (37266072), Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial** (38044988), com fulcro no artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (38057988), da Nota de Empenho (38081231), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93, que passam a integrar o presente Termo.

3.2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.2.1. O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Contrato e seus apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal e seu entorno, classificado, a saber:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	Serviço	6 meses (180 dias)

4. CLÁUSULA QUARTA– DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: empreitada por menor preço LOTE/ITEM, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

4.2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.2.1. A CONTRATADA, através de seus funcionários, deverá estar apta a operar a central telefônica ativa e receptiva para realizar o atendimento, agendamento e entrega de medicamentos aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo);

4.2.2. Eventuais alterações do sistema operacional adotado pela CONTRATANTE serão notificadas à CONTRATADA em tempo hábil para as providências que couberem, sem ônus à SES - DF.

4.2.3. A CONTRATADA para prestação do serviço deverá executar suas atividades nos locais de trabalho e horários fixados pela contratante, obedecida a jornada de trabalho legalmente fixada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional e utilizada para a respectiva atividade;

4.3. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

4.3.1. A CONTRATADA deverá manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento.

4.3.2. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

4.3.3. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e realizar ações de capacitação e treinamento, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e de transporte e entrega dos medicamentos durante estas ações.

4.3.4. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada ao CONTRATANTE.

4.4. QUALIDADE GERAL DOS SERVIÇOS

4.4.1. A qualidade geral dos serviços será avaliada periodicamente, em conjunto com representantes da SES, através dos instrumentos de avaliação e mensuração de serviços vinculados a este "CONTRATO", acrescido das metodologias de avaliação adotadas pela SES-DF;

4.4.2. Para a qualidade geral dos serviços serão avaliadas assiduidade, asseio, postura e comportamento dos funcionários da CONTRATADA;

4.5. VOLUMETRIA E NÍVEIS BÁSICOS DE SERVIÇOS REQUERIDOS

4.5.1. Quanto aos serviços implantados, visando atender as demandas exigidas, ficam estabelecidas:

4.5.2. Volume Diário Médio de Ligações: A projeção do volume médio de ligações é de **2.750 ligações/dia**, devendo ser registradas e acompanhadas pelo CONTRATANTE através de relatório de produção. A CONTRATADA deverá garantir, através de seus funcionários, o atendimento de acordo com os padrões de qualidade estipulados neste CONTRATO pelo CONTRATANTE.

4.5.3. Análise qualitativa das ligações:

- Taxa de abandono de ligações inferior a 5%;
- Velocidade de atendimento das ligações inferior a 10 segundos para o mínimo de 90% do total de ligações, garantindo o atendimento em tempo adequado: 90/10 90% das ligações atendidas em até 10 segundos, equivalente a atendimento em até 3 toques;
- **Atendimento e agendamento efetivado para os usuários por dia.**

4.5.4. TMA (Tempo Médio de Atendimento):

- < (menor que) 10 minutos por ligação.

4.5.5. Treinamento, capacitação:

- Comprovação das ações de treinamento, capacitação referentes às atividades de teleatendimento e para todo o efetivo dos funcionários contratados em atividades deste CONTRATO.

4.5.6. Entrega:

- > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês.

4.6. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

4.6.1. TELEFONISTA:

- Maior de 18 anos;
- Escolaridade mínima: Formação Nível Médio
- Experiência mínima de 06 meses em teleatendimento;
- Conhecimento da geografia do Distrito Federal;
- Habilidade em redigir textos e análises executivas;
- Conhecimentos e habilidade básicos em informática (sistemas operacionais, editores de texto, entre outros);
- Devem conhecer plenamente e serem capazes, após treinamento, de utilizar de forma eficaz as ferramentas associadas à função e aos serviços prestados;
- Perfil pessoal: Sensibilidade humana, facilidade de comunicação, fluência verbal, boa dicção, audição e com visão capaz de permitir a perfeita utilização do sistema, adequada postura profissional e emocional e pró-atividade, capacidade de manutenção de sigilo profissional, capacidade de trabalhar em equipe, disposição para cumprimento de normas, regulamentos e

orientações, capacidade de absorção de conhecimento através de experiência diária, conhecimento e habilidade em informática, bem como através de treinamentos formais fornecidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;

4.7. REMUNERAÇÃO

4.7.1. Os salários dos profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, deverão, no mínimo, orientar-se pelos valores de referência da Convenção Coletiva da Categoria ou Sindicato, para cada categoria de profissionais.

4.8. TRANSPORTE e ARMAZENAMENTO

4.8.1. Transporte e armazenamento atendendo à:

1. Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos;
2. Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências;
3. Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis.

4.9. DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela CONTRATADA, com a supervisão e fiscalização por servidor indicado pela CONTRATANTE.

4.9.2. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

4.9.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste CONTRATO, a CONTRATANTE; é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:

4.9.4. Solicitar a imediata substituição do funcionário da CONTRATADA que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da CONTRATANTE; recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste CONTRATO;

4.9.5. Exigir junto à CONTRATADA a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;

4.9.6. Supervisionar as atividades CONTRATADA, mediante avaliação periódica.

4.9.7. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

4.9.8. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da SES.

4.9.9. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento.

4.9.10. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.9.11. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela CONTRATADA.

4.10. DA MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.10.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração dos serviços executados no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados e Instrumento de Medição de Resultados - IMR, elaborar o correspondente relatório contendo os Agentes de Atendimento alocados, descrevendo dias e horários;

4.10.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:

4.10.3. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais de postos de trabalho, tabela IMR e os respectivos valores apurados;

4.10.4. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura;

4.10.5. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

- I. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços executados considerando os recursos contratados e Instrumento de Medição de Resultados - IMR, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;
- II. A aplicação dos descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços;
- III. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente da central telefônica e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;
- IV. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;
- V. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;
- VI. A CONTRATADA se obriga a manter a composição da equipe local, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na composição das equipes locais e de seu Supervisor deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;
- VII. Caso a CONTRATADA precise substituir um profissional alocado, deverá informar ao CONTRATANTE; com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que o novo profissional possa inteirar-se dos procedimentos técnicos e administrativos para a boa execução dos serviços contratados;
- VIII. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;
- IX. A CONTRATANTE utilizará ferramenta de gestão de informações para gerenciar os serviços realizados pela CONTRATADA, ao nível de relatórios gerenciais e indicadores de performance ou outra forma a ser definida entre as partes durante a implantação dos serviços;
- X. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES - DF;
- XI. A CONTRATANTE por intermédio de seus funcionários ou prepostos se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA;
- XII. Na fase de implantação dos serviços, a CONTRATANTE deverá realizar a integração da equipe alocada no contrato, para fornecer conhecimento sobre o sistema de atendimento, recursos tecnológicos da Central, serviços a serem executados e procedimentos existentes.

4.11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- I. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei

nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

- II. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o controle da execução dos serviços e do contrato.
- III. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato.
- IV. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
- V. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.
- VI. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice III, deste documento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- VII. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- VIII. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- IX. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- X. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- XI. O Fiscal/Gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução dos serviços, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.
- XII. O Preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- XIII. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal/Gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- XIV. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- XV. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- XVI. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- XVII. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XVIII. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Art. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XIX. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.12.DAS OCORRÊNCIAS

4.12.1. Será atribuído a CONTRATADA pontuação a cada constatação das seguintes ocorrências, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	PONTOS	PRAZO RESOLUÇÃO
Interrupção, parcial ou total, não programada nos serviços contratados, sem prévio comunicação a SES/DF, por evento, acrescido a cada hora.	0,3	1 hora
Seguidas interrupções nos serviços contratados em um lapso temporal de 07 (sete) dias, por evento, a pontuação será multiplicada pelo número de interrupções, por evento.	0,3	1 hora
Cobrança por serviços não prestados, por evento.	0,3	2 dias
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por evento.	0,3	2 dias
Utilizar profissionais em serviço sem a devida identificação (crachá e/ou camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Utilizar profissionais em serviço com identificação em mal estado (crachá ilegível ou danificado), vestimentas sujas e/ou rasgadas (camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório, por evento.	0,5	2 dias
Atraso injustificado no recebimento de produtos pactuados no contratos direcionada à seu(s) Almoxtarifado(s), dentro do horário de funcionamento estipulado neste documento.	0,3	1 dia
Atraso (injustificado) na entrega dos produtos objetos deste Contrato. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso.	0,5	24 horas
Não realizar as entregas previstas nas unidades de consumo nos prazos pactuados, por evento.	1	1 dia
Não entregar os produtos nos prazos e quantidades especificadas no documento de transferência às unidades de consumo, salvo autorização prévia da área técnica vinculada à CONTRATANTE, por evento.	0,5	1 dia
Mal funcionamento dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	2 dias
Inoperância dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	1 dia
Má conservação das instalações, equipamentos, aparelhos, materiais ou qualquer outro recurso de sua responsabilidade empregado no serviço, por evento.	0,5	2 dias
Não cumprir os horários mínimos de funcionamento previstos neste documento, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	1 dia
Não receber entrega direcionada à seu(s) Almoxtarifado(s), dentro do horário mínimo de funcionamento previsto neste documento, salvo se por erro do entregador, por evento.	1	1 dia
Instalar durante a implementação do serviço, qualquer equipamento que não seja novo, de primeiro uso, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	3 dias
Descumprir qualquer OBRIGAÇÃO descrita neste documento, por evento.	1	3 dias
Causar qualquer tipo de problema de modo a dificultar a transição contratual, por evento.	1	1 dia
Não manter seus sistemas, equipamentos, pessoal ou qualquer outro objeto necessário ao funcionamento do serviço durante a transição contratual, por evento, acrescido a cada dia.	1	1 dia
Negligenciar medidas de segurança ou legislação pertinente, por evento.	1	1 dia
Utilizar mão de obra com qualificação incompatível com àquela necessária a execução dos serviços, por	1	1 dia

evento.		
Deixar de fornecer os relatórios gerenciais nos moldes e prazos requeridos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias
Deixar de realizar as auditorias e inventários nos moldes e prazos previstos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias

- I. Para confirmação dos eventos será tomado como base os relatos de ocorrências direcionados ao Gestor/Fiscal do Contrato e aferição junto a CONTRATADA.
- II. Os prazos serão contados a partir da data da ocorrência em relação ao pactuado ou relato oficial, quando aplicável.
- III. O Gestor/Fiscal deverá realizar a avaliação mensal para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- IV. O somatório da pontuação será apurado dentro do mês de prestação do serviço, coincidente com o mês civil.
- V. Caso necessário, a somatória será arredondada, para mais ou para menos, levando em consideração quando o número estiver mais próximo daquele imediatamente superior ou inferior.
- VI. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo.

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 3% (três por cento) do valor mensal do contrato
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 6% (seis por cento) do valor mensal do contrato
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 7% (sete por cento) do valor mensal do contrato
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
9 (nove) pontos	Multa correspondente a 9% (nove por cento) do valor mensal do contrato
10 (dez) pontos	Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato
11 (onze) pontos ou +	Suscetível a Rescisão Unilateral do Contrato

- VII. Durante o período de implantação dos serviços, conforme IMR previstos, poderão ser abrandados, em detrimento da necessidade de ajustes e correções nos serviços.
- VIII. A ocorrência de três ou mais sanções consecutivas, acarretará sanção correspondente ao somatório das pontuações acumuladas nesses meses.

4.14. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

4.14.1 A prestação dos serviços de que trata este contrato e seus Apêndices não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a SES/DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.14.2 Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

4.14.3 Todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, oriundas dos acidentes de trabalho e das doenças causadas pelo exercício das atividades laborais, entre outras, correm por conta exclusiva da CONTRATADA, a qual se obriga a saldar na época devida.

4.14.4 A CONTRATADA deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Contrato, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações da SES/DF às determinações emanadas pelo Preposto.

4.15. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.15.1. As atividades previstas nos itens deste documento deverão ser executadas no Distrito Federal, sem qualquer custo adicional, de segunda à sexta, exceto feriados, das 08h às 17 h.

4.16. PRAZOS DE ENTREGA

4.16.1. Prazo de Entrega: Os serviços deverão estar em plena execução em até 5 (CINCO) dias úteis, a partir da data da assinatura do Contrato.

4.17. MODELO DE EXECUÇÃO

4.17.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades do central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

- I. Realizar a convocação da CONTRATADA será realizada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da CONTRATANTE, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados.
- II. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, do representante legal da CONTRATADA, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da CONTRATADA, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Apêndices e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- III. Informar à CONTRATADA que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo da implantação.
- IV. A CONTRATADA deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais.
- V. A CONTRATADA deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.
- VI. A CONTRATADA poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços ora licitados, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.
- VII. Todos os serviços que envolvam ações de desenvolvimento e implementação de atividades de melhoria contínua de ambiente, obedecerão a uma estruturação e planejamento prévios da CONTRATADA e autorização da CONTRATANTE, onde serão estabelecidos os prazos, horário e condições gerais da execução destas atividades.

4.18. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

4.18.1 A CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a licitante vencedora esteja em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

4.19. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

- I. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES/DF, tais documentos.
- II. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.
- III. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES/DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.
- IV. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES/DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES/DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.
- V. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES/DF.
- VI. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da CONTRATANTE.
- VII. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.
- VIII. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.
- IX. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.
- X. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste Contrato bem como da natureza sigilosa das informações.
- XI. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.
- XII. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

4.20. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

- I. A contratação será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados pela SES/DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

4.20.1. GESTOR DO CONTRATO:

4.20.1.1. Entidade: CONTRATANTE, indicado pela SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF;

4.20.1.2. Responsabilidade:

- I. Verificar a eficiência: utilização de recursos de computação alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
- II. Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
- III. Atestar a segurança: segurança em comunicação quanto à veiculação de dados por meios de comunicação.

4.20.2.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

4.20.2. FISCAL TÉCNICO

4.20.2.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.2.2. Responsabilidade:

- a. encaminhar pendências que possam gerar fato administrativo, analisar e gerar relatórios das faturas emitidas, incluindo apontar não conformidades e desvios de qualidade, verificar prazos dos serviços contratados e fiscalizar tecnicamente o Contrato.

4.20.3. FISCAL ADMINISTRATIVO

4.20.3.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.3.2. Responsabilidade:

- a. Fiscalizar o Contrato, quanto aos aspectos administrativos.

4.20.4. FISCAL REQUISITANTE

4.20.4.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.4.2. Responsabilidade:

- a. Fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional da Serviço;

4.21. PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO

4.21.1. Entidade: CONTRATADA

4.21.2 .Formação: Colaborador da CONTRATADA.

4.22.3. Responsabilidade:

- a. Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
- b. Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
- c. Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de

serviços técnicos efetivamente utilizados;

- d. Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.
- e. Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- f. Encaminhar à SES/DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e
- g. Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/sistemas/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

4.22. DO PARECER TÉCNICO

4.22.1 O Parecer técnico será dado por equipe de técnicos lotados na SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

4.23. DO REPASSE DE CONHECIMENTO

4.23.1. Por se tratar de um contrato em regime emergencial, cuja o objetivo é a manutenção dos serviços da central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado, o presente contrato não contemplará transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.24. DA PROPRIEDADE E PROVIMENTO DOS SERVIÇOS

4.24.1. Os produtos aplicados ou resultantes da prestação de serviços da CONTRATADA, tais como estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, projetos, sistemas, programas objetos ou executáveis, bases de dados, arquivos, interfaces, drivers e correlatos, desenvolvidos especificamente para este objeto, serão de propriedade patrimonial exclusiva da SES/DF nos termos do Art. 111 da Lei nº 8.666/93, concomitante com o Art. 4º da Lei nº 9.609/98.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do contrato é de **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)** em procedência do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I	Unidade Orçamentária:	23901
II	Programa de Trabalho:	10126820225570100
III	Elemento de Despesa:	339039
IV	Fonte de Recursos:	100000000
V	Valor Inicial	R\$1.521.507,50
VI	Nota de Empenho:	2020NE02875
VII	Data de Emissão:	02/04/2020
VII	Evento:	400091
VII	Modalidade:	Global

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;
- II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- V – Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
- VI – Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).
- VII – Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014).

7.2. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.

7.3. O serviço a ser contratado é prestado de forma contínua com pagamento em parcelas mensais mediante ateste das faturas de prestação do serviço.

7.4. A Nota Fiscal da empresa CONTRATADA deve ser emitida com data posterior ao Aceite do Recebimento e apresentado juntamente com o Termo de Aceite para o Gestor do Contrato. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após o Gestor do Contrato receber o Termo de Aceite do Recebimento e as Notas Fiscais da Contratada.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.7. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

7.8. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

7.8.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

- I – Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- II – Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

7.9. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês subsequente ao da prestação de serviços, exceto no último mês do Contrato, cuja fatura já deverá contemplar todos os excedentes e eventuais penalidades.

7.10. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se **no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**.

9. CLÁUSULA NONA – DAS GARANTIAS

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO, perfazendo o valor de **R\$ 540.787,52 (quinhentos e quarenta mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**, que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

10.1. São obrigações da SES/DF:

- I. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa
- II. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a CONTRATADA possa realizar os serviços com esmero e perfeição.
- III. Receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para manutenção e conservação dos equipamentos, tomando as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades.
- IV. Realizar sindicância para apurar RESPONSABILIDADE no caso de danos nos equipamentos da CONTRATADA, sob sua responsabilidade.
- V. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, após assinatura do Contrato.
- VI. Receber o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- VII. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços.
- VIII. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
- IX. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do Serviço.
- X. Definir produtividade ou capacidade mínima do Serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- XI. A CONTRATANTE se reserva o direito a qualquer momento de realizar diligências e inspeções junto à CONTRATADA a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e para esclarecimento de dúvidas.
- XII. Faculta-se ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, sempre quando necessário, agendar reuniões periódicas de caráter gerencial ou técnico para avaliar os trabalhos, adotar resoluções e obter esclarecimento de pendências durante toda a vigência do contrato.
- XIII. Efetuar o pagamento de acordo com as normas orçamentárias e financeira do DF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

11.2. Apresentar ao Distrito Federal :

- Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
 - Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- I. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
 - II. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação.

- III. A executar fielmente os serviços especificados no Projeto Básico, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes.
- IV. Designar por escrito, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.
- V. Manter o número acordado de profissionais para a execução do serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, greve, falta ao serviço, demissão, etc.
- VI. Realizar, diariamente, por intermédio do preposto, o controle de frequência do pessoal em serviço.
- VII. Manter a quantidade de profissionais com as qualificações indicadas neste Contrato, e acordados, para realizar, caso necessário, substituições.
- VIII. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, plano de saúde, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- IX. Obedecer, na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações do Ministério do Trabalho, bem como, a legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, de engenharia de segurança e medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.
- X. Cumprir as legislações Federais, Estaduais e Municipais que interfiram na execução dos serviços.
- XI. Reparar e corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, qualquer irregularidade na prestação dos serviços que lhe for comunicada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da rescisão contratual, se cabível.
- XII. Manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer perdas e danos que venham a ocorrer, desde que por comprovada culpa, durante a vigência do contrato.
- XIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE.
- XIV. Toda solução a que se refere este documento deverá estar implementada, assim como, os profissionais, devidamente habilitados, referidos neste termo, aptos em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- XV. Manter seus empregados regularmente registrados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dessas relações de emprego.
- XVI. Manter a suas expensas apoio psicológico aos seus funcionários uma vez tratar-se de serviço de urgência e emergência com carga emocional elevada.
- XVII. Apresentar, no momento do início da execução dos serviços, relação nominal de seus empregados separados por turno, constando os respectivos números de telefones para contato, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se por todos os prejuízos que esses possam ocasionar no desempenho de suas atribuições;
- XVIII. A relação, a que se refere este item, deverá ser atualizada sempre que houver alteração no quadro de empregados;
- XIX. Afastar imediatamente das funções designadas qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada pela CONTRATANTE inconveniente, substituindo-o para que não haja prejuízo ao serviço
- XX. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente Contrato;
- XXI. Manter seu pessoal identificado por meio de crachás, com fotografia recente; e identificação de sua função hierárquica;
- XXII. A CONTRATADA deverá alocar nos serviços funcionários contratados sob regime trabalhista de acordo com a CLT.
- XXIII. Empregar preferencialmente Pessoas com Necessidades Especiais nos serviços objeto do contrato, nos termos da legislação específica;
- XXIV. Realizar a gestão e administração do contrato e da equipe alocada, englobando recursos humanos, qualidade geral dos serviços e relatórios gerenciais;

- XXV. Diligenciar na escolha de seus funcionários a serem alocados nos serviços, de forma que os mesmos possam deslocar-se, alimentar-se e desenvolver outras atividades de subsistência sem depender de auxílio dos servidores públicos e do próprio CONTRATANTE;
- XXVI. Efetuar os exames médicos, físicos e psíquicos necessários nos funcionários envolvidos nos serviços, responsabilizando-se integralmente por sua habilitação para o desempenho e contexto das funções;
- XXVII. A CONTRATADA, não poderá subcontratar os funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, bem como não poderá subcontratar ou associar-se ou consorciar-se ou estabelecer aliança ou parceria com terceiros para a execução dos serviços e para prover os recursos de infraestrutura previstos neste Contrato;
- XXVIII. Manter equipe de apoio composta por profissionais capacitados objetivando a manutenção da qualidade de atendimento de forma a suprir as necessidades detectadas pela CONTRATADA especialmente no que se refere ao item Perfis e Responsabilidades dos seus Profissionais.
- XXIX. Quando necessário e desde que planejado com antecedência mínima de 10 dias, o CONTRATANTE; poderá solicitar reciclagem e/ou treinamento técnico ou comportamental dos profissionais da CONTRATADA envolvidos nos serviços;
- XXX. Toda e qualquer comunicação à CONTRATANTE deverá se efetuada por escrito, podendo ser realizada por meio eletrônico;
- XXXI. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato.
- XXXII. Manter o fornecimento necessário de materiais de escritório para o desenvolvimento das atividades determinadas neste Contrato, como por exemplo: papel sulfite, caneta, grampeador, etc.
- XXXIII. Proporcionar, durante a execução dos serviços ora contratado, aos seus profissionais toda a assistência para as necessidades especiais que os mesmos apresentarem.
- XXXIV. Manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento e de radio-operação, relacionadas ao melhor desempenho e qualidade da prestação do serviço.
- XXXV. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;
- XXXVI. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e apresentar seus funcionários para as ações de capacitação e treinamento citadas acima, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e despacho durante estas ações.
- XXXVII. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada à SES - DF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, vedada à modificação do objeto.

12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

12.3. Todo e qualquer pedido de alteração do contrato oriundo deste Contrato será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no **Decreto nº 35.831** de 19 de setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

14.1. O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

14.2. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Arts. 77, 78, 79, 80 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. No caso de rescisão decorrente do inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados.

15.3 No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podem do, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR

17.1. O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.2. MODELO DE GESTÃO

17.2.1. Com base na atual estrutura organizacional da SES/DF, a gestão do contrato será realizada por Comissão Executora da SAIS/SES.

17.2.2. Assim em atendimento a Portaria nº 57 de 25 de abril de 2011, para a gestão da contratação em tela, serão indicados Servidores Públicos Estatutários do Quadro de Carreira da SES/DF, lotados preferencialmente SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal, em conformidade com o art. 60 da Lei nº 8666/93.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no Telefone 0800-6449060.

Apêndice I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80, denominada **CONTRATADA**, com sede no Distrito Federal, CEP. 70.714-902 neste ato representada por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS**, portador do RG nº 047.810.272.013-4 SSP-MA, e CPF nº 473.222.251-04, **JULIANA GONÇALVES NAVARRO**, portadora do RG 6.448.462-1 SSP-PR, CPF nº 019.390.829-86, na qualidade de representante legal e, sempre que em conjunto referidas como

PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº 63/2020, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou

quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das **PARTES**, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO** em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo para sua aferição mensal.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	24h
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Nº de horas no atendimento/24h = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa de XX

	30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual
Observações	

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas. Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6. Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 02/04/2020, às 19:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA GONÇALVES NAVARRO, Usuário Externo**, em 02/04/2020, às 21:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO, Usuário Externo**, em 02/04/2020, às 21:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA - Matr.1694784-3, Técnico(a) em Contabilidade**, em 09/04/2020, às 08:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS - Matr.1688852-9, Gerente de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios**, em 09/04/2020, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38082098)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38082098)
verificador= **38082098** código CRC= **02DD9029**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38082098